PANORAMA DA
INFRAESTRUTURA

Principais demandas da indústria brasileira



CNI Confederação Nacional da Indústria

PANORAMA DA
INFRAESTRUTURA
Principais demandas da indústria brasileira



CNI Confederação Nacional da Indústria

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI
PRESIDENTE
Antonio Ricardo Alvarez Alban

VICE-PRESIDENTE EXECUTIVO
Josué Christiano Gomes da Silva

VICE-PRESIDENTE EXECUTIVO
José Ricardo Montenegro Cavalcante

VICE-PRESIDENTE EXECUTIVO
Jamal Jorge Bittar

VICE-PRESIDENTE EXECUTIVO
Antônio Carlos da Silva

VICE-PRESIDENTE EXECUTIVO
Gilberto Porcello Petry

VICE-PRESIDENTES
Eduardo Eugênio Gouveia Vieira
Mário Cezar de Aguiar
Carlos Valter Martins Pedro
Ricardo Essinger
Flávio Roscoe Nogueira
Sílvio Cezar Pereira Rangel
Amaro Sales de Araújo
Marcelo Thomé da Silva de Almeida
José Carlos Lyra de Andrade
Sérgio Marcolino Longen
José Conrado Azevedo Santos
Leonardo Souza Rogério de Castro

1ª DIRETORA FINANCEIRA
Cristhine Samorini

2º DIRETOR FINANCEIRO
Eduardo Prado de Oliveira

3º DIRETOR FINANCEIRO
Francisco de Assis Benevides Gadelha

1º DIRETOR SECRETÁRIO
Sandro da Mabel Antonio Scodro

2º DIRETOR SECRETÁRIO
Edílson Baldez das Neves

3º DIRETOR SECRETÁRIO
Roberto Magno Martins Pires

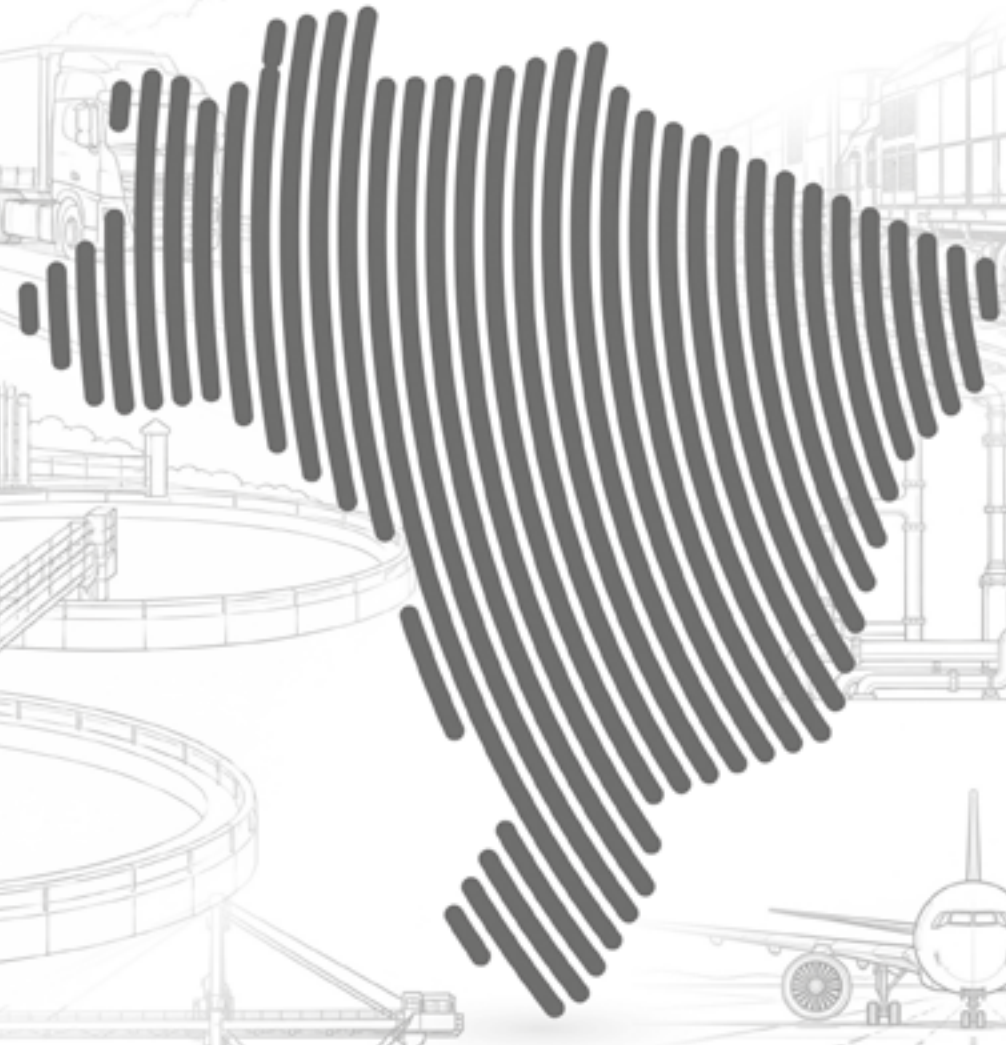
DIRETORES
Antônio José de Moraes Souza Filho
Izabel Cristina Ferreira Itikawa
José Adriano Ribeiro da Silva
Luiz Césio de Souza Caetano Alves
Jorge Alberto Vieira Studart Gomes
Roberto Pinto Serquiz Elias
José Henrique Nunes Barreto
Paulo Afonso Ferreira
Gilberto Ribeiro
Jandir José Milan
Gilberto Seleme
Alessandro José Rios de Carvalho
Jorge Wicks Corte Real
Alexandre Herculano Coelho de Souza Furlan
Edson Luiz Campagnolo

CONSELHO FISCAL
TITULARES
Hilton Morais Lima
Fernando Cirino Gurgel
José da Silva Nogueira Filho

SUPLENTES
Clerlânio Fernandes de Holanda
Francisco de Sales Alencar
Edmilson Matos Candido

PANORAMA DA
INFRAESTRUTURA

Principais demandas da indústria brasileira



CNI Confederação Nacional da Indústria

© 2026. CNI – Confederação Nacional da Indústria.
Qualquer parte desta obra poderá ser reproduzida, desde que citada a fonte.

CNI
Superintendência de Infraestrutura

Dados Internacionais da Catalogação na Publicação (CIP)

C748i

Confederação Nacional da Indústria.
Infraestrutura: avaliação e propostas da indústria brasileira/ Confederação Nacional da Indústria. – Brasília : CNI, 2026

117 p. : il.

1.Infraestrutura 2. Investimento 3. Indústria Brasileira 4. Competititvidade I. Título.

CDU: 338.45

Elaborado por Alberto Nemoto Yamaguti - Bibliotecário - CRB-1/2396

CNI
Confederação Nacional da Indústria
Sede
Setor Bancário Norte
Quadra 1 – Bloco C
Edifício Roberto Simonsen
70040-903 – Brasília – DF
Tel.: (61) 3317-9000
Fax: (61) 3317-9994
http://www.portaldaindustria.com.br/cni/

Serviço de Atendimento ao Cliente - SAC
Tels.: (61) 3317-9989/3317-9992
sac@cni.com.br

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Investimentos em Infraestrutura por instância pública e privada em % do PIB (2012 - 2025) 15
Gráfico 2 – Percentual de empreendimentos concluídos nos eixos prioritários do Novo PAC (2023 - 2030) . 17
Gráfico 3 – Projetos em andamento na carteira do PPI 18
Gráfico 4 – Etapas dos projetos PPI em andamento 18
Gráfico 5 – Percentual de obras paralisadas por setor com recursos federais (Abril/2025) 19
Gráfico 6 – Matriz de Transporte de Cargas (em tonelada por quilômetro útil - TKU) 20
Gráfico 7 – Estado Geral das rodovias federais pavimentadas concedidas e sob a gestão pública no Brasil (2016 - 2025) 21
Gráfico 8 – Evolução dos acidentes com vítimas em rodovias federais pavimentadas (2016 - 2025) 21
Gráfico 9 – Movimentação de carga em milhões de toneladas (2016 - 2025) 24
Gráfico 10 – Movimentação de carga conteinerizada em mil TEUs (2016-2025) 25
Gráfico 11 – Nível de utilização das principais instalações (dez/2025) 26
Gráfico 12 – Movimentação de carga na cabotagem em milhões de toneladas (2016 - 2025) 26
Gráfico 13 – Calado máximo em instalações portuárias brasileiras em metros 27
Gráfico 14 – Movimentação de passageiros pagos nos aeroportos do Brasil em milhões (2016 - 2025) 28
Gráfico 15 – Movimentação de carga e correio nos aeroportos do Brasil em mil toneladas (2016 - 2025) 29
Gráfico 16 – Geração de energia elétrica por fonte no Brasil (GWh) 30
Gráfico 17 – Consumo de energia por classe (GWh) 32
Gráfico 18 – Produção nacional de gás natural (milhões de m³/dia) 32
Gráfico 19 – Consumo de gás natural por segmento (milhões m³/dia) 33
Gráfico 20 – Produção nacional de petróleo (milhões bbl/dia) 33
Gráfico 21 – Evolução dos municípios com participação privada 34
Gráfico 22 – Histórico de investimentos em saneamento (R$ bilhões) 35
Gráfico 23 – Perdas totais de água na distribuição no Brasil (2023) 35
Gráfico 24 – Como o empresário industrial avalia as condições da infraestrutura no Brasil? 37
Gráfico 25 – Como o empresário industrial avalia a infraestrutura de transporte rodoviário no Brasil? 38
Gráfico 26 – Como o empresário industrial avalia a infraestrutura de transporte ferroviário no Brasil? 38
Gráfico 27 – Como o empresário industrial avalia a infraestrutura de transporte aéreo no Brasil? 38
Gráfico 28 – Como o empresário industrial avalia a infraestrutura portuária no Brasil? 39
Gráfico 29 – Como o empresário industrial avalia a infraestrutura hidroviária no Brasil? 39
Gráfico 30 – Como o empresário industrial avalia a infraestrutura de energia no Brasil? 40
Gráfico 31 – Como o empresário industrial avalia a infraestrutura de saneamento básico no Brasil? 40
Gráfico 32 – Como o empresário industrial avalia a infraestrutura de telecomunicações no Brasil? 41

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Participação privada nos diferentes setores da infraestrutura 16
Tabela 2 – Rodovias com maior número de acidentes no Brasil por trecho (2025) 22
Tabela 3 – Movimentação de carga ferroviária (2025) 22
Tabela 4 – Perfil da carga ferroviária movimentada (2025) 23
Tabela 5 – Nível de utilização da malha ferroviária brasileira em 2025 por concessionária (em % da extensão total) 23
Tabela 6 – Principais instalações portuárias de movimentação de contêiner (2025) 25
Tabela 7 – Dez principais aeroportos em movimentação de passageiros (2025) 28
Tabela 8 – Dez principais aeroportos em movimentação de carga e correio no Brasil (2025) 29
Tabela 9 – Ranking de continuidade do fornecimento de energia elétrica (2024) 31
Tabela 10 – Quais os principais gargalos de transporte no Brasil? 39
Tabela 11 – Quais os principais gargalos de energia no Brasil? 40
Tabela 12 – Quais os principais gargalos de saneamento básico no Brasil? 41
Tabela 13 – Quais os principais gargalos de telecomunicações no Brasil? 41

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO **9**

RESUMO EXECUTIVO **10**

1 INTRODUÇÃO **13**

2 RETRATO DA INFRAESTRUTURA **15**

2.1 Investimentos em infraestrutura 16

2.2 Carteira de projetos em andamento 17

2.3 Obras paradas (TCU) 19

2.4 Transporte 20

2.4.1 Modal rodoviário 20

2.4.2 Modal ferroviário 22

2.4.3 Modal aquaviário 24

2.4.4 Modal aéreo 28

2.5 Energia Elétrica 29

2.6 Gás Natural 32

2.7 Petróleo 33

2.8 Saneamento Básico 34

3 COMO OS EMPRESÁRIOS INDUSTRIAIS AVALIAM A INFRAESTRUTURA NO BRASIL? ..37

4 PROPOSTAS NACIONAIS **43**

5 EMPREENDIMENTOS PRIORITÁRIOS PARA A INDÚSTRIA **47**

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS **115**

REFERÊNCIAS **116**

APRESENTAÇÃO

O Brasil enfrenta sérios problemas de infraestrutura, que limitam seu potencial de crescimento econômico e comprometem sua inserção competitiva no cenário internacional. Apesar dos avanços registrados e da forte ampliação da participação privada no setor, o país segue distante do nível necessário para superar seus gargalos históricos.

A precariedade da infraestrutura nacional se manifesta em diferentes frentes. Rodovias em más condições, trechos ferroviários abandonados, limitações na capacidade portuária e energia com preços elevados impactam diretamente o desempenho das indústrias. Esses entraves elevam o custo de produção, reduzem a produtividade, dificultam o acesso a mercados e desestimulam novos investimentos.

Além de investir pouco em infraestrutura – 2,2% do Produto Interno Bruto (PIB) ao ano –, o Brasil desperdiça um volume significativo dos recursos aportados no setor, em razão do excesso de obras que são interrompidas antes da entrega. As paralisações consomem recursos sem gerar benefícios para a sociedade e são, em geral, consequência de falhas na forma como o setor público executa seus projetos.

Esse cenário evidencia não apenas a necessidade de ampliação dos investimentos, mas também de melhoria da governança, do planejamento e da execução dos empreendimentos. A previsibilidade regulatória, a qualidade dos estudos técnicos e o fortalecimento dos mecanismos de gestão são elementos essenciais para garantir uma maior eficiência na aplicação dos recursos e reduzir o risco de interrupções.

Diante das restrições fiscais, a ampliação da participação do setor privado torna-se ainda mais relevante para viabilizar os investimentos necessários. Esse movimento deve ser acompanhado por um ambiente institucional seguro e estável, capaz de atrair investidores e assegurar a adequada prestação dos serviços de infraestrutura.

Este trabalho busca contribuir com esse debate ao identificar projetos estratégicos e apontar caminhos para a superação dos principais gargalos de infraestrutura do país. Ao consolidar informações relevantes e subsidiar a tomada de decisão, o documento se coloca como um instrumento importante para orientar ações coordenadas entre o poder público e a iniciativa privada, com vistas ao fortalecimento da indústria, ao aumento da competitividade, e à promoção do desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Boa leitura.

Antonio Ricardo Alvarez Alban
Presidente da CNI

RESUMO EXECUTIVO

Formular uma agenda de investimentos em infraestrutura para um país como o Brasil é uma tarefa difícil, na medida em que cada uma de suas regiões possui particularidades que devem ser levadas em conta para o enfrentamento das restrições físicas e logísticas que inviabilizam o crescimento de seu setor produtivo.

O Brasil reúne condições singulares para se posicionar como protagonista no cenário energético global. O país figura entre os principais produtores de petróleo do mundo, dispõe de uma matriz elétrica predominantemente limpa, com forte presença de hidrelétricas, e possui liderança na produção de biocombustíveis, o que lhe confere vantagens comparativas relevantes para a segurança energética e para a inserção em cadeias produtivas associadas à transição energética.

Esse potencial, no entanto, não elimina desafios relevantes no próprio setor energético. A energia no Brasil ainda apresenta custos elevados para a indústria, o que impacta diretamente a competitividade e a capacidade de expansão do setor produtivo.

Além disso, essas limitações convivem com fragilidades estruturais na infraestrutura de transportes. A precariedade logística compromete a eficiência na movimentação de insumos e produtos, encarece a operação das empresas e reduz a competitividade da indústria nacional. A predominância do transporte rodoviário em longas distâncias, associada à baixa integração entre modais e à limitada capacidade ferroviária e portuária, impõe custos adicionais e restringe ganhos de produtividade.

Essa combinação – elevado custo energético e deficiências logísticas – evidencia um dos principais entraves ao desenvolvimento econômico do país. A dificuldade de escoamento da produção, a ineficiência na distribuição e os gargalos nos corredores logísticos reduzem o aproveitamento pleno das vantagens competitivas brasileiras, limitando a agregação de valor e a atração de investimentos.

Superar esse descompasso exige uma abordagem integrada, que articule investimentos em energia e transportes com planejamento de longo prazo e melhoria da governança pública. A ampliação da participação do setor privado, aliada à previsibilidade regulatória e à qualidade dos projetos, é fundamental para garantir maior eficiência e continuidade aos empreendimentos.

O trabalho “Panorama da Infraestrutura: Principais Demandas da Indústria Brasileira” busca contribuir para esse debate. Ao oferecer uma visão estruturada dos principais desafios e oportunidades, o material se apresenta como instrumento relevante para orientar políticas públicas e ações coordenadas entre o Estado e a iniciativa privada, com vistas ao fortalecimento da indústria e ao aumento da competitividade do Brasil.

Roberto de Oliveira Muniz
Diretor de Relações Institucionais da CNI



1 INTRODUÇÃO

O propósito deste trabalho é apresentar um retrato da infraestrutura disponível no Brasil, assim como a percepção do setor industrial sobre as condições da infraestrutura brasileira e a listagem de empreendimentos considerados prioritários para as Federações de Indústrias. De forma mais detalhada, o documento está dividido em três partes principais:

Retrato da infraestrutura: A etapa descritiva do trabalho conta com oito seções, com as três iniciais relacionadas aos investimentos em infraestrutura, à carteira de projetos em andamento do poder público (Novo PAC e PPI) e ao problema das obras paradas. As outras cinco seções estão voltadas à análise detalhada da infraestrutura disponível nos diferentes setores do país (transportes, energia elétrica, petróleo, gás natural e saneamento).

Pesquisa de percepção do empresário industrial: A segunda etapa do trabalho é dedicada à apresentação de levantamento conduzido pela CNI, em parceria com a Nexus Pesquisa, em 2026, sobre o diagnóstico da infraestrutura brasileira. As principais informações apresentadas dizem respeito à percepção do empresário industrial quanto às condições da infraestrutura de forma mais ampla e, ainda, por segmentos de transporte, energia, telecomunicação e saneamento básico.

Propostas para avançar na infraestrutura: Por fim, em conjunto com as Federações de Indústrias, foram elencados 500 empreendimentos considerados importantes para mitigação dos principais problemas de infraestrutura no país.


ACIDENTADOS
REMOVER P/
JOÃO PESSOA
RECIFE
MACEIÓ
ARACAJÚ

2 RETRATO DA INFRAESTRUTURA

2.1 INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA

O Brasil possui um expressivo déficit em infraestrutura e há décadas investe menos do que deveria para efetivamente promover a modernização do setor. A taxa média de depreciação da infraestrutura brasileira é de 1,4%[1] do Produto Interno Bruto (PIB), mas como o investimento fica limitado entre 1,9% e 2,3% do PIB, isso significa que os recursos destinados ao setor servem basicamente para recompor perdas e não para avançar na modernização.

Desse modo, para efetivamente concorrer em boas condições no mercado internacional e garantir a sua inclusão nas cadeias globais de valor, o país precisa superar muitas deficiências na área de infraestrutura. Estimativas indicam que seria necessário investir em torno de 4,7%[2] do PIB ao longo de duas décadas para promover esses avanços.

GRÁFICO 1 – Investimentos em Infraestrutura por instância pública e privada em % do PIB (2012 - 2025)



Fonte: Elaboração própria com dados da Inter.B.
Nota: Dado de 2025 é uma projeção do investimento.

1 Estimativas da Consultoria Inter B. na publicação "Um custo que trava o Brasil: É hora de enfrentar os gargalos que impedem o desenvolvimento e a competitividade do país" (pág. 80).

2 Estimativas da Consultoria Inter B.

Conforme observado, ao longo da última década, a distribuição dos investimentos públicos e privados não tem mudado de forma significativa, com a participação privada oscilando em torno de 71% a 73% do total. A diferença é maior quando a análise é feita por segmento da infraestrutura, de modo que a atratividade relativa aos investimentos privados é diretamente afetada pelo grau de maturidade dos setores, diante da existência de marcos legais e regulatórios que deem segurança e previsibilidade aos investidores.

Como o espaço fiscal do poder público para a realização de gastos discricionários está cada vez mais comprometido, a participação dos investimentos privados em infraestrutura vai permanecer sendo um pilar fundamental para prover recursos ao setor.

TABELA 1 – Participação privada nos diferentes setores da infraestrutura

Setor	Detalhamento
Aeroportos	59 aeroportos concedidos *90% do total de passageiros movimentados*
Portos	334 terminais e áreas portuárias exploradas pelo setor privado *99% da movimentação total de cargas*
Ferrovias	16 contratos de concessão *99% da malha operada pelo setor privado*
Rodovias	15,7 mil km de trechos federais concedidos *24% da malha pavimentada federal*
Saneamento	194 contratos firmados (concessão plena, parcial e subdelegações) *33% dos municípios com participação privada*
Elétrico	Geração: 317 Contratos de Concessão, 4.373 Contratos de Autorização e 15.375 Contratos de Registro *60% da geração sob gestão privada*
	Transmissão: 344 Contratos de Concessão *85% das linhas operadas pelo setor privado*
	Distribuição: 64 Contratos de Concessão e 52 Contratos de Permissão *80% da distribuição sob gestão privada*

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP, MME, ANTT, ANTAQ, ANAC, ABCON/SINDCON, ANEEL e BNDES.

2.2 CARTEIRA DE PROJETOS EM ANDAMENTO

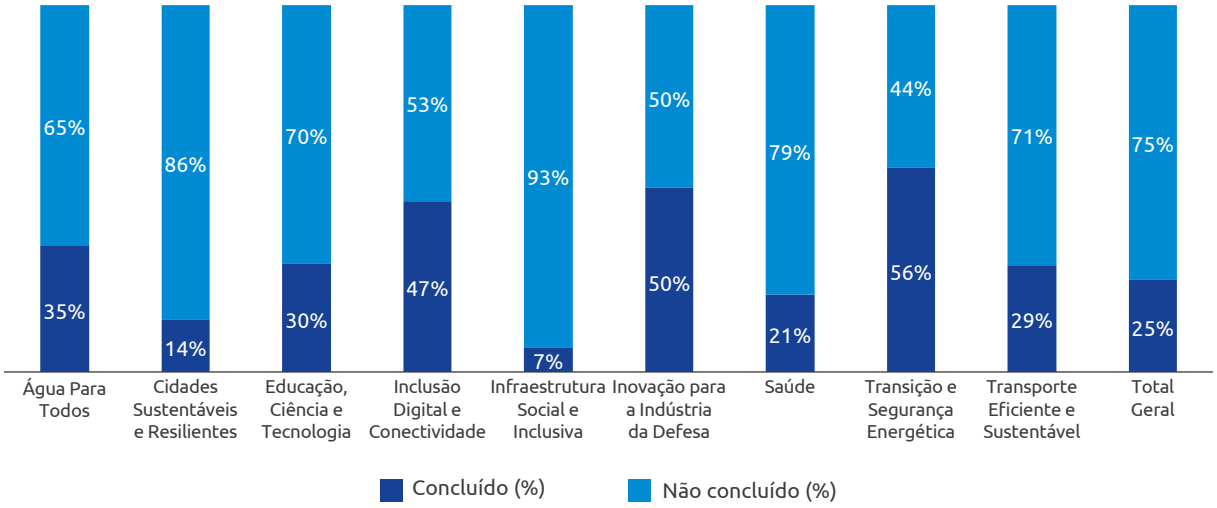
CARTEIRA DO NOVO PAC

O Novo PAC, lançado em agosto de 2023, é um programa do Governo Federal voltado para impulsionar investimentos – em parceria com o setor privado, estados e municípios –, em nove eixos estratégicos, de modo a viabilizar o desenvolvimento econômico, social e sustentável do país.

O programa prevê um total de R$ 1,8 trilhão de investimentos, sendo R$ 1,3 trilhão até 2026 e R$ 0,5 trilhão após 2026. Desses recursos, R$ 714 bilhões são de fonte privada, R$ 409 bilhões de estatais, R$ 367 bilhões provenientes de financiamento, R$ 335 bilhões do Orçamento Geral da União (OGU) e R$ 25 bilhões de fundos setoriais.

Ao considerar todos os empreendimentos previstos em cada um dos nove eixos do Programa, estes somam um total de 38,6 mil projetos. O levantamento mais recente disponibilizado pela Casa Civil[3] mostra que, dessa relação total, apenas 25% (9.742 empreendimentos) apresentavam o estágio de "Concluído".

GRÁFICO 2 – Percentual de empreendimentos concluídos nos eixos prioritários do Novo PAC (2023 - 2030)



Fonte: Elaboração própria com dados da Casa Civil do Novo PAC (atualização até abril de 2026).

CARTEIRA DO PROGRAMA DE PARCERIAS DE INVESTIMENTOS (PPI)

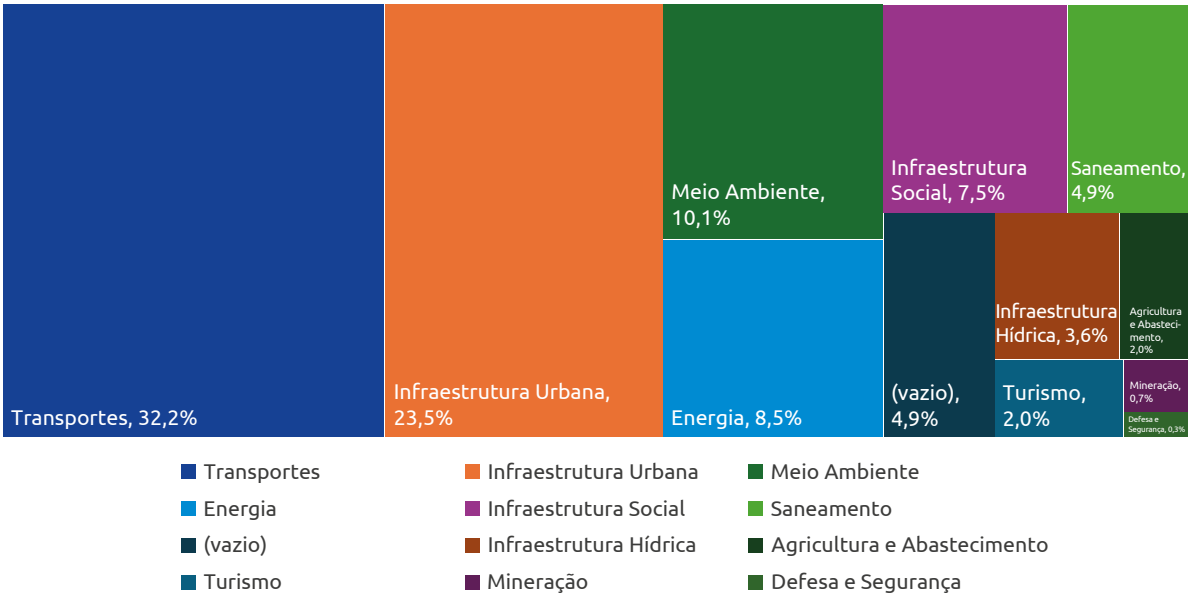
O Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) foi instituído, em 2016, pela Lei nº 13.334/2016, com o objetivo de intensificar e qualificar a cooperação entre o Estado e o setor privado, especialmente por meio de contratos de parceria e de iniciativas de desestatização.

A legislação que criou o PPI estabeleceu duas instâncias no âmbito da Administração Pública Federal: o Conselho do PPI e a Secretaria do PPI. O Conselho do PPI funciona como órgão colegiado responsável por analisar e encaminhar ao Presidente da República os projetos a serem qualificados no âmbito do Programa, além de deliberar sobre aspectos relacionados à implementação dos contratos de parcerias e desestatizações. Por sua vez, a Secretaria do PPI presta apoio técnico e institucional aos Ministérios setoriais e às Agências Reguladoras, contribuindo para a execução e o acompanhamento das atividades vinculadas ao Programa.

Em relação ao montante de projetos atualmente em andamento no PPI, estes totalizam 307, e a maior parte permanece concentrada no setor de transportes, com destaque para os setores portuário e rodoviário que acumulam, respectivamente, 42 e 29 empreendimentos. Em seguida, estão obras de infraestrutura urbana (72) e de meio ambiente (31) que têm sido acompanhadas pelo PPI, conforme mostra o Gráfico 3.

3 Base de dados consultada em 13/04/2026.

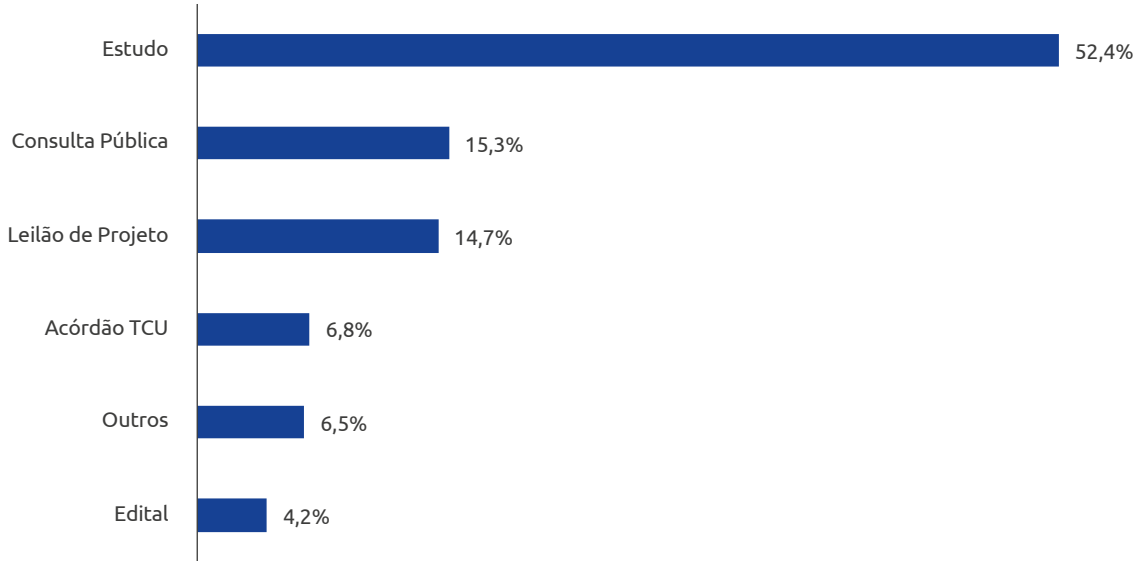
GRÁFICO 3 – Projetos em andamento na carteira do PPI



Fonte: Elaboração própria com dados do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI).

Dos projetos em andamento, no âmbito do PPI, a maioria está na etapa de elaboração dos estudos de viabilidade, consulta pública ou com leilão realizado (pendente de assinatura do contrato).

GRÁFICO 4 – Etapas dos projetos PPI em andamento



Fonte: Elaboração própria com dados do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI).

2.3 OBRAS PARADAS (TCU)

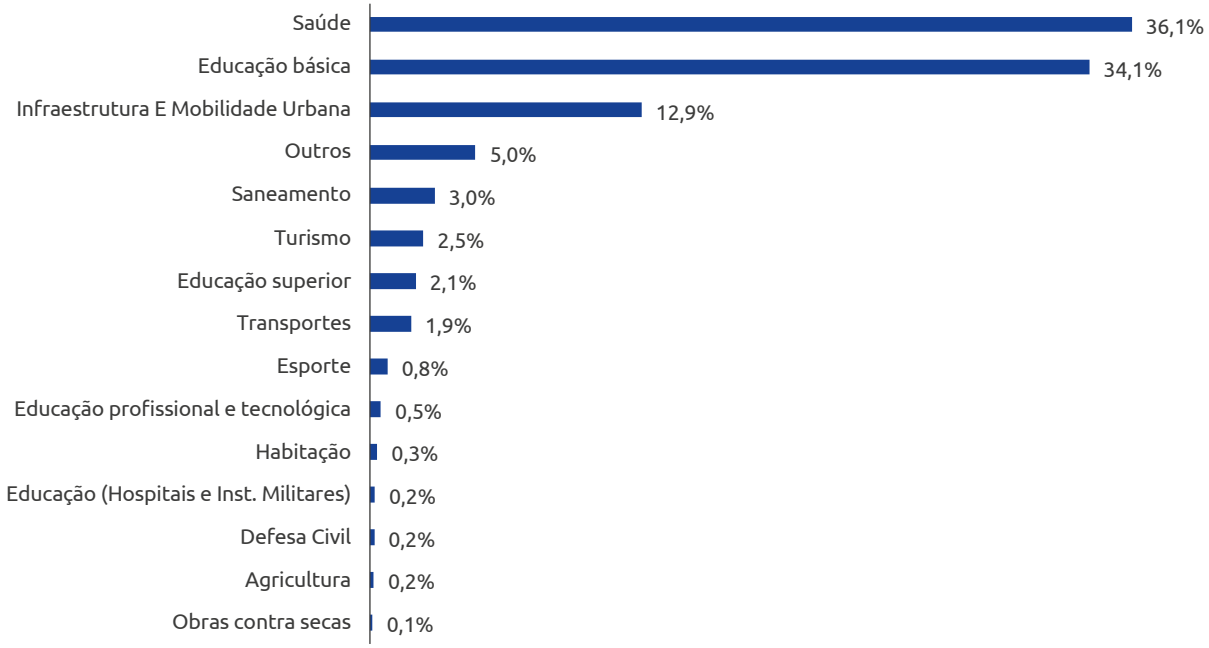
Embora o poder público disponha de uma carteira ampla e ambiciosa de projetos de infraestrutura (Novo PAC e PPI) e adote, de forma recorrente, iniciativas voltadas à atração e ao estímulo de investimentos no setor, a realidade atual do país é marcada por um elevado número de obras paralisadas.

Esse descompasso entre o planejamento e a execução evidencia entraves estruturais relacionados à governança, ao financiamento, à capacidade de gestão e ao ambiente regulatório, os quais comprometem a efetividade das políticas públicas e retardam a entrega de empreendimentos essenciais ao desenvolvimento econômico e social do país.

De acordo com auditoria mais recente realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), em abril de 2025, sobre contratos de obras públicas custeadas com recursos federais, foram analisados 22.607 contratos no país, dentre os quais foram identificadas 11.469 obras paralisadas (50,7%)[4]. Em termos de valor, isso representa cerca de R$ 34,7 bilhões de investimentos previstos em obras paralisadas.

Dos vários setores da infraestrutura, os de "Infraestrutura e Mobilidade Urbana", "Saneamento" e "Transportes" estão entre os que possuem elevado número de registros de paralisações no país.

GRÁFICO 5 – Percentual de obras paralisadas por setor com recursos federais (Abril/2025)



Nota: Elaboração própria com dados do Painel de Acompanhamento de Obras Paralisadas do TCU (referência abril de 2025).

4 TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU. **Painel de obras paralisadas**. abr. 2025. Disponível em: https://paineis.tcu.gov.br/pub/?workspaceId=8bfbd0cc-f2cd-4e1c-8cde-6abfdffea6a8&reportId=013930b6-b989-41c3-bf00-085dc65109de&filterPaneEnabled=false&navContentPaneEnabled=false. Acesso em: 01 fev. 2026. O levantamento não contempla todas as obras do país, uma vez que existem outras bases que ainda não são monitoradas pelo Tribunal de Contas da União (TCU). O acompanhamento completo só será possível quando houver um cadastro único das obras do governo federal.

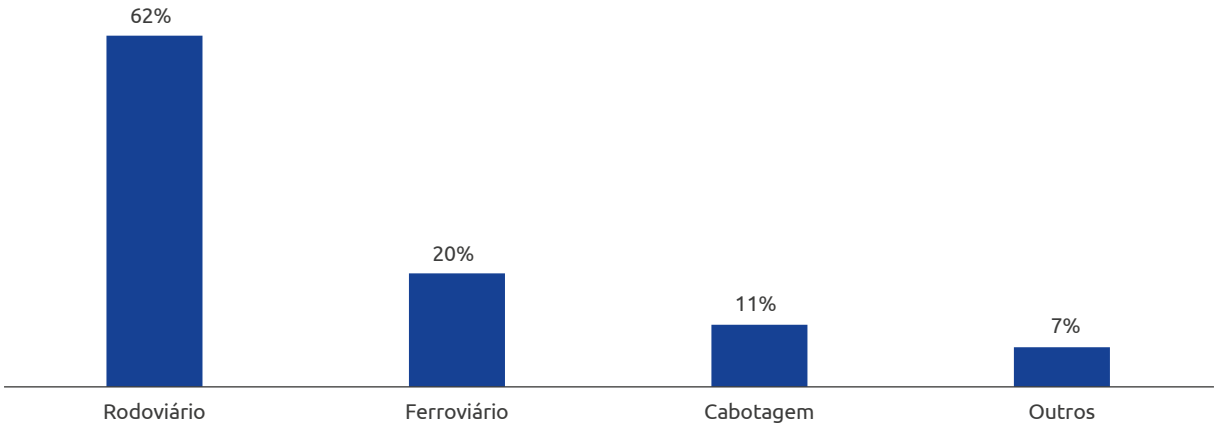
2.4 TRANSPORTE

Os números deixam claro: o Brasil depende profundamente de suas rodovias. Atualmente, 62% das cargas do país são transportadas por estradas, e, quando excluímos o transporte de minérios e combustíveis, essa participação salta para 85% da matriz de transporte de cargas.

No entanto, esse protagonismo ocorre em condições muito distantes do ideal e impõe custos logísticos elevados que afetam diretamente a competitividade da indústria brasileira.

O transporte rodoviário é, por essência, mais eficiente em curtas e médias distâncias. Contudo, no Brasil, utiliza-se caminhões para percursos que extrapolam amplamente a racionalidade logística. Há situações em que cargas industriais embarcam em São Paulo com destino a Belém, em viagens que ultrapassam 2,9 mil quilômetros, ou produtos alimentícios que seguem de Porto Alegre para Teresina, em percursos superiores a 3,7 mil quilômetros. A falta de alternativas acaba impondo à indústria um custo logístico desproporcional, reduzindo produtividade e dificultando a inserção competitiva em mercados globais.

GRÁFICO 6 – Matriz de Transporte de Cargas (em tonelada por quilômetro útil - TKU)



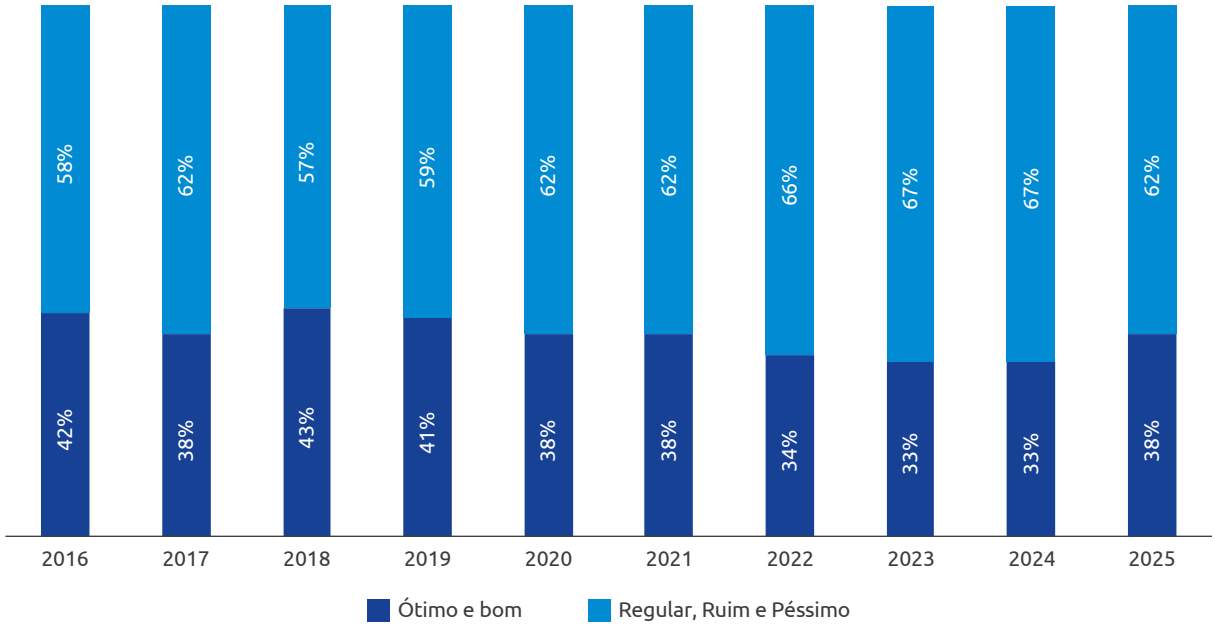
Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério dos Transportes (2024).
Nota: Em "Outros" estão os transportes hidroviário, dutoviário e aeroviário.

2.4.1 MODAL RODOVIÁRIO

Qualidade das rodovias federais pavimentadas

Conforme levantamento feito por meio da Pesquisa de Rodovias da Confederação Nacional de Transportes (CNT), nos últimos 10 anos, a avaliação do "Estado Geral" das rodovias que estão sob Gestão Pública revela uma estagnação da qualidade dessas infraestruturas, com cerca de 60% apresentando a classificação "Péssima", "Ruim" e "Regular". Nessa análise de "Estado Geral", a "Sinalização", o "Pavimento" e a "Geometria" das rodovias são avaliadas de forma conjunta.

GRÁFICO 7 – Estado Geral das rodovias federais pavimentadas concedidas e sob a gestão pública no Brasil (2016 - 2025)

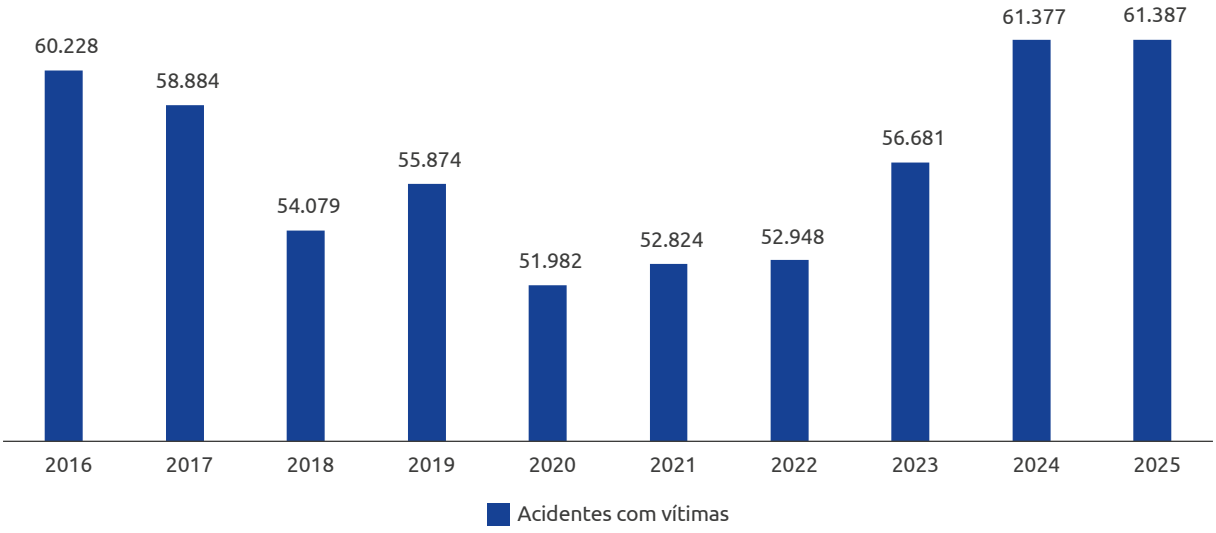


Fonte: Elaboração própria com dados da Pesquisa CNT de Rodovias 2016 a 2025.

Acidentes em rodovias federais

Em 2025, segundo dados da Polícia Rodoviária Federal (PRF), foram registrados 72.524 acidentes nas rodovias federais. Dos acidentes registrados nesse período, 61.387 apresentaram vítimas, o que representa aproximadamente 85% do total.

GRÁFICO 8 – Evolução dos acidentes com vítimas em rodovias federais pavimentadas (2016 - 2025)



Fonte: Elaboração própria com dados da PRF.
Notas: [1]Foram considerados apenas "acidentes com vítima". Isso porque a PRF alterou a forma de contabilizar os acidentes sem vítima ao longo dos anos, não sendo possível a comparação entre períodos. [2] "Acidentes com vítima" abrange "acidentes com ferido(s)" e "acidentes com morte(s)".

Os trechos das rodovias federais que mais concentraram acidentes foram os da BR-101/SC (4.222 acidentes), BR-116/SP (3.249 acidentes) e BR-381/MG (2.845 acidentes).

TABELA 2 – Rodovias com maior número de acidentes no Brasil por trecho (2025)

BR/UF	Acidentes	Acidentes com vítimas	Proporção de acidentes com vítimas (%)
101/SC	4.222	3.654	87%
116/SP	3.249	2.792	86%
381/MG	2.845	2.514	88%
101/RJ	2.415	2.190	91%
277/PR	2.157	1.746	81%
101/ES	2.084	1.922	92%
40/MG	1.972	1.705	86%
116/RJ	1.798	1.564	87%
376/PR	1.699	1.393	82%
116/MG	1.412	1.291	91%
Demais trechos	48.671	40.616	83%
Total	**72.524**	**61.387**	**85%**

Fonte: Elaboração própria com dados da PRF.
Nota: "Acidentes com vítima" abrange "acidentes com ferido(s)" e "acidentes com morte(s)".

2.4.2 MODAL FERROVIÁRIO

Em 2025, a movimentação total observada no modal ferroviário foi de 1,1 milhão de toneladas úteis (TUs). As principais ferrovias que movimentam carga no Brasil são a Estrada de Ferro Carajás (EFC), a Malha Regional Sudeste Logística (MRS Logística) e a Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM). Em conjunto, as três ferrovias representam cerca de 78% da movimentação total de carga por meio desse modal.

TABELA 3 – Movimentação de carga ferroviária (2025)

Malha Ferroviária	Movimentação em toneladas úteis (TUs)	Proporção na movimentação total (%)
EFC	355.376.482	32,0%
MRS	306.430.322	27,6%
EFVM	201.443.428	18,1%
RMN	68.146.182	6,1%
FCA	57.468.684	5,2%
RMS	42.005.222	3,8%
RMP	29.004.184	2,6%
FNSTN	28.009.404	2,5%
FTC	6.175.924	0,6%
FTL	5.592.454	0,5%

Malha Ferroviária	Movimentação em toneladas úteis (TUs)	Proporção na movimentação total (%)
RMC	5.351.314	0,5%
RMO	4.631.134	0,4%
EFPO	520.796	0,05%
Total Geral	**1.110.155.530**	**100%**

Fonte: Elaboração própria com dados da ANTT.
Nota: O dado de movimentação de carga ferroviária na região leva em consideração a soma do volume carregado e descarregado.

Perfil da carga

Nesse mesmo ano, as principais cargas movimentadas no modal ferroviário foram o minério de ferro, a soja e o milho. Essas três categorias de carga representaram cerca de 82% do volume total transportado nas ferrovias em 2025.

TABELA 4 – Perfil da carga ferroviária movimentada (2025)

Perfil da carga	Movimentação em toneladas úteis (TUs)	Proporção na movimentação total (%)
Minério de Ferro	802.283.982	72%
Soja	77.009.490	7%
Grãos - Milho	36.080.460	3%
Açúcar	32.445.844	3%
Celulose	27.607.396	2%
Outros	134.728.358	12%
Total geral	**1.110.155.530**	**100%**

Fonte: Elaboração própria com dados da ANTT.

Ociosidade da malha ferroviária

No que se refere à ociosidade da malha ferroviária, cerca de um terço da malha ferroviária brasileira encontra-se inoperante, o que representa um desperdício de infraestrutura e de potencial logístico. Conforme mostra tabela abaixo, muitos desses trechos permanecem sob responsabilidade das concessionárias, sem utilização ou em condições precárias.

TABELA 5 – Nível de utilização da malha ferroviária brasileira em 2025 por concessionária (em % da extensão total)

Concessionária	Trechos Ociosos*	Trechos Utilizados					Total
		Até 10%	10-20%	20-40%	40-60%	60-100%	
Estrada de Ferro Carajás	-	-	-	2%	68%	30%	100%
Ferrovia Norte Sul – Tramo Norte	-	-	4%	6%	49%	42%	100%
Ferrovia Tereza Cristina	-	11%	4%	46%	18%	21%	100%
Rumo Malha Central	-	28%	39%	27%	-	6%	100%

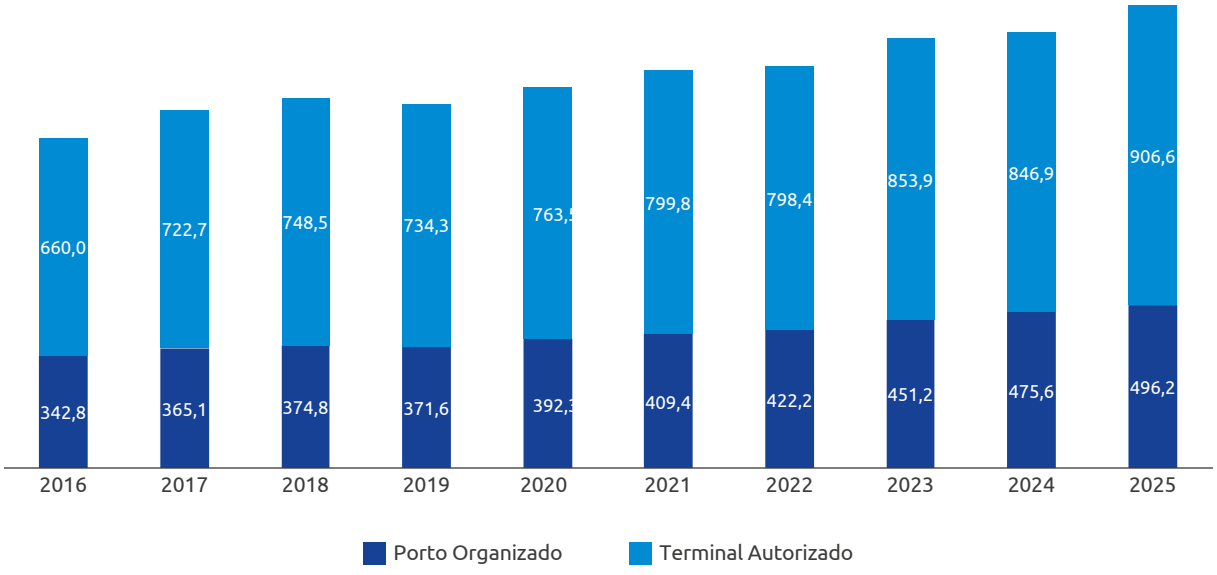
Concessionária	Trechos Ociosos*	Trechos Utilizados					Total
		Até 10%	10-20%	20-40%	40-60%	60-100%	
Rumo Malha Norte	-	-	15%	86%	-	-	100%
Estrada de Ferro Paraná Oeste	-	-	3%	97%	-	-	100%
Malha Regional Sudeste	1%	5%	2%	20%	27%	46%	100%
Estrada de Ferro Vitória-Minas	2%	6%	24%	65%	4%	-	100%
Rumo Malha Oeste	33%	18%	19%	20%	9%	2%	100%
Ferrovia Centro Atlântica	37%	6%	12%	26%	13%	7%	100%
Rumo Malha Paulista	48%	7%	3%	1%	11%	30%	100%
Ferrovia Transnordestina Logística	57%	14%	1%	2%	11%	15%	100%
Rumo Malha Sul	65%	7%	7%	11%	4%	7%	100%
Malha Ferroviária Total	**38%**	**8%**	**9%**	**19%**	**12%**	**13%**	**100%**

Fonte: Declarações de rede disponibilizadas pela ANTT (2025).
Nota: Em "Trechos Ociosos" foram consideradas as malhas sem capacidade de transporte e 100% ociosas.

2.4.3 MODAL AQUAVIÁRIO

Em 2025, foram movimentadas cerca de 1,4 bilhão de toneladas de cargas nos portos públicos e nos terminais de uso privativo (TUPs). Isso representa um aumento de 40% em relação a 2016. Os TUPs contribuíram com a maior parte, 65% do total (906 milhões de toneladas), em 2016, eles contribuíram 66% (660 milhões de toneladas).

GRÁFICO 9 – Movimentação de carga em milhões de toneladas (2016 - 2025)



Nota: Elaboração própria com dados da plataforma *Antaq*.

Movimentação de contêiner

Em 2025, foram movimentados aproximadamente 15,24 milhões de TEUs nas principais instalações portuárias brasileiras. O Porto de Santos concentrou a maior parcela, com cerca de 4,05 milhões de TEUs, o que representa aproximadamente 26,6% do total.

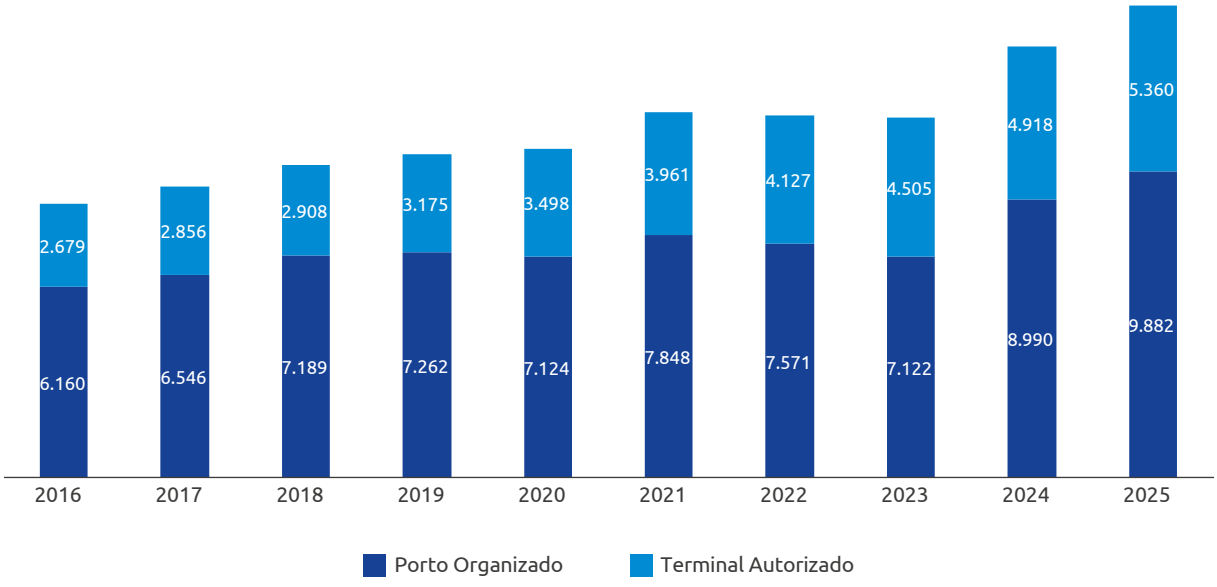
TABELA 6 – Principais instalações portuárias de movimentação de contêiner (2025)

Porto/TUP	Volume (TEUs)
Santos	4.051.281
Paranaguá	1.458.173
Porto Itapoá Terminais Portuários	1.446.474
DP World Santos	1.142.438
Portonave - Terminais Portuários de Navegantes	1.033.547
Rio Grande	1.018.665
Rio de Janeiro	938.967
Porto Chibatão	711.639
Suape	698.177
Terminal Portuário do Pecém	664.710
Outros	2.078.418
Total	**15.242.488,55**

Fonte: Elaboração própria com dados da Antaq.

Os portos organizados contribuíram com a maior parte, 65% do total (9.882 mil TEUs), em 2016, eles contribuíram 70% (6.160 mil TEUs).

GRÁFICO 10 – Movimentação de carga conteinerizada em mil TEUs (2016-2025)

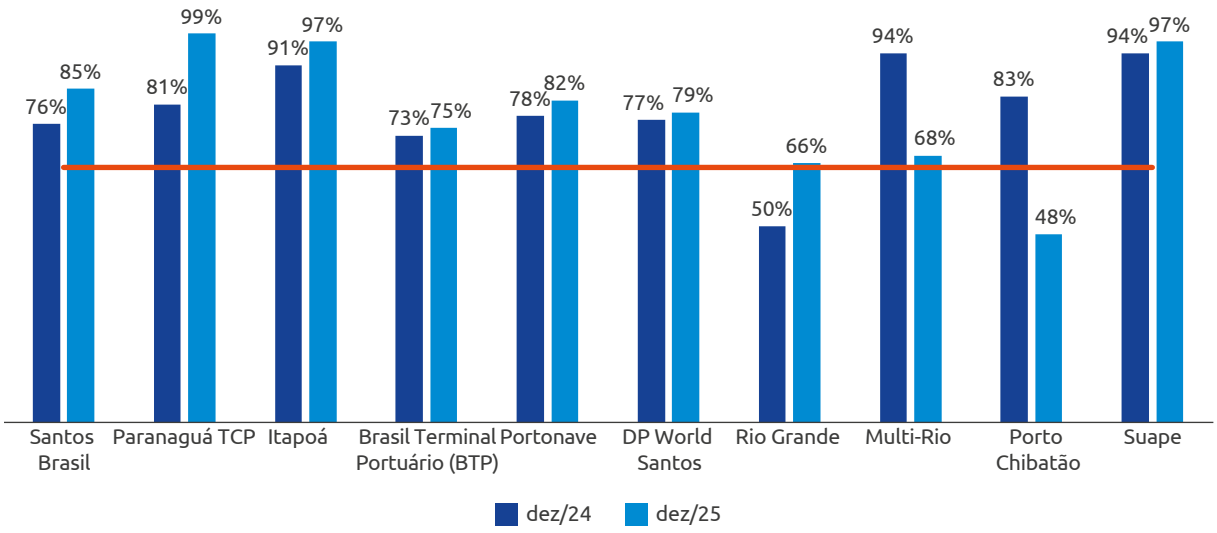


Nota: Elaboração própria com dados da plataforma *Antaq*.

Nível de utilização das instalações portuárias de contêiner

Em dezembro de 2025, dentre os dez terminais de contêineres mais movimentados, o de Paranaguá TCP foi o que apresentou o maior nível de utilização, com 99% da ocupação.

GRÁFICO 11 – Nível de utilização das principais instalações (dez/2025)

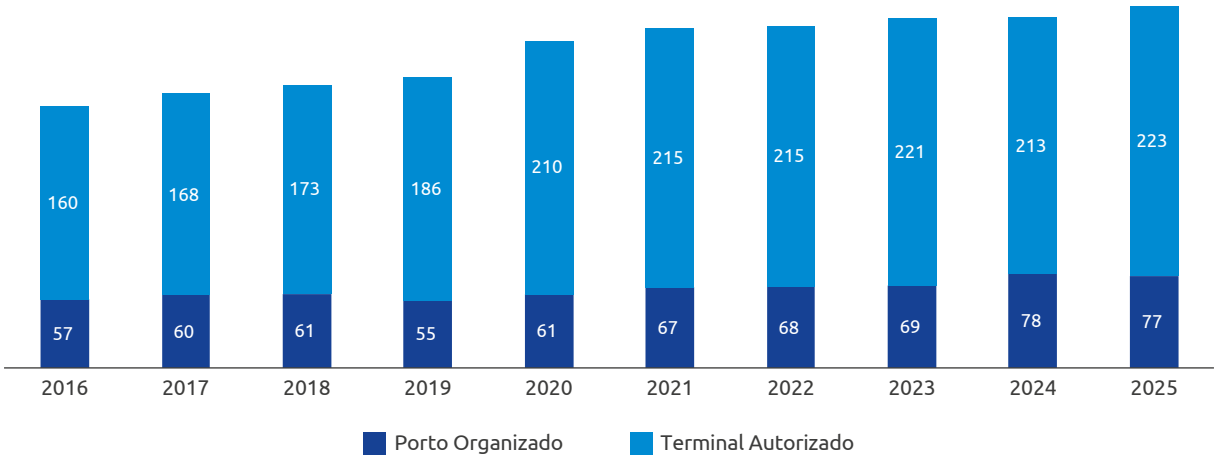


Nota: Elaboração própria com dados da plataforma *SOLVE Shipping*.

Navegação de cabotagem

Em 2025, a navegação de cabotagem respondeu por uma movimentação de aproximadamente 299 milhões de toneladas nos portos públicos e nos Terminais de Uso Privativo (TUPs), representando um crescimento de 38% em relação a 2016. Desse total, os TUPs concentraram a maior parcela, com 74% da movimentação, a mesma proporção em comparação com 2016.

GRÁFICO 12 – Movimentação de carga na cabotagem em milhões de toneladas (2016 - 2025)



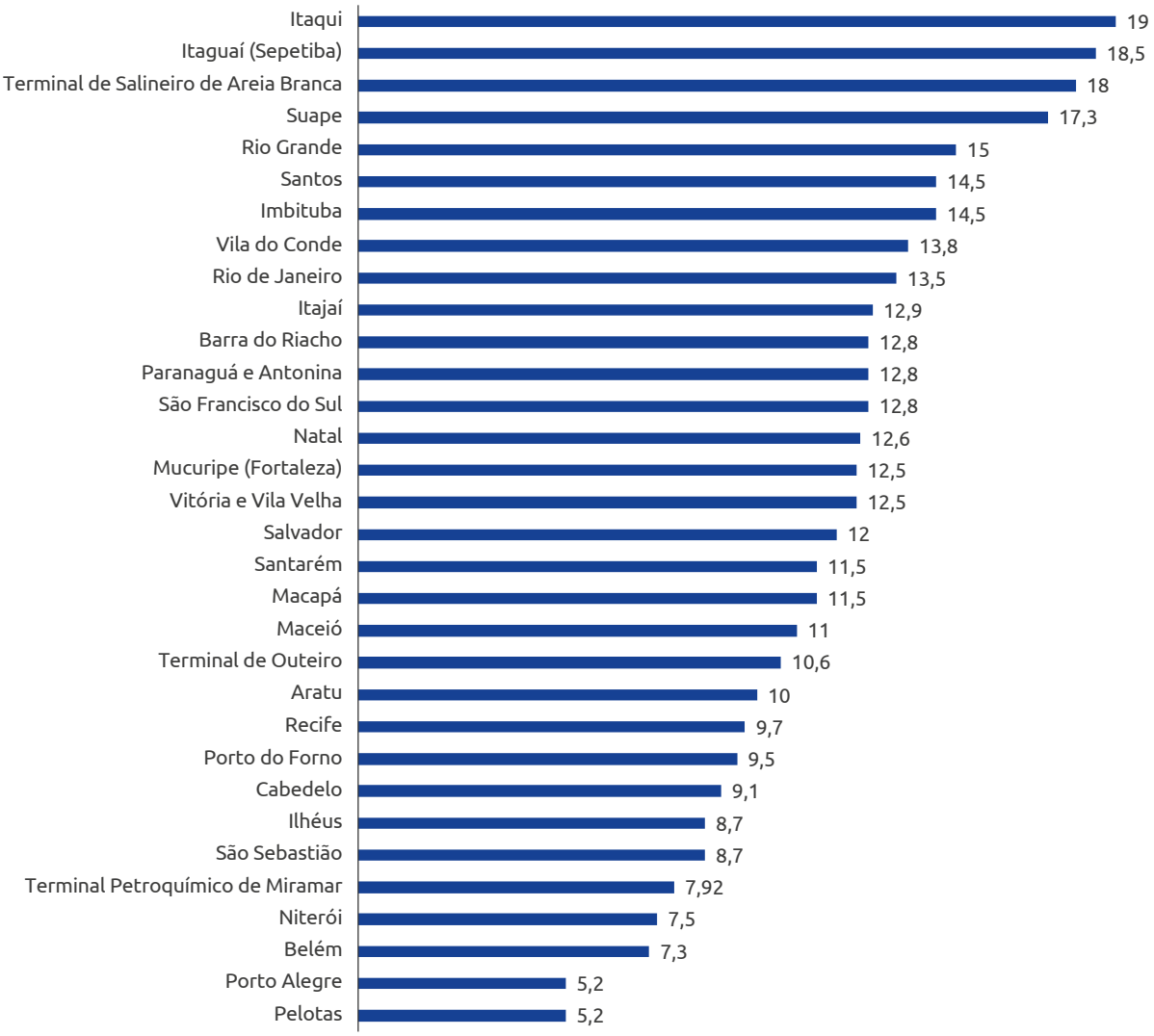
Nota: Elaboração própria com dados da plataforma *Antaq*.

Calado das instalações portuárias

O calado máximo das instalações portuárias é uma medida que ilustra a capacidade que essas infraestruturas possuem em atender determinados tipos de navios. Quanto maior o calado, mais profundo é o canal de acesso à instalação portuária, e maior é a variedade de navios que podem acessar essas infraestruturas, em especial quando se trata de embarcações que movimentam contêineres.

De acordo com as informações apuradas, o Porto do Itaqui é o que registra o maior calado, seguido pelo Porto de Itaguaí (Sepetiba).

GRÁFICO 13 – Calado máximo em instalações portuárias brasileiras em metros



Fonte: Elaboração própria com base em dados disponibilizados pelo Ministério da Infraestrutura.
Nota: Dados foram disponibilizados em setembro de 2021.

2.4.4 MODAL AÉREO

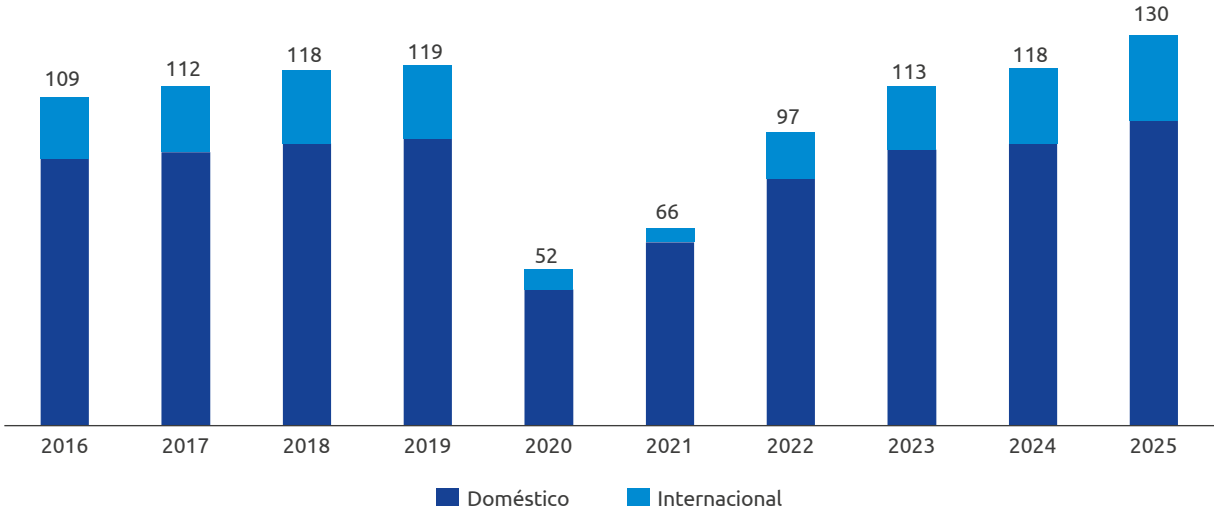
Os aeroportos que movimentaram mais passageiros no Brasil, em 2025, foram: o Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos (Governador André Franco Montoro), o Aeroporto de São Paulo/Congonhas (Deputado Freitas Nobre) e o Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão (Antônio Carlos Jobim).

TABELA 7 – Dez principais aeroportos em movimentação de passageiros (2025)

Aeroporto	Passageiros pagos
Aeroporto de Guarulhos (SBGR)	46.340.499
Aeroporto de São Paulo/Congonhas (SBSP)	24.068.576
Aeroporto do Rio de Janeiro/Galeão (SBGL)	23.622.757
Aeroporto de Brasília (SBBR)	16.362.995
Aeroporto de Confins (SBCF)	12.938.336
Aeroporto de Campinas (SBKP)	12.874.172
Aeroporto de Recife (SBRF)	9.763.362
Aeroporto de Salvador (SBSV)	7.852.504
Aeroporto de Porto Alegre (SBPA)	7.286.341
Aeroporto de São José dos Pinhais (SBCT)	6.041.850

Fonte: Elaboração própria com dados da ANAC.
Nota: A movimentação apresentada considera a soma do embarque com desembarque e de voos de natureza doméstica e internacional.

GRÁFICO 14 – Movimentação de passageiros pagos nos aeroportos do Brasil em milhões (2016 - 2025)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANAC.
Nota: Dados contemplam passageiros de natureza doméstica e internacional.

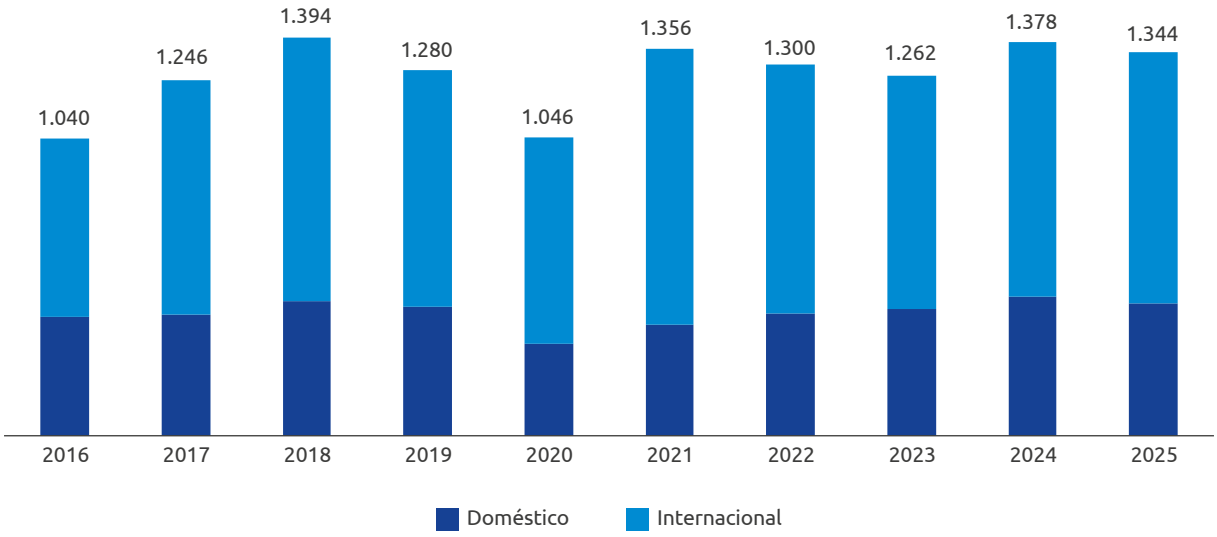
O total de carga embarcada e desembarcada nos aeroportos do Brasil atingiu 1,7 milhão de toneladas, em 2025, e os aeroportos de maior movimentação de cargas foram os de Guarulhos, Campinas e Manaus.

TABELA 8 – Dez principais aeroportos em movimentação de carga e correio no Brasil (2025)

Aeroporto	Carga e Correio (Kg)
Aeroporto de Guarulhos (SBGR)	734.205.331,00
Aeroporto de Campinas (SBKP)	294.806.683,00
Aeroporto de Manaus (SBEG)	135.617.125,00
Aeroporto do Rio de Janeiro (SBGL)	106.283.495,00
Aeroporto de Brasília (SBBR)	71.830.299,00
Aeroporto de Recife (SBRF)	64.120.445,00
Aeroporto de Fortaleza (SBFZ)	52.370.843,00
Aeroporto de São Paulo (SBSP)	51.324.564,00
Aeroporto de Confins (SBCF)	43.362.147,00
Aeroporto de Salvador (SBSV)	39.777.794,00

Fonte: Elaboração própria com dados da ANAC

GRÁFICO 15 – Movimentação de carga e correio nos aeroportos do Brasil em mil toneladas (2016 - 2025)



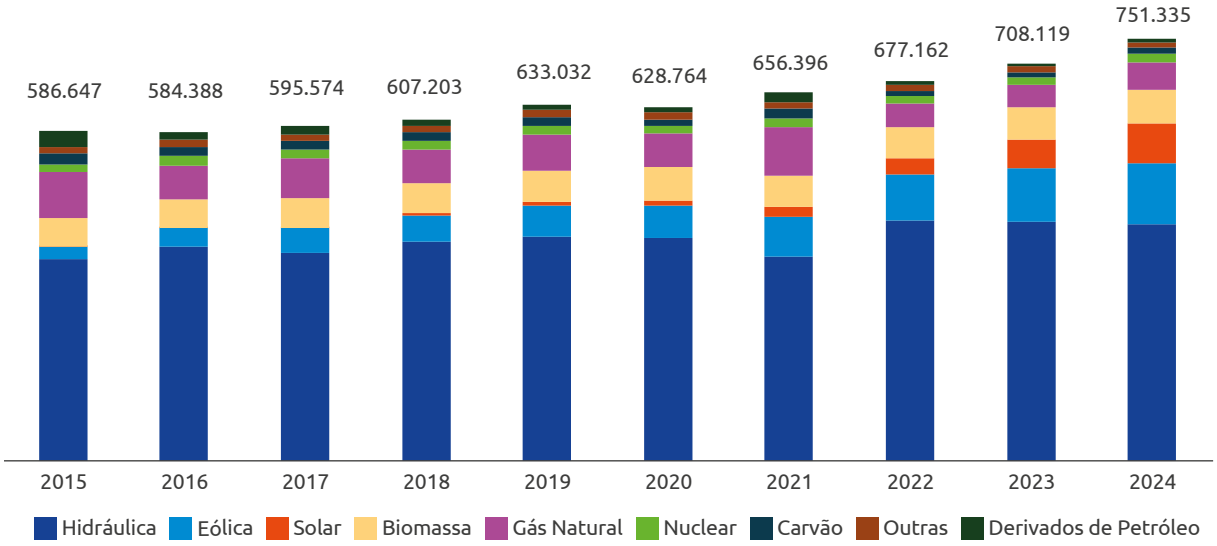
Fonte: Elaboração própria com dados da ANAC.
Nota: Dados contemplam cargas de natureza doméstica e internacional.

2.5 ENERGIA ELÉTRICA

Geração de energia elétrica

O Brasil apresenta elevada participação de fontes renováveis na geração de eletricidade. Em 2024, cerca de 90% da matriz elétrica brasileira foi composta por fontes renováveis, com destaque para a energia hidrelétrica, que respondeu por 56% da geração total.

GRÁFICO 16 – Geração de energia elétrica por fonte no Brasil (GWh)



Fonte: Elaboração própria com dados da EPE – *Anuário Estatístico de Energia Elétrica 2025.*

Distribuição de Energia

Com a finalidade de analisar a qualidade do fornecimento de energia elétrica pelas diferentes distribuidoras que operam no Brasil, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) monitora indicadores de prestação desse serviço.

Dentre os indicadores monitorados pela agência destaca-se o de Desempenho Global de Continuidade (DGC)[3]. Esse indicador busca garantir a manutenção de um padrão de continuidade no fornecimento de energia, por meio da avaliação conjunta das estatísticas relacionadas à duração de interrupções na distribuição (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – DEC) e à frequência de interrupções (Frequência Equivalente de Interrupções por Unidade Consumidora – FEC).

Ao ranquear as distribuidoras utilizando o Desempenho Global de Continuidade (DGC), a Aneel visa incentivar a melhoria contínua da qualidade do serviço, impondo regras para que as concessionárias compensem os consumidores nos casos em que extrapolarem os limites individuais de duração e frequência de interrupções estabelecidos pela agência.

O Brasil conta com um total de 103 distribuidoras no fornecimento de energia elétrica. Considerando aquelas que apresentam mais de 400 mil unidades consumidoras, o ranking elaborado pela Aneel mostra que, em 2024, a CPFL Santa Cruz foi a que apresentou o melhor valor do indicador DGC. Nesse mesmo recorte, a distribuidora que apresentou a pior posição no ranking foi a Companhia Estadual de Distribuição de Energia elétrica (CEEE-D).

TABELA 9 – Ranking de continuidade do fornecimento de energia elétrica (2024)

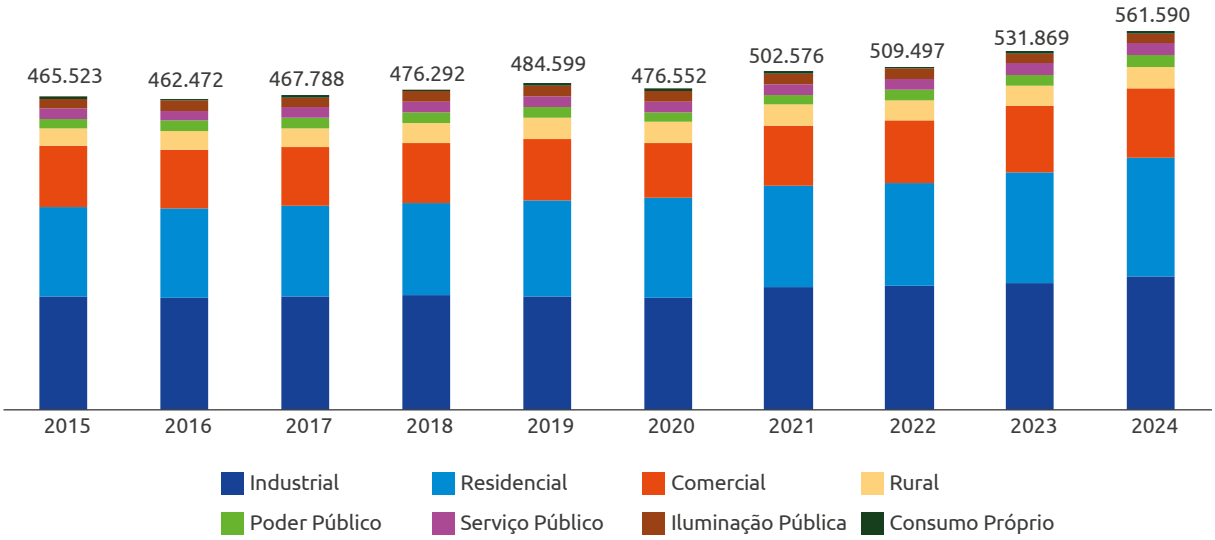
Posição	Sigla	Empresa	Região	DGC
1º	CPFL SANTA CRUZ	COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA	SE	0,58
2º	EPB	ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A	NE	0,62
2º	ERO	ENERGISA RONDONIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A	NO	0,62
4º	NEOENERGIA COSERN	COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE COSERN	NE	0,63
5º	ESS	ENERGISA SUL-SUDESTE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	SE	0,64
6º	CPFL PAULISTA	COMPANHIA PAULISTA DE FORCA E LUZ	SE	0,67
6º	EDP ES	EDP ESPÍRITO SANTO DISTRIBUICAO DE ENERGIA S.A.	SE	0,67
6º	EQUATORIAL PA	EQUATORIAL PARA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	NO	0,67
6º	ETO	ENERGISA TOCANTINS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	NO	0,67
10º	EMT	ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	CO	0,68
11º	CPFL PIRATININGA	COMPANHIA PIRATININGA DE FORCA E LUZ	SE	0,69
11º	EMR	ENERGISA MINAS RIO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	SE	0,69
13º	NEOENERGIA COELBA	COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA COELBA	NE	0,71
14º	NEOENERGIA ELEKTRO	ELEKTRO REDES S.A.	SE	0,72
15º	EDP SP	EDP SAO PAULO DISTRIBUICAO DE ENERGIA S.A.	SE	0,74
15º	EMS	ENERGISA MATO GROSSO DO SUL - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	CO	0,74
15º	RGE	RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	SU	0,74
18º	ESE	ENERGISA SERGIPE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A	NE	0,75
18º	NEOENERGIA BRASÍLIA	NEOENERGIA DISTRIBUICAO BRASILIA S.A.	CO	0,75
20º	NEOENERGIA PERNAMBUCO	COMPANHIA ENERGETICA DE PERNAMBUCO	NE	0,77
21º	ENEL SP	ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A.	SE	0,8
21º	EQUATORIAL PI	EQUATORIAL PIAUI DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A	NE	0,8
21º	LIGHT SESA	LIGHT SERVICOS DE ELETRICIDADE S A	SE	0,8
24º	ENEL CE	COMPANHIA ENERGETICA DO CEARA	NE	0,82
24º	EQUATORIAL MA	EQUATORIAL MARANHÃO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A	NE	0,82
26º	CELESC	CELESC DISTRIBUICAO S.A	SU	0,85
27º	ENEL RJ	AMPLA ENERGIA E SERVICOS S.A.	SE	0,86
28º	CEMIG	CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A	SE	0,91
29º	COPEL	COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A.	SU	0,92
30º	EQUATORIAL GO	EQUATORIAL GOIAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A	CO	1,19
31º	CEEE	COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA – CEEE-D	SU	1,76

Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.

Consumo de Energia Elétrica

O consumo de energia elétrica no Brasil é concentrado nas classes do setor industrial, residencial e comercial, os quais representaram cerca de 85% do total consumido no ano de 2024. Por sua vez, dentro da classe industrial, o segmento que possui o maior consumo é a metalurgia.

GRÁFICO 17 – Consumo de energia por classe (GWh)



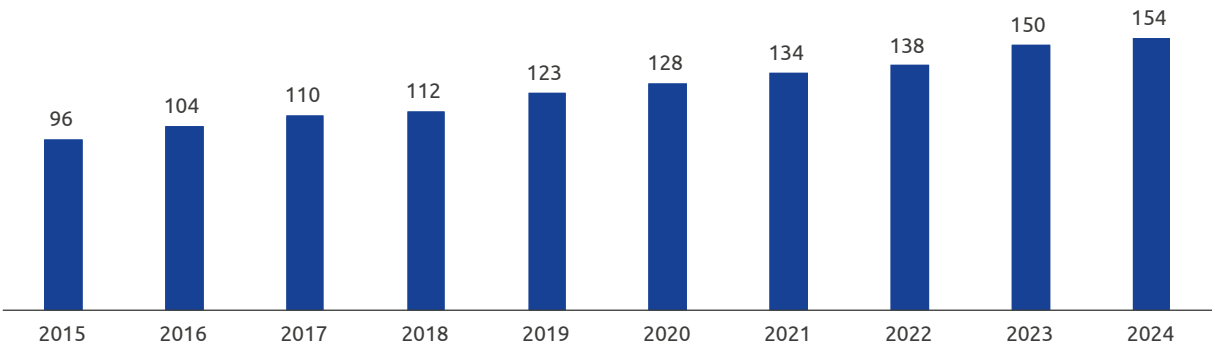
Fonte: Elaboração própria com dados da EPE - *Anuário Estatístico de Energia Elétrica 2025.*

2.6 GÁS NATURAL

Produção de Gás Natural

Segundo informações disponibilizadas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), em 2024, a produção de gás natural foi de 154 milhões de m³/dia, o que representa um aumento de cerca de 60% em relação ao volume de produção diária de 2015.

GRÁFICO 18 – Produção nacional de gás natural (milhões de m³/dia)

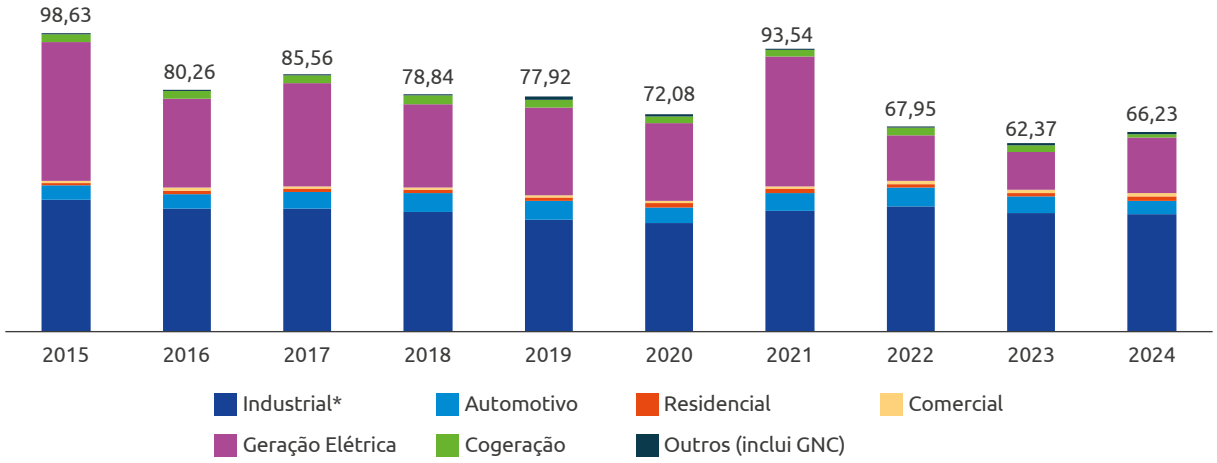


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Consumo de Gás Natural

A indústria concentra aproximadamente 60% do consumo total de gás natural no Brasil, participação que se mantém praticamente inalterada ao longo da última década. Na sequência, destacam-se o segmento de geração de energia elétrica, responsável por cerca de 31% do consumo, e o setor automotivo, com participação em torno de 7%.

GRÁFICO 19 – Consumo de gás natural por segmento (milhões m³/dia)



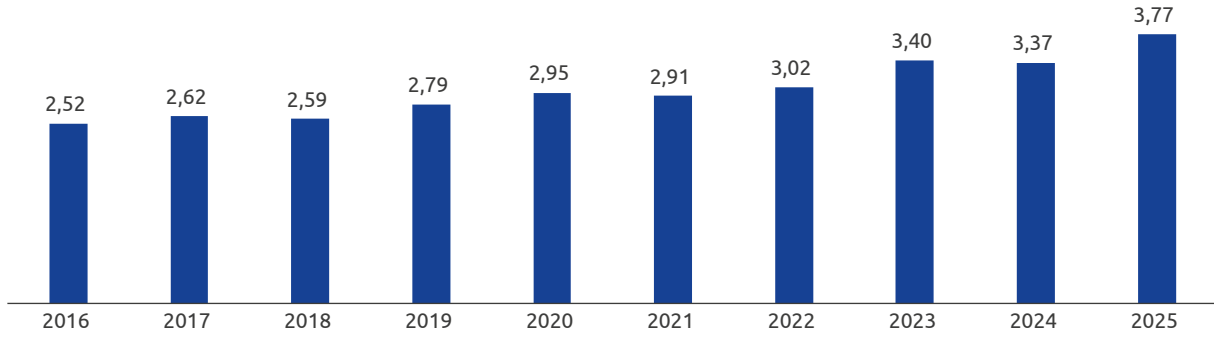
Fonte: Elaboração própria com dados do MME - *Boletim Mensal de Acompanhamento da Indústria de Gás Natural.*

2.7 PETRÓLEO

O petróleo brasileiro tem grande destaque no cenário internacional, com o país ocupando a sétima posição entre os maiores produtores do mundo. Além disso, é o principal produto das exportações brasileiras.

Nos últimos anos, a produção de petróleo no país cresceu cerca de 50% entre 2016 e 2025, passando de 2,52 milhões para 3,77 milhões de barris por dia (bbl/dia).

GRÁFICO 20 – Produção nacional de petróleo (milhões bbl/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

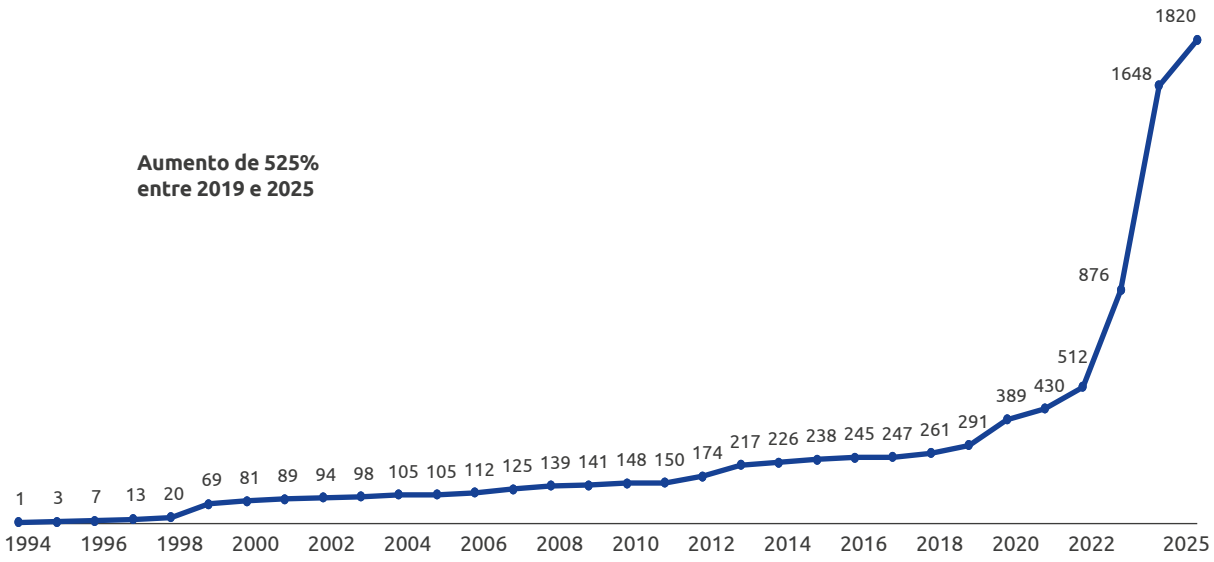
2.8 SANEAMENTO BÁSICO

Municípios com atuação privada

Em 2025, 1.820 municípios (32,7%) registraram atuação privada em diversas modalidades (Abcon Sindcon). O número observado de municípios com participação privada, em 2025, representa um crescimento de 525% em comparação com o cenário de 2019.

Apesar do incremento da participação privada no setor, o país ainda conta com 1.068 municípios sem metas previstas em contrato para abastecimento de água (12% da população brasileira) e 1.421 municípios fora do marco contratual para esgotamento sanitário (15% da população). Entre essas localidades há municípios com prestação direta ou que eram atendidos por companhias estaduais que não comprovaram capacidade para universalizar os serviços.

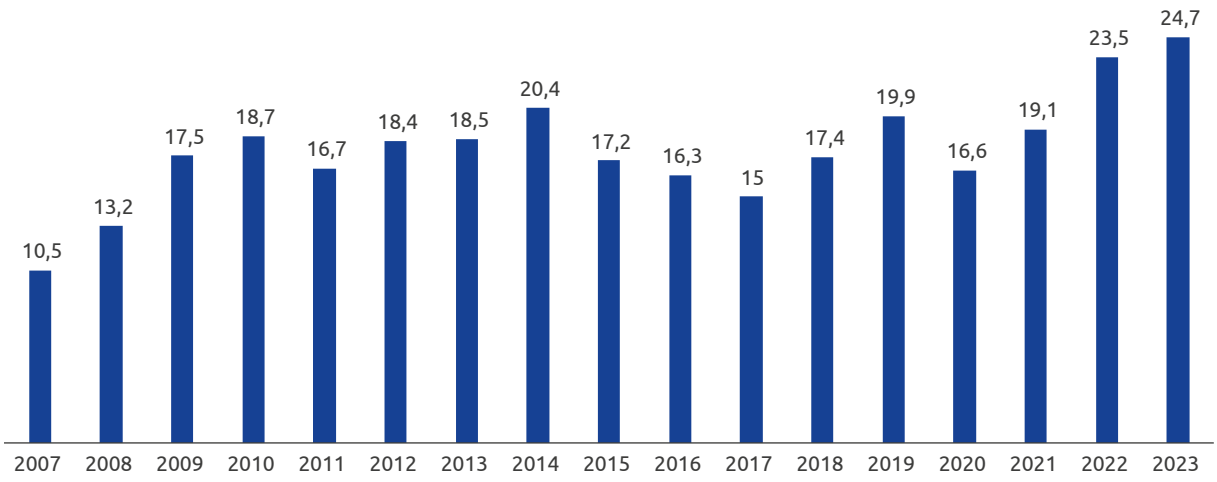
GRÁFICO 21 – Evolução dos municípios com participação privada



Fonte: Elaboração ABCON SINDCON com base nos dados do SPRIS, SINISA, SNIS, Radar PPP e BNDES.
*Considera os leilões realizados e com projeção até agosto de 2025.

O número de municípios com participação privada para a prestação dos serviços de saneamento tem reflexos diretos no incremento de investimentos no setor, conforme é possível observar a partir de 2021.

GRÁFICO 22 – Histórico de investimentos em saneamento (R$ bilhões)



Nota: Elaboração ABCON SINDCON com base nos dados do SNIS, SINISA, SPRIS e IBGE.
*Valores atualizados pelo IPCA

Perdas na Distribuição de Água

Os dados referentes a perdas na distribuição de água apontam para um índice de 40% no Brasil, em 2023. A região norte e nordeste apresentam um índice de perdas ainda maior, de cerca de 50% e 46%, respectivamente. Esse percentual representa a parcela do volume de água disponibilizado que não foi utilizado pelos consumidores, seja por vazamentos, falhas nos sistemas de medição ou ligações clandestinas.

GRÁFICO 23 – Perdas totais de água na distribuição no Brasil (2023)



Fonte: Elaboração própria com dados do SINISA.



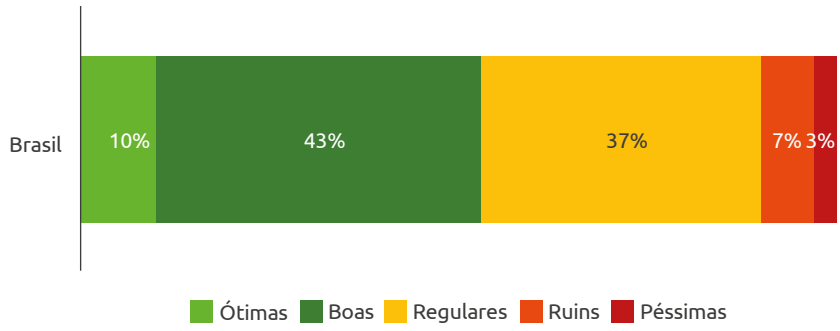
3 COMO OS EMPRESÁRIOS INDUSTRIAIS AVALIAM A INFRAESTRUTURA NO BRASIL?

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) realizou levantamento, em parceria com a Nexus, para obter um diagnóstico das condições da infraestrutura nas diferentes regiões brasileiras. A pesquisa foi realizada por meio de entrevistas telefônicas com 2.500 executivos de grandes e médias indústrias. O levantamento foi realizado entre 26 de março e 26 de maio de 2026 e a construção da amostra levou em consideração o porte das empresas e o setor de atividade de acordo com a Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE) representado pelos executivos.

A margem de erro no total da amostra foi de dois pontos percentuais, considerando um intervalo de confiança de 95%. Além disso, foi aplicado um fator de ponderação para corrigir eventuais distorções em relação ao plano amostral.

Avaliação da Infraestrutura em Geral

GRÁFICO 24 – Como o empresário industrial avalia as condições da infraestrutura no Brasil?

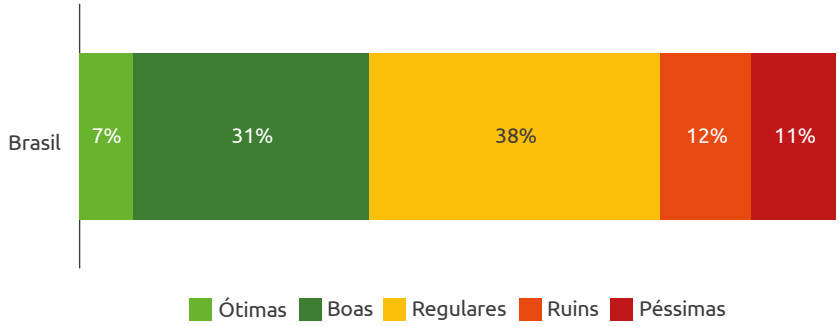


47% dos empresários industriais consideram as condições de infraestrutura do país como regular, ruim ou péssima.

Fonte: Elaboração própria com dados da CNI/Nexus (2026).
Nota: A soma pode ser diferente de 100% por questões de arredondamento.

Avaliação do Transporte Rodoviário

GRÁFICO 25 – Como o empresário industrial avalia a infraestrutura de transporte rodoviário no Brasil?

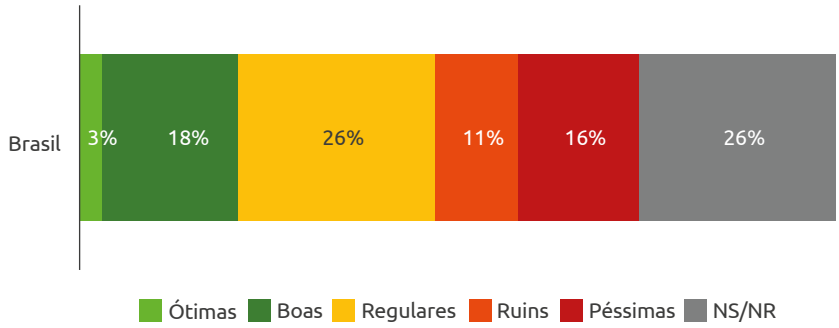


No Brasil, **61%** dos empresários industriais apontam a infraestrutura rodoviária como regular, ruim ou péssima.

Fonte: Elaboração própria com dados da CNI/Nexus (2026).
Nota: A soma pode ser diferente de 100% por questões de arredondamento.

Avaliação do Transporte Ferroviário

GRÁFICO 26 – Como o empresário industrial avalia a infraestrutura de transporte ferroviário no Brasil?

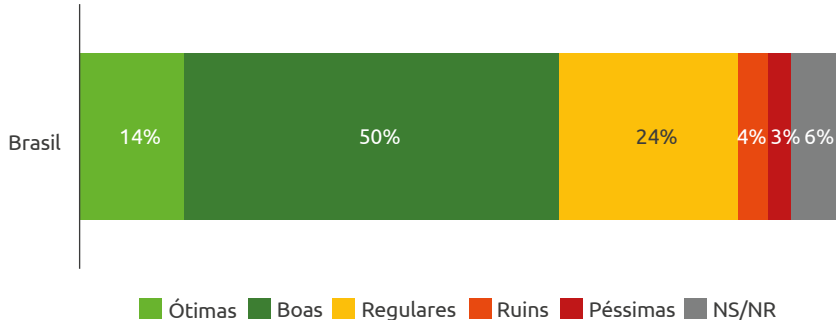


53% dos empresários industriais consideram a infraestrutura ferroviária como regular, ruim ou péssima no Brasil. 26% não sabem ou não responderam.

Fonte: Elaboração própria com dados da CNI/Nexus (2026).
Nota: A soma pode ser diferente de 100% por questões de arredondamento.
* NS/NR indica que o respondente não soube responder ou não respondeu.

Avaliação do Transporte Aéreo

GRÁFICO 27 – Como o empresário industrial avalia a infraestrutura de transporte aéreo no Brasil?

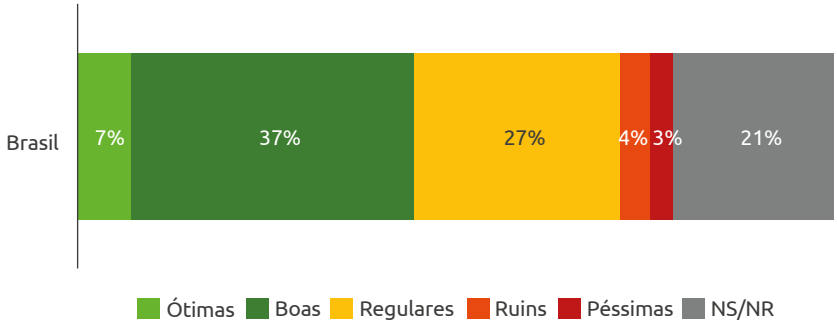


31% dos empresários industriais brasileiros dizem que a infraestrutura aeroportuária é regular, ruim ou péssima.

Fonte: Elaboração própria com dados da CNI/Nexus (2026).
Nota: A soma pode ser diferente de 100% por questões de arredondamento.
* NS/NR indica que o respondente não soube responder ou não respondeu.

Avaliação dos Portos

GRÁFICO 28 – Como o empresário industrial avalia a infraestrutura portuária no Brasil?

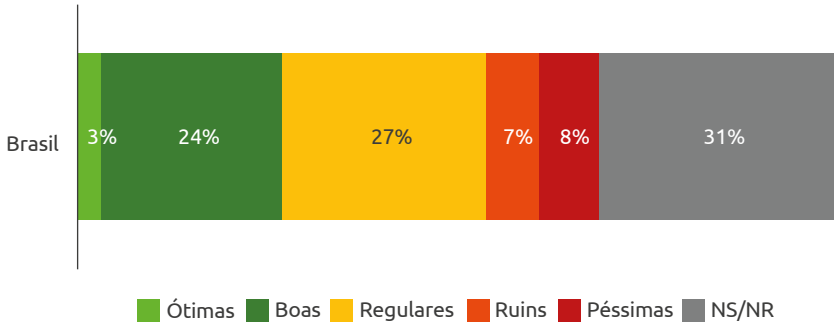


34% dos empresários industriais afirmam que a infraestrutura portuária é regular, ruim ou péssima. 21% não sabem ou não responderam.

Fonte: Elaboração própria com dados da CNI/Nexus (2026).
Nota: A soma pode ser diferente de 100% por questões de arredondamento.
* NS/NR indica que o respondente não soube responder ou não respondeu.

Avaliação do Transporte Hidroviário

GRÁFICO 29 – Como o empresário industrial avalia a infraestrutura hidroviária no Brasil?



No Brasil, **42%** dos empresários industriais afirmam que a infraestrutura hidroviária é regular, ruim ou péssima. 31% não sabem ou não responderam.

Fonte: Elaboração própria com dados da CNI/Nexus (2026).
Nota: A soma pode ser diferente de 100% por questões de arredondamento.
* NS/NR indica que o respondente não soube responder ou não respondeu.

Principais gargalos de transporte e prioridades de investimento no setor

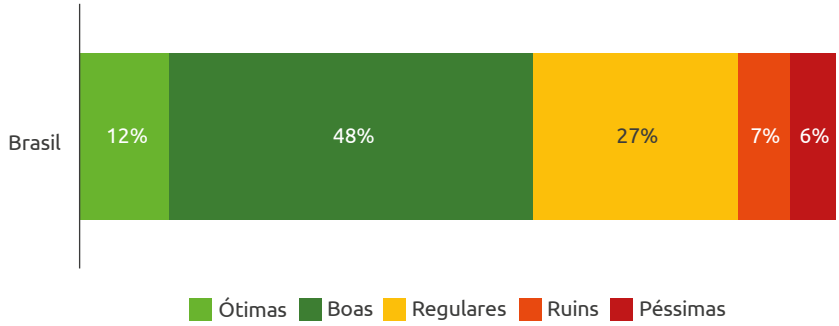
TABELA 10 – Quais os principais gargalos de transporte no Brasil?

Gargalos de transporte
Baixa qualidade e conservação das rodovias
Pouca disponibilidade de malha ferroviária operante
Limitações nos acessos terrestres e marítimos aos portos
Escassez de zonas secundárias de despacho aduaneiro (porto seco)
Insuficiência de capacidade nos terminais portuários
Restrições de oferta para atendimento da demanda nos aeroportos

Fonte: Elaboração própria com dados da CNI/Nexus (2026).

Avaliação da Infraestrutura de Energia

GRÁFICO 30 – Como o empresário industrial avalia a infraestrutura de energia no Brasil?



40% dos empresários industriais brasileiros afirmam que a infraestrutura de energia é regular, ruim ou péssima.

Fonte: Elaboração própria com dados da CNI/Nexus (2026).
Nota: A soma pode ser diferente de 100% por questões de arredondamento.

Principais gargalos de energia e prioridades de investimento no setor

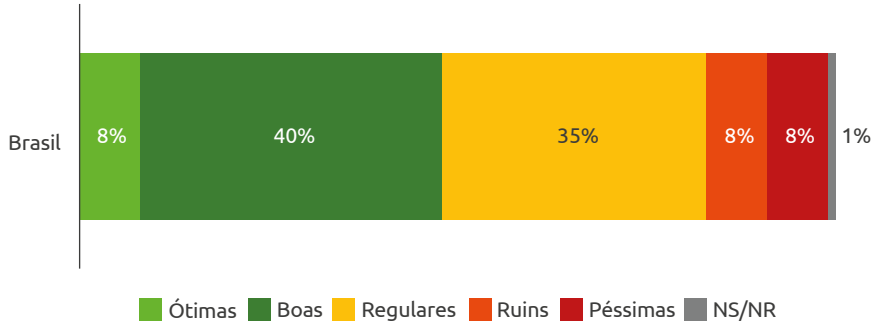
TABELA 11 – Quais os principais gargalos de energia no Brasil?

Gargalos de energia
Alta frequência de interrupções / Quedas de energia
Demora para restabelecimento do fornecimento de energia após interrupções
Restrição de capacidade da rede para suportar expansão industrial
Demora para realizar novas ligações, ampliações de carga ou melhorias solicitadas
Falta de comunicação eficiente por parte da distribuidora
Dificuldades para adequação interna às exigências da distribuidora

Fonte: Elaboração própria com dados da CNI/Nexus (2026).

Avaliação da Infraestrutura de Saneamento Básico

GRÁFICO 31 – Como o empresário industrial avalia a infraestrutura de saneamento básico no Brasil?



No Brasil, **51%** dos empresários industriais afirmam que a infraestrutura de saneamento é regular, ruim ou péssima.

Fonte: Elaboração própria com dados da CNI/Nexus (2026).
Nota: A soma pode ser diferente de 100% por questões de arredondamento.
* NS/NR indica que o respondente não soube responder ou não respondeu.

Principais gargalos no setor de saneamento básico e prioridades de investimento no setor

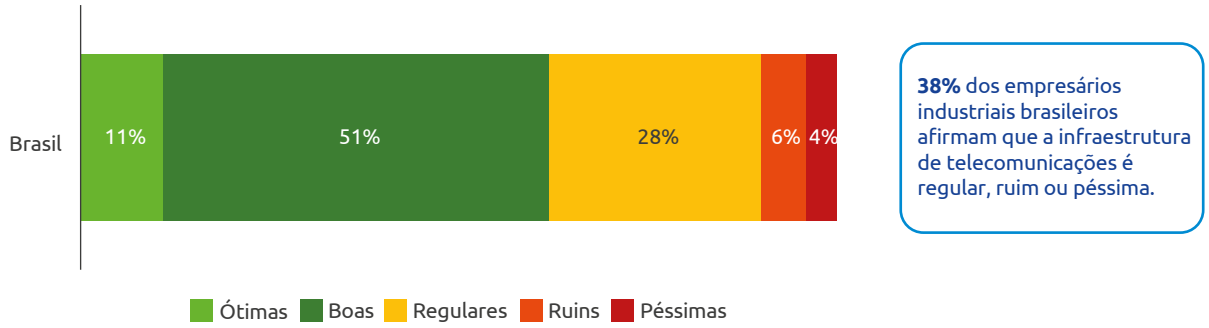
TABELA 12 – Quais os principais gargalos de saneamento básico no Brasil?

Gargalos de saneamento
Limitações na infraestrutura regional para tratamento e destinação de efluentes
Vulnerabilidade da rede a eventos climáticos
Ocorrência de vazamentos e perdas de água nos sistemas de distribuição
Baixa disponibilidade de infraestrutura para produção e uso de água de reuso
Redução de pressão na rede ou interrupção no fornecimento de água
Baixa cobertura de redes de abastecimento de água

Fonte: Elaboração própria com dados da CNI/Nexus (2026).

Avaliação da Infraestrutura de Telecomunicações

GRÁFICO 32 – Como o empresário industrial avalia a infraestrutura de telecomunicações no Brasil?



38% dos empresários industriais brasileiros afirmam que a infraestrutura de telecomunicações é regular, ruim ou péssima.

Fonte: Elaboração própria com dados da CNI/Nexus (2026).
Nota: A soma pode ser diferente de 100% por questões de arredondamento.
* NS/NR indica que o respondente não soube responder ou não respondeu.

Principais gargalos no setor de telecomunicações e prioridades de investimento no setor

TABELA 13 – Quais os principais gargalos de telecomunicações no Brasil?

Gargalos de telecomunicações
Baixa qualidade e instabilidade do sinal de internet
Baixa disponibilidade de redes 5G em áreas industriais
Cobertura limitada de redes de telecomunicações em áreas remotas
Infraestrutura limitada em áreas logísticas e corredores industriais
Baixa resiliência das redes e demora na recuperação de serviços após falhas
Escassez de data centers e pontos de troca de tráfego (IXPs)

Fonte: Elaboração própria com dados da CNI/Nexus (2026).



4 PROPOSTAS NACIONAIS

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) entregou, no dia 22 de junho, a pré-candidatos à Presidência da República um documento que reúne prioridades para o desenvolvimento do setor industrial e para o crescimento econômico do país nos próximos anos[5].

O documento está estruturado em três blocos principais: i) Macroeconomia para o crescimento sustentado, com propostas voltadas à estabilidade e à criação de condições para o crescimento econômico; ii) Políticas fundamentais para garantir o desenvolvimento produtivo, que reúne medidas necessárias ao fortalecimento da indústria e da capacidade produtiva nacional; e iii) Agenda microeconômica: redução do Custo Brasil e melhoria do ambiente de negócios, com iniciativas destinadas a aumentar a competitividade das empresas e aprimorar as condições para a realização de investimentos.

Dentro dessa agenda microeconômica, destacam-se questões relacionadas à Energia, Transporte e Saneamento Básico, áreas fundamentais para a competitividade da indústria, a redução dos custos de produção e a melhoria da infraestrutura do país.

A seguir, são apresentadas as principais propostas e ações relacionadas a essas três áreas.

ENERGIA

- Reduzir os encargos setoriais incidentes sobre a conta de energia elétrica
- Retomar investimentos em usinas hidrelétricas
- Reduzir o problema das restrições à geração (*curtailment*)
- Avançar na atualização do modelo do setor elétrico
- Reduzir o preço e aumentar a oferta de gás natural no Brasil
- Mercado de combustíveis: políticas públicas, investimentos e os desafios da descarbonização no Brasil
- Investimentos em novas capacidades de refino no Brasil

5 Ver: https://cni.portaldaindustria.com.br/documents/d/cni/construindo-o-brasil-2050-completo?download=true.

TRANSPORTE

- Tornar referencial a tabela de pisos mínimos de frete rodoviário
- Licitar novas áreas portuárias para a movimentação de contêineres
- Conceder as administrações portuárias públicas para a gestão privada
- Eliminar entraves burocráticos à operação de embarcações na cabotagem brasileira
- Dar maior agilidade ao processo de devolução de trechos ferroviários inoperantes
- Alterar o regime de outorga para o estabelecimento de portos secos no país
- Estabelecer a efetiva regulação econômica do serviço de praticagem
- Garantir maior celeridade ao processo de concessão das administrações hidroviárias à iniciativa privada
- Possibilitar o regime de outorgas de autorização para novos aeroportos
- Expandir a participação privada no setor rodoviário por meio das concessões de manutenção
- Manter uma unidade gestora de projetos de infraestrutura no âmbito federal
- Enfrentar o problema das obras paralisadas

SANEAMENTO

- Avançar na estruturação e na realização de projetos de saneamento
- Ampliar o acesso ao saneamento em municípios com maior déficit de cobertura
- Reduzir perdas de água e aumentar a eficiência operacional dos sistemas de abastecimento
- Avançar no fortalecimento da segurança regulatória para alcançar a universalização dos serviços de água e esgoto
- Integrar o saneamento básico à agenda de adaptação climática e gestão de riscos urbanos



5 EMPREENDIMENTOS PRIORITÁRIOS PARA A INDÚSTRIA

Propostas para a Região Nordeste

Rodovias

- **BR-101/SE**: Duplicar o trecho norte da BR-101/SE, bem como o trecho entre Estância e a divisa com a Bahia.
- **BR-232/PE (São Caetano – Salgueiro)**: Realizar a duplicação do trecho da BR-232/PE de São Caetano até Salgueiro.
- **BR-232/PE (Recife – Caruaru)**: Restaurar os 130 quilômetros da BR-232/PE entre Recife e Caruaru.
- **BR-230/PB (Campina Grande – Patos)**: Estabelecer a duplicação da BR-230/PB no trecho entre Campina Grande e Patos.
- **BR-230/PB (João Pessoa – Campina Grande)**: Modernizar a duplicação existente no trecho entre João Pessoa e Campina Grande na BR-230/PB com faixas adicionais, contornos urbanos, e terceiras faixas.
- **BR-230/PB (Patos – Cajazeiras)**: Estabelecer a duplicação da BR-230/PB no trecho entre Patos e Cajazeiras.
- **BR-101/AL**: Finalizar as obras de duplicação viária na BR-101/AL (km 20 até 30; 87 até 134; 164 até 200; e 245 até 248).
- **BR-324/BA e BR-116/BA**: Solucionar o imbróglio da concessão federal, caracterizada por descumprimentos contratuais e investimentos aquém do necessário para realização de obras previstas.
- **BR-324/BA e BR-407/BA**: Realizar estudo de viabilidade para concessão ou PPP dos trechos Feira de Santana – Capim Grosso (BR-324) e Capim Grosso – Juazeiro (BR-407), com prazos definidos para duplicação.

- **BR-104/AL (Messias – São José da Laje)**: Realizar as obras de adequação da BR-104/AL no trecho entre Messias e São José da Laje.
- **BR-235/SE/BA**: Garantir a duplicação da BR-235 no trecho entre Aracaju e Juazeiro.
- **BR-222/CE (Umirim – Sobral)**: Duplicar o trecho município de Umirim – Sobral (139 km) com revestimento asfáltico de alta resistência (Concreto Betuminoso Usinado a Quente – CBUQ).
- **BR-222/CE (Acesso ao CIPP)**: Garantir a duplicação da BR-222/CE do km 12 ao km 35 para facilitar o acesso ao Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP).
- **BR-222/CE (Croatá – Sobral)**: Dar celeridade à duplicação da BR-222 no trecho entre Croatá e Sobral para atender à demanda crescente de cargas e transportes.
- **BR-304/RN (Natal – Mossoró)**: Realizar a duplicação da BR-304/RN para facilitar o transporte de cargas e passageiros entre as maiores cidades do estado (Natal-Mossoró).
- **BR-104/PE**: Dar continuidade a duplicação do trecho entre Toritama até a divisa com a Paraíba.
- **BR-101/BA/SE (Feira de Santana – Aracaju)**: Concluir a duplicação do trecho norte da BR-101 entre Feira de Santana e Aracaju.
- **BR-101/BA/SE (Feira de Santana – Mucuri)**: Realizar concessão à iniciativa privada ou PPP do trecho sul, dada a saturação, problemas de segurança e interdições como na ponte sobre o Rio Jequitinhonha em Itapebi.
- **Arco Metropolitano de Maceió**: Duplicar a BR-316/AL para acesso à capital do estado, contribuindo para os fluxos de passageiros e cargas.
- **BR-316/AL (Palmeira – Pilar)**: Garantir as adequações da BR-316, que liga Palmeira dos Índios ao "Trevo da Morte", em Pilar.
- **BR-135/MA e BR-316/MA/PI (Bacabeira – Teresina)**: Garantir a duplicação da BR-135 e da BR-316 no trecho entre Bacabeira e Teresina.
- **BR-135/MA (Estreito dos Mosquitos)**: Ampliar e reforçar as estruturas das duas pontes que ligam a Ilha de São Luís ao continente, no Estreito dos Mosquitos, na BR-135/MA.
- **BR-135/MA (São Luís e Miranda do Norte)**: Concluir a duplicação da BR-135 entre São Luís (MA) e Miranda do Norte (MA).
- **BR-135/MA (3° Pista)**: Construir 3ª pista da BR-135 no trecho entre o Aeroporto de São Luís e duas pontes do Estreito dos Mosquitos.
- **BR-135/MA (Viaduto)**: Construir viaduto de conexão da BR-135 com a Av. Eng. Emiliano Macieira, em São Luís (MA), ligação com o Porto do Itaqui.

- **BR-423/PE (São Caetano – Lajeado)**: Viabilizar a duplicação da BR-423/PE entre São Caetano e Lajedo, no Agreste do Estado.
- **Arco Metropolitano do Ceará**: Implantar o Arco Metropolitano do Ceará, no trecho entre a BR-116 (Chorozinho) e o Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), com 108,9 km de extensão em pavimento rígido de concreto.
- **Anel Viário de Fortaleza:** Concluir as obras do anel viário (Fortaleza à BR-116) – Extensão 34,5 km.
- **BR-116/CE**: Duplicar trecho da BR-116 no trecho entre Pacajus e Jaguaribe no CE – Extensão 239 km, em CBUQ.
- **BR-424/PE**: Realizar a duplicação da BR-424/PE entre Lajedo e Garanhuns, no Agreste.
- **BR-020/BA/CE (Barreiras – Canindé)**: Realizar as obras de adequação, regularização, alargamento, sinalização e manutenção no trecho entre Barreiras e Canindé na BR-020.
- **BR-226/MA (Caxias – Timon)**: Providenciar a construção de trecho rodoviário na BR-226/MA entre os municípios maranhenses de Caxias, Matões e Timon.
- **BR-010/MA (Açailândia – Imperatriz e Açailândia – Itinga do Maranhão)**: Duplicar a rodovia no trecho entre Açailândia e Imperatriz, realizar a adequação da travessia urbana de Imperatriz e recuperar o trecho entre Açailândia (MA) e Itinga do Maranhão (MA).
- **BR-242/BA**: Realizar estudo de viabilidade para concessão ou PPP, incluindo duplicação de todo o trecho baiano, devido ao traçado inadequado para o volume de cargas dos produtores de grãos do oeste, rumo aos portos da Baía de Todos os Santos.
- **BR-020/BA/CE (Barreiras – Fortaleza)**: Realizar as obras de adequação, regularização e manutenção da BR-020 do município de Barreiras à Fortaleza.
- **Ponte Rio São Francisco (Neópolis – Penedo)**: Realizar a construção de uma nova ponte sobre o Rio São Francisco, interligando Neópolis (SE) e Penedo (AL).
- **BR-135/PI e BR-330/PI**: Garantir celeridade nas obras de adequação e manutenção da BR-135 e BR-330, em especial na região do Cerrado piauiense.
- **BR-416/AL (Colônia Leopoldina – Ibateguara)**: Providenciar obras de restauração e manutenção no trecho entre Colônia Leopoldina e Ibateguara na BR-416.
- **BR-230/MA**: Providenciar as obras de adequação da BR-230/MA e garantir a construção do contorno de Balsas.
- **Anel Viário de Mossoró**: Garantir celeridade nas obras do Anel Viário de Mossoró, sobretudo para facilitar o fluxo de caminhões na região.
- **BR-222/MA**: Dar celeridade às obras de adequação da rodovia.

- **BR-407/PE (Petrolina)**: Garantir a duplicação da BR-407 em Petrolina, no sertão Pernambucano. Obra estratégica por servir como um elo entre os estados do Piauí, Bahia e Pernambuco.
- **BR-235/MA (Alto Parnaíba – Balsas):** Providenciar a construção do trecho entre Alto Parnaíba (MA) e Balsas (MA) na BR-235/MA.
- **Integração das BRs no CE**: Complementar a Pavimentação das BRs dos tipos transversais, diagonais e de ligação, visando integrá-las às BRs longitudinais e radiais existentes no estado do CE (BR–122; BR-226; BR-230; BR-402; BR-403; BR-404; e BR-437).
- **CE-155 (Concessão Federal)**: Providenciar melhorias no projeto geométrico e adequações na CE-155, do quilômetro zero ao Porto de Pecém.
- **PE-060**: Requalificar a rodovia PE-060, com início na entrada da BR-101, no Cabo de Santo Agostinho até a divisa com o estado de Alagoas.
- **MA-006 (Alto Parnaíba – Cururupu)**: Estabelecer as obras de recuperação e manutenção da rodovia MA-006 no trecho entre Alto Parnaíba e Cururupu.
- **MA-125**: Realizar as obras de recuperação da MA-125 no trecho entre Cidelândia (MA) e São Pedro da Água Branca (MA), bem como ampliar a pista no trecho do povoado de Curvelândia (MA).
- **MA-386**: Recuperar rodovia conhecida como "Estrada do Arroz" no trecho entre Imperatriz (MA) e Cidelândia (MA).
- **PI-115 e PI-459**: Finalizar as obras de asfaltamento em andamento na PI-115, no trecho que liga Assunção do Piauí, e na PI-459, entre Betânia do Piauí e a divisa com Pernambuco.
- **RN 117, RN 118 e RN 221**: Assegurar recursos para estruturação de rodovias estruturais estratégicas para o transporte de cargas e turismo no estado do RN, como a RN-117, a RN-118 e a RN-221.
- **Rodovias Transcerrados (PI-397) e Palestina (PI-262):** Concluir as obras de pavimentação e melhorias nas rodovias Transcerrados e Palestina, que são essenciais para o escoamento da produção agrícola no sul do estado.

Ferrovias

- **Ferrovia Centro Atlântica (FCA) na BA:** Renovar a concessão garantindo investimentos na malha baiana.
- **FIOL:** Resolver a concessão da FIOL I e do Porto Sul; avançar nas obras da FIOL II e iniciar a FIOL III para viabilizar a concessão integrada FIOL–FICO, criando um corredor entre o Oeste brasileiro e o litoral baiano.

- **Ferrovia Transnordestina (PI-CE):** Finalizar a Ferrovia Transnordestina Logística (trecho entre Eliseu Martins e Pecém).
- **Ferrovia Transnordestina (PI-PE)**: Avançar na contratação dos projetos executivos e básicos da Ferrovia Transnordestina, do trecho que vai de Salgueiro, no Sertão pernambucano, até o Porto de Suape. Contratação da construtora para o trecho SPS4, bem como lançar edital para os demais trechos ainda em 2026 (SPS 05 e 07).
- **FTL:** Remodelar a Renovação/Concessão da Ferrovia Transnordestina Logística (FTL) com investimentos na modernização da malha ferroviária de modo que conecte os estados do Nordeste brasileiro com o restante do país.
- **Ramal do Salgado:** Finalizar a construção do Ramal do Salgado para permitir a ligação do eixo norte do Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF) ao Açude Castanhão no Estado do Ceará.
- **Ramal Ferroviário Eliseu Martins – Palmeirante:** Construir Ramal Ferroviário Eliseu Martins (PI) a Palmeirante (TO) – Extensão 712 km – como forma de viabilizar a ligação da Ferrovia Transnordestina com a Ferrovia Norte-Sul.
- **Terminal Intermodal em Pecém:** Viabilizar o Terminal Intermodal no município de Pecém (CE), permitindo a integração dos modais Ferroviário, Rodoviário e Portuário.
- **Corredor Campina Grande – Patos:** Reativar e Integrar a Malha Ferroviária da Paraíba no trecho Campina Grande – Patos.
- **Corredor Patos – Sousa – Cajazeiras:** Reativar e Integrar a Malha Ferroviária da Paraíba nos trechos Patos – Sousa – Cajazeiras.
- **Ramal Cabedelo – Suape:** Reativar e Integrar a Malha Ferroviária da Paraíba no trecho Cabedelo – Suape (via conexão com a Transnordestina).
- **Estrada de Ferro Alcântara – Açailândia:** Viabilizar a implantação da ferrovia ligando Açailândia (MA), onde haverá conexão com a Ferrovia Norte-Sul (FNS), a Alcântara (MA), para escoamento de carga no futuro Terminal Portuário de Alcântara (TPA).
- **Ferrovia Interna do Porto de Itaqui (FIPI):** Garantir melhores condições de acesso ferroviário ao Porto de Itaqui.
- **Ramal ferroviário Elizeu Martins (PI) – Porto Nacional (TO):** Dar celeridade ao pedido de autorização para construção de trecho ferroviário entre Elizeu Martins (PI) e Porto Nacional (TO), integrando a Transnordestina a Ferrovia Norte-Sul.
- **Ramal ferroviário Itataia – Transnordestina:** Viabilizar o ramal ferroviário da Usina de Itataia, em Santa Quitéria, a Transnordestina para garantir o escoamento de cargas como fosfato e urânio.

- **Ramal ferroviário Mossoró – Natal:** Implementar o trecho ferroviário Mossoró-Natal com o intuito de conectar as duas maiores cidades, e centros industriais, do estado do RN.
- **Ramal ferroviário Mossoró – Souza:** Reativar o trecho Mossoró-Souza como forma de integrar o Rio Grande do Norte à Transnordestina.
- **Ramal Ferroviário Porto Franco – Balsas:** Construir o ramal ferroviário entre os municípios de Porto Franco e Balsas, reduzindo custo do frete na região do MATOPIBA (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia).
- **Ramal Ferroviário Balsas – Caxias:** Realizar estudo para implantação de ramal ferroviário conectando Balsas (MA) a Caxias (MA), bem como ligação com a Ferrovia Transnordestina Logística em Caxias (MA).
- **Reativação de trechos na PB:** Estabelecer a reativação de trechos ferroviários de carga e passageiro no estado da Paraíba.

Portos

- **Porto de Aratu-Candeias:** Viabilizar a expansão da infraestrutura de granéis líquidos no Porto de Aratu-Candeias, com disponibilização de novas áreas para tancagem e implantação de novo terminal, de modo a evitar gargalos logísticos e atender à crescente demanda por movimentação de combustíveis e produtos químicos.
- **Porto de Ilhéus:** Conceder à iniciativa privada o Porto de Ilhéus.
- **Porto de Salvador:** Retomar o programa de arrendamento de áreas do Porto de Salvador, em consonância com as diretrizes do PDZ. Há potencial para otimização de áreas disponíveis e requalificação de espaços estratégicos, especialmente voltados à movimentação de contêineres, carga geral e apoio às operações de caminhões e passageiros (cruzeiros).
- **Parque de Tancagem em Pecém:** Viabilizar instalação/implantação de terminal de tancagem no Porto do Pecém e concretizar a transferência da tancagem de combustíveis do Mucuripe (Fortaleza) para Pecém.
- **Porto de Cabedelo:** Manter o aprofundamento necessário e seguro para atrair e acomodar navios maiores no Porto de Cabedelo.
- **Portos Secos na PB:** Fomentar a construção de portos secos no estado da Paraíba para atrair empresas e fortalecer o turismo industrial na região.
- **Porto de Suape:** Continuar a expansão e modernização do porto de Suape com a melhoria da segurança e a infraestrutura portuária, com foco na renovação do contrato do TECON SUAPE e a conclusão das obras do terminal de contêineres da APMT, além da concessão do terminal de veículos.

- **Porto do Recife:** Modernizar o porto do Recife através de um levantamento geral das áreas existentes ao longo do porto, definindo um zoneamento com o objetivo de disciplinar a ocupação. Iniciar a concluir a sua dragagem.
- **Porto de Sergipe:** Ampliar a atual estrutura portuária e logística instalada no Terminal Marítimo Inácio Barbosa (Porto de Sergipe), através de aumento do fluxo de cargas, sanando os gargalos atuais e se preparando para futuras demandas, principalmente ligadas ao setor energético.
- **Acesso Cegás à rede dutoviária da Petrobrás:** Garantir acesso da Cegás à rede dutoviária existente da Petrobrás e ampliá-la.
- **Canal de Acesso da Baía de Todos os Santos:** Realizar obras de dragagem do canal de acesso da Baía de Todos os Santos para 17 metros de profundidade.
- **Complexo Portuário de São Luís:** Destravar os pedidos de licenciamento ambiental de novos empreendimentos a serem implantados no Complexo Portuário de São Luís e que aguardam apreciação em órgãos ambientais estaduais e federais.
- **Píer H2 no Porto de Pecém:** Viabilizar a construção de píer no Porto de Pecém para atender toda a demanda prevista do H2V (Hidrogênio Verde), incluindo seus derivados como a Amônia.
- **Porto Caiçara do Norte:** Iniciar as obras do Porto Caiçara do Norte ("Porto Indústria Verde"), previsto para atender principalmente a produção de energia eólica *offshore* e a cadeia do Hidrogênio Verde.
- **Porto de Itaqui**: Garantir a construção de berços multipropósito para ampliar a capacidade de movimentação de cargas no Porto de Itaqui. Além disso, desenvolver infraestrutura portuária para suportar operações com contêineres, em especial para atender a exportação de produtos fabricados na ZPE de Bacabeira (MA).
- **Porto de Luís Correia:** Dar celeridade as obras de revitalização e desenvolvimento do Porto de Luís Correia.
- **Porto de Maceió:** Retomar a autonomia administrativa e financeira da Administração do Porto de Maceió (APMC), que atualmente é vinculada a companhia Docas do Rio Grande do Norte.
- **Porto de Natal:** Direcionar investimentos para o Porto de Natal como forma de garantir a implementação de defensas marítimas, dragagem e aquisição de guindastes e scanners.
- **Portos de Mucuripe e Pecém:** Realizar melhorias em termos de segurança, bem como incentivar a implantação de terminal de tancagem nos portos do Mucuripe e de Pecém.

- **Portos Secos no sertão:** Viabilizar a infraestrutura de escoamento no sertão, com a implantação de portos secos.
- **Terminal Portuário de Alcântara (TPA):** Viabilizar a implantação do terminal portuário e sua conexão com a Estrada de Ferro Alcântara – Açailândia.

Hidrovias

- **Hidrovia do São Francisco:** Reativar a hidrovia por meio de exploração privada, retomando a navegação sustentável em três etapas: Primeiro, Juazeiro/BA e Petrolina/PE a Ibotirama/BA (525 km), com escoamento rodoviário até o Porto de Aratu-Candeias (Baía de Todos os Santos). Segundo, Ibotirama a Bom Jesus da Lapa/Carinhanha (172 km), com conexão ferroviária aos Portos de Ilhéus e Aratu-Candeias. Por fim, Bom Jesus da Lapa/Carinhanha a Pirapora (670 km).
- **Hidrovia do Parnaíba:** Avançar nas obras para melhoria da navegabilidade do Rio Parnaíba a partir de esforços coordenados entre governo, setor privado e comunidades locais.
- **Hidrovia no MA:** Realizar estudos de viabilidade do sistema de transportes hidroviários no Maranhão.

Aeroportos

- **Aeroportos Regionais no CE:** Viabilizar as concessões dos aeroportos regionais do Ceará, bem como recuperar aqueles que não serão transferidos à iniciativa privada.
- **Aeroportos do interior de PE:** Melhorar as instalações aeroportuárias em cidades-polo do interior de Pernambuco (Petrolina, Araripina, Serra Talhada e Caruaru).
- **Aeroporto de São Luís:** Ampliar o terminal de cargas do Aeroporto de São Luís (MA).

Mobilidade Urbana

- **Anel Rodoviário de Feira de Santana (BA)**: Garantir a duplicação do eixo norte do Anel Rodoviário de Feira de Santana (BR-324 a BR-116 Norte).
- **Metrô de Fortaleza:** Viabilizar o financiamento para a continuidade das obras da linha leste do metrô de Fortaleza – Trecho Centro Fortaleza – Bairro Papicu (7,3 Km).
- **Anel Viário de Açailândia:** Construir um anel viário no trecho urbano do município de Açailândia (MA), interligando a BR-010 e a BR-222.
- **Mobilidade Urbana em SE:** Subsidiar investimentos federais em mobilidade urbana, para que o Estado de Sergipe e o município de Aracaju possam expandir e integrar as avenidas e ruas da capital sergipana, seja para garantir um transporte público acessível,

sustentável e eficiente, reduzindo a dependência de veículos particulares e melhorando a qualidade do ar, bem como para usar sistemas inteligentes de semáforos e gestão de dados do transporte público para aumentar a eficiência.

- **Programa: "Mobilidade PB 2035":** Executar ações em mobilidade urbana nas principais cidades da Paraíba. Exige soluções de média capacidade, e não apenas ampliação viária (João Pessoa → BRT metropolitano; Campina Grande → VLT + BRT leve; Patos/Sousa/Cajazeiras → anéis viários + racionalização urbana).
- **Arco Metropolitano de Pernambuco:** Concluir as obras do Lote 2 (Eixo Sul), que compreende 27 km ligando o Cabo de Santo Agostinho à BR-232 e, de lá, até a BR-408, na altura do município de Paudalho e licitar o Lote 1 (Eixo Norte), que liga Paudalho a Goiana (Mata Norte do Estado).

Energia

- **Linhas de Transmissão na BA:** Acelerar a interligação do sistema elétrico com novas linhas de transmissão para a Bahia.
- **Sistema Elétrico em PE:** Realizar a expansão, modernização e reforço do sistema elétrico em todas as regiões do estado, contido no plano de investimento do Grupo Neoenergia, que pretende construir ou expandir 13 subestações e mais de 270 quilômetros de linhas de alta tensão. Nesse sentido, também haverá a ampliação de mais de 10% da disponibilidade energética no Estado.
- **Energia Nuclear em Itacuruba (PE):** Retomar as discussões sobre a implantação da usina nuclear no município de Itacuruba em Pernambuco.
- **Eólicas *offshore* no CE:** Realizar a regulamentação das atividades de geração de energia eólica *offshore* e dos processos referentes ao hidrogênio, bem como estimular empreendedores a viabilizarem a produção do hidrogênio e o seu transporte em navios para atendimento de demandas no exterior.
- **H2V no CE:** Fomentar a produção de hidrogênio verde e o desenvolvimento de toda a sua cadeia produtiva no Nordeste, alinhada à produção de energia renovável. Infraestrutura de rede de transmissão para exploração de H2V no CE: Garantir o desenvolvimento de infraestrutura da rede de transmissão de energia que possa viabilizar todo o fluxo de potência a ser gerado e requerido com a produção de hidrogênio verde no estado.
- **Linhas de Transmissão no MA:** Garantir a implementação de novas linhas de transmissão - LT 500 kV Ribeiro Gonçalves (PI) - Colinas (MA); LT 230 kV Ribeiro Gonçalves (PI) - Balsas (MA); LT 500 kV Teresina IV (PI) – Graça Aranha (MA) - Boa Esperança (MA); LT 500 kV Presidente Dutra (MA) - Graça Aranha (MA); e LT ±800 kV CC Graça Aranha (MA) - Silvânia (GO).

- **Linhas de transmissão no RN:** Aumentar o número de linhas de transmissão no RN. O estado, atualmente, supera os 9 GW em geração (1º do Brasil), mas carece de linhas de transmissão que acompanhem a distribuição adequada desta energia.
- **Redes de Distribuição no MA:** Ampliar as redes de distribuição em alta e baixa tensão nos municípios de Governador Edison Lobão (MA), Ribamar Fiquene (MA), Campestre (MA), Porto Franco (MA) e Estreito (MA).
- **Setor Elétrico em AL:** Expandir a oferta e segurança do sistema elétrico no estado, conforme estabelece o plano de investimento do Grupo Equatorial.

Petróleo e Gás Natural

- **Margem Equatorial:** Dar celeridade aos procedimentos necessários para o cumprimento das exigências ambientais, e garantir a exploração de petróleo na Margem Equatorial nos quatro estados do Nordeste (MA; PI; CE e RN).
- **Refinaria Abreu e Lima (Rnest):** Retomar as obras para a construção do segundo conjunto de unidades (trem 2) da Refinaria Abreu e Lima (Rnest), no Complexo Industrial Portuário de Suape.
- **TechHub Hidrogênio Verde em PE:** Transformar o Complexo Industrial Portuário de Suape em um espaço de pesquisa, desenvolvimento e inovação com foco no combustível do futuro, dispondo de infraestrutura (água, energia, rodovias) para a operação de geração de Hidrogênio Verde (H2V) em Suape.
- **Projeto Sergipe Águas Profundas (SEAP):** Implantar e desenvolver o projeto SEAP (Sergipe Águas Profundas) da Petrobras, voltado ao desenvolvimento de sete campos na Bacia Sergipe-Alagoas, gerando benefícios para o Brasil; e continuar e expandir os investimentos em energias renováveis.
- **Biogás em AL:** Desenvolver junto ao setor produtivo um projeto para implantação de plantas de biogás no estado, sobretudo a partir do aproveitamento de resíduos agrícolas e sucroalcooleiro.
- **Rede de gás em PE:** Expandir a rede de gás natural de Pernambuco até o polo gesseiro do Araripe para substituir o uso de lenha e combustíveis fósseis.
- **Rede dutoviária no CE:** Realizar a regulação de acesso da Cegás e Companhias privadas à rede dutoviária existente da Petrobrás no CE, bem como promover a ampliação da infraestrutura vigente.
- **Gás não convencional no MA:** Viabilizar licenças ambientais para estudo e produção de gás não convencional no Maranhão.

- **Gasoduto Polo Costa Branca (RN):** Expandir as redes de gasodutos pela região Oeste atendendo às indústrias de mineração e extração de minerais não metálicos no estado do Rio Grande do Norte.
- **Terminal de Gás Natural Liquefeito em Pecém:** Instalar terminal de Gás Natural Liquefeito (GNL) no Porto do Pecém, para viabilizar suprimento setor industrial.

Saneamento Básico

- **Plansab e FGTS:** Priorizar alocação de recursos do Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab) e FGTS para regiões com déficits na área de saneamento básico, como a Bahia.
- **Parcerias Público-Privadas (PPPs) em esgotamento sanitário no CE:** Acompanhar e viabilizar Parcerias Público-Privadas (PPPs) em esgotamento sanitário no Ceará (Bloco 1 e Bloco 2). PPP do serviço de esgotamento sanitário na Região Metropolitana de Fortaleza e na Região Metropolitana do Cariri.
- **Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA):** Dar celeridade ao processo de concretização da concessão da Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA) –, leiloada em dezembro de 2025.
- **Saneamento e Drenagem em Sergipe:** Subsidiar investimentos em saneamento básico e infraestrutura, inclusive para obras de drenagem e resíduos sólidos, a fim de atingir a universalização dos serviços até 2033 em todos os municípios sergipanos.
- **Água e Esgoto no MA:** Incentivar adequação / melhoria dos serviços de saneamento básico em todos os municípios do Maranhão, de forma individualizada ou em consórcios, por meio de concessões ou privatização, incluindo os serviços autônomos de água e esgoto (SAAE), e garantindo o cumprimento do Novo Marco Legal de Saneamento.
- **Coleta de Lixo no MA:** Incentivar a criação de aterros sanitários em todos os municípios do Maranhão, de forma individualizada ou em consórcios, por meio de concessões ou privatização.

Segurança Hídrica

- **Canal do Sertão Baiano:** Construir o canal (eixo sul da transposição do Rio São Francisco) para abastecer áreas urbanas e rurais em 37 municípios baianos.
- **Projeto Baixio de Irecê:** Acelerar obras para expansão acima de 30 mil hectares; garantir funcionalidade dos canais existentes e expansão necessária; melhorar acessos rodoviários de Xique-Xique ao Baixio para escoamento da produção.
- **Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF):** Duplicar as Estações de Bombeamento e Equipamentos Hidromecânicos para garantir duplicação vazão de adução ao Eixo Norte de 11 para 22 m3/seg.

- **Adutora do Agreste:** Finalizar a adutora do Agreste através da interligação das tubulações que partem da Barragem do Ipojuca (ponto inicial da Adutora do Agreste), localizada em Arcoverde, com a Adutora do Moxotó, no distrito de Mimoso, em Pesqueira.
- **Rio São Francisco:** Avançar na conclusão de infraestruturas de adução do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF, em especial no agreste.
- **Canal do Xingó:** Dar celeridade ao processo de construção do Canal do Xingó como forma de ampliar a oferta de água nos municípios de Canindé do São Francisco, Poço Redondo, Porto da Folha, Monte Alegre de Sergipe e Nossa Senhora da Glória.
- **Açudes Fronteiras e Lontras:** Viabilizar recursos para construção de importantes açudes no estado do CE, como Açude de Fronteiras e o Açude de Lontras.
- **Bacias Alto Oeste Potiguar (RN):** Concluir as obras do Ramal do Apodi, estrutura integrante do PISF, que impactará diretamente o Alto Oeste Potiguar.
- **Bacias do Seridó Potiguar (RN):** Promover a interligação de Bacias do Seridó Potiguar, bem como concluir as obras de ampliação dos Açudes Gargalheiras, São Vicente, Jardim de Angicos e Serra Aguda.
- **Canal do Sertão Alagoano:** Definir o modelo de gestão como forma de garantir segurança e transparência na alocação dos investimentos produtivos.
- **Cinturão das Águas (CAC):** Dar continuidade as obras do Cinturão das Águas (CAC) como forma de garantir a ligação das bacias hidrográficas do CE ao PISF.
- **Eixão das Águas (CE):** Concluir as obras de duplicação de sifões, dutos e equipamentos hidromecânicos no Eixão das Águas no estado do CE.
- **Eixo Norte (Projeto de Integração da Bacia do São Francisco - PISF):** Concluir as obras de integração do São Francisco no eixo norte, com a chegada ao RN e PB. Além disso, ampliar os sistemas de bombeamento por meio de novos dutos e equipamentos hidromecânicos.
- **Estações de Tratamento de Esgoto (ETE's) no CE:** Estabelecer PPPs de ETE's para viabilizar o reuso de água para a indústria.
- **Gerenciamento de Recursos Hídricos em AL:** Aprimorar o sistema de gerenciamento de recursos hídricos no estado, com o apoio dos Comitês de Bacias Hidrográficas e do setor produtivo.

Telecomunicações

- **Rede 5G no MA e PB:** Expandir a rede de tecnologia 5G nos municípios do interior dos estados do Maranhão e Paraíba.
- **Cabos Submarinos na BA**: Implementar efetivamente a política de 2025, priorizando novos pontos de ancoragem na Bahia para reduzir a concentração de tráfego no país e minimizar riscos de interrupções.
- **Cobertura 5G no Interior Baiano**: Ampliar investimentos em fibra óptica e satélites para áreas remotas, integrando ao Programa Norte Conectado (infovias submarinas e fluviais) e utilizando recursos do FUST.
- **Banda Larga no CE**: Garantir a expansão da rede lógica, fixa e móvel, integrada com estrutura de banda larga em todo estado do Ceará com ênfase nos Distritos Industriais.

Propostas para a Região Norte

Rodovias

- **BR-364/RO (Vilhena-Porto Velho):** Discutir alternativas para duplicação do trecho entre Vilhena e Porto Velho, uma vez que o projeto de concessão prevê apenas a duplicação entre Jaru e Presidente Médici.
- **BR-010/PA (Belém-Brasília):** Garantir a realização de obras de melhorias e manutenção contínua na Rodovia Belém-Brasília, uma vez que o trecho representa importante eixo de ligação entre a capital paraense e a capital federal.
- **BR-174/RR (Boa Vista-Pacaraima):** Assegurar a manutenção contínua e melhorias na pavimentação da BR-174/RR, com ênfase no trecho entre Boa Vista e Pacaraima, com o intuito de facilitar o transporte de mercadorias e pessoas entre Roraima e Venezuela.
- **BR-316/PA/AL (Belém-Maceió):** Recuperar pontos estratégicos da BR-316/PA, bem como concluir a duplicação do trecho entre Castanhal e Trevo de Salinópolis.
- **BR-242 (Transbananal):** Viabilizar a construção da Transbananal na BR-242, um trecho de 92 km que deve ligar Formoso do Araguaia (TO) a São Félix do Araguaia (MT).
- **BR-364/AC**: Realizar as obras de reconstrução e manutenção da BR-364/AC no trecho entre Rio Branco e Cruzeiro do Sul. Além disso, avançar com as obras de restauração da ponte sobre o rio Juruá na BR-364.
- **BR-174/AM:** Garantir a recuperação da BR-174/AM em trechos específicos, com problemas no asfaltamento e pontes, e assegurar a duplicação em pontos de maior tráfego.
- **BR-163/PA e suas vicinais:** Modernizar a malha rodoviária da BR-163/PA como forma de melhorar o escoamento de produção do interior do país para portos estratégicos da região norte, como Miritituba e Santarém.
- **BR-230/PA (Transamazônica):** Concluir a ponte sobre o Rio Xingu e revitalizar a malha rodoviária da Transamazônica, assegurando o escoamento da produção e a proteção da biodiversidade, para melhor ligação e integração entre as regiões Norte e Nordeste do país.
- **BR-153 (Ponte de ligação PA e TO):** Dar celeridade na entrega da ponte sobre o rio Araguaia que liga os estados do Pará e do Tocantins, na BR-153.
- **BR-010/TO (Aparecida do Rio Negro-Goiatins):** Concluir as obras do trecho entre Aparecida do Rio Negro e Goiatins na BR-010/TO. Esse empreendimento é fundamental para atender o crescimento das safras na região.

- **BR-235/TO**: Concluir os projetos de engenharia para viabilizar a licitação da construção do trecho entre Alto Parnaíba (MA) e a BR-153 (Belém-Brasília), no Tocantins.
- **BR-319 (Porto Velho-Manaus):** Avançar com o processo de licenciamento ambiental da rodovia BR-319, que liga Manaus a Porto Velho, como forma de garantir condições adequadas de transporte.
- **BR-421/RO:** Realizar obras de manutenção e ampliação da malha rodoviária, com destaque para a pavimentação do trecho "Estrada Parque".
- **BR-242/TO**: Viabilizar a implantação da BR-242 ("Transbananal") no trecho entre Formoso do Araguaia (TO) e São Félix do Araguaia (MT).
- **BR-010/TO/MA**: Concluir as obras do trecho entre Aparecida do Rio Negro (TO) e Goiatins/TO (divisa com o Estado do Maranhão).
- **BR-425/RO:** Expandir a infraestrutura rodoviária em pontos críticos por meio da construção de acostamentos e duplicação de trechos de pista simples, com o propósito de facilitar a produção industrial.
- **Ponte Binacional Guajará-Mirim:** Dar celeridade ao projeto de construção da ponte binacional Guajará-Mirim, ampliando as rotas logísticas de comércio internacional do país por meio do pacífico.
- **Anel Viário de Brasiléia (AC):** Dar celeridade a obra do anel viário que ligará Brasiléia à Epitaciolândia, incluindo a construção de uma nova ponte, projeto fundamental para melhoria do fluxo de veículos na região de fronteira entre Brasil e Bolívia.
- **BR-317/AC:** Garantir condições adequadas de transporte na BR-317/AC, em especial no que diz respeito ao acesso a Assis Brasil e outras cidades do estado.
- **BR-401/RR:** Pavimentar o trecho da BR-401/RR que faz a conexão com o município de Normandia (Km 100).
- **BR-210/RR:** Providenciar a execução e recuperação de trechos da BR-210/RR para facilitar o acesso ao rio Jatapú, permitindo o transporte de mercadorias até Oriximiná-PA e, em seguida, o escoamento via BR-163 para o centro sul do Brasil.
- **BR-317/AM:** Iniciar as obras de manutenção e asfaltamento da BR 317-AM, com a devida delimitação de reservas e zoneamento de seu entorno.
- **BR-210/AP (Perimetral Norte):** Pavimentar e adequar a BR-210 (Perimetral Norte).
- **BR-156/AP:** Pavimentar integralmente a BR-156 (Norte e Sul remanescentes), uma vez que é a única rodovia de integração do estado.
- **BR-433/RR:** Providenciar a pavimentação da BR-433/RR, que liga a BR-401 (entroncamento do Caracaranã) à BR-174.

Ferrovias

- **Ferrovia Norte-Sul (EF-151) – Trecho Açailândia-Barcarena:** Garantir a construção do trecho ferroviário entre Açailândia (MA) e Barcarena (PA).
- **Ferrogrão:** Iniciar as obras do novo corredor ferroviário de exportação de grãos do país pelo Arco Norte, ligando SINOP (MT) a Itaituba (PA) – Vila de Miritituba.
- **Estrada de Ferro do Amapá (EFA):** Revitalizar e reativar a Estrada de Ferro do Amapá (EFA). Estratégica para transporte de cargas pesadas até o porto.
- **Ramal Porto de Santana – Macapá:** Implantar o ramal ferroviário Porto de Santana – Macapá (extensão EFA) para integrar a capital à cadeia logística portuária-ferroviária.
- **Ferrovia do Pará:** Aprovar a licença ambiental para a Ferrovia do Pará como forma de viabilizar as obras ligando Araguaia a Barcarena.
- **Conexão FICO-FIOL:** Garantir a conexão da Ferrovia de Integração Centro Oeste (FICO) com a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL) em Figueirópolis (TO).

Portos

- **Porto de Oiapoque ou Calçoene:** Viabilizar o terminal portuário de uso misto em Oiapoque ou Calçoene com base avançada mais próxima dos blocos de exploração.
- **Píer 1 do Porto de Santana:** Ampliar o Píer 1 e implantar novos berços de atracação no Porto de Santana, visando eliminar a limitação da capacidade operacional.
- **Canal de Acesso do Porto de Santana:** Dragar e aprofundar o canal de acesso ao Porto de Santana para ampliar o calado operacional e viabilizar a entrada de embarcações de maior porte.
- **Apoio *offshore* no Porto de Santana:** Implantar píeres especializados para embarcações de apoio *offshore* (PSV e AHTS) no Porto de Santana, estabelecendo uma infraestrutura dedicada ao suprimento e suporte logístico para operações marítimas.
- **Rios Amazonas e Jari:** Garantir terminais hidroviários de carga nos rios Amazonas e Jari.
- **Porto de Porto Velho:** Asfaltar a via de acesso ao porto Chuelo no estado de Rondônia.
- **Gate 1 no Porto de Porto Velho:** Providenciar a modernização de acesso no porto de Porto Velho (Gate 1) por meio da reconstrução da guarita e da implantação de controle eletrônico.

- **Reformas Estruturais no Porto de Porto Velho:** Realizar reformas estruturais no porto, incluindo a ampliação do cais flutuante e da rampa RO-RO para aumentar a capacidade de atracação e atrair novos investimentos. Além disso, substituir sistemas antigos e obsoletos da rede elétrica do porto.
- **Porto de Santana (AP):** Concluir as obras de revitalização do Porto de Santana, incluindo a construção de um novo píer e melhoria dos acessos terrestres.
- **Porto Seco em Palmas (TO):** Garantir a autorização para funcionamento da zona secundária aduaneira (porto seco) no aeroporto Brigadeiro Lysias Rodrigues em Palmas.
- **Porto Seco em Porto Nacional (TO):** Criar uma zona secundária aduaneira (porto seco) no entorno da plataforma multimodal de Porto Nacional (Ferrovia Norte-Sul).
- **Terminal Manaus Moderna (AM):** Avançar no projeto de revitalização do Terminal Manaus Moderna (AM) com o intuito de modernizar a estrutura do Porto de Manaus, garantindo mais segurança e conforto ao usuário.

Hidrovias

- **Derrocamento do Pedral do Lourenço na Hidrovia Tocantins-Araguaia:** Dar celeridade ao derrocamento do Pedral do Lourenço, localizado no rio Tocantins, entre os municípios de Itupiranga e São João do Araguaia.
- **Rio Madeira:** Garantir a dragagem permanente e implementar sinalização na hidrovia do Rio Madeira. Além disso, avançar com o processo de concessão, sobretudo como forma de viabilizar a realização das obras necessárias.
- **Hidrovia do Rio Tocantins:** Realizar as obras de construção das eclusas nas usinas hidrelétricas de Luís Eduardo Magalhães (TO) e de Estreito (MA) na Hidrovia do Rio Tocantins.
- **Plataforma Multimodal de Barcarena:** Construir uma plataforma logística multimodal em Barcarena, como forma de regularizar o fluxo de cargas de acesso ao porto de Vila do Conde.
- **Contenção de erosão fluvial (Tefé-AM e Tabatinga-AM):** Construir muro de contenção de erosão fluvial nos municípios de Tefé (AM) e de Tabatinga (AM), a fim de atender a gestão de riscos e resposta a desastres.
- **Terminais hidroviários no Amapá:** Dar celeridade as obras de conclusão dos terminais hidroviários previstos para os municípios de Mazagão, Oiapoque, Laranjal do Jari e Calçoene.

- **IP4 de Manaus Moderna**: Garantir a construção da Instalação Portuária Pública de Pequeno Porte (IP4) em Manaus Moderna, conectando Manaus ao interior do Amazonas.
- **Rio Amazonas:** Contratar estudo detalhado da dinâmica climatológica e de níveis dos rios da Amazônia para elaboração de projetos de baixo impacto ambiental e alta efetividade na operação de transportes do agronegócio pelo Norte do país e pela indústria do Polo Industrial de Manaus.

Aeroportos

- **Aeródromo de Oiapoque:** Adequar o pátio aeroportuário em Oiapoque com pista e pavimentação para viabilizar o aeroporto regional como apoio logístico no extremo norte.
- **Aeroporto Internacional de Macapá:** Ampliar e modernizar o Aeroporto de Macapá (carga e pista).
- **Heliporto em Macapá ou Santana:** Instalar heliponto e base de aviação *offshore* em Macapá ou Santana para realizar o transporte de tripulações por helicóptero seguindo o padrão da indústria.
- **Aeroporto Internacional de Boa Vista:** Ampliar e modernizar a infraestrutura do Aeroporto Internacional de Boa Vista, especialmente no segmento de cargas, e estimular a atração de voos internacionais regulares, no âmbito da concessão sob responsabilidade da Vinci Airports, com implementação das medidas estruturantes propostas.
- **Aeródromos AC:** Modernizar os aeródromos existentes no estado do Acre e providenciar a construção de novas unidades em Brasiléia e Sena Madureira.
- **Aeroporto de Rio Branco e Cruzeiro do Sul:** Promover a internacionalização dos aeroportos de Rio Branco e Cruzeiro do Sul, integrando-os com Bolívia e Peru.
- **Aeroportos AM:** Implementar voos regulares no estado do Amazonas, com valores acessíveis para os passageiros.

Energia

- **Hidrelétrica do Bem-Querer (RR):** Avançar com o projeto para implementação da Hidrelétrica do Bem-Querer, em Roraima (RR), que visa aumentar a oferta de energia elétrica na região e no país.
- **Hidrelétricas no Pará:** Permitir a construção de usinas hidrelétricas com grandes reservatórios de água e sistemas de transposição de embarcações. Para tanto, é fundamental a revogação da norma do CONAMA que proíbe a construção de hidrelétricas com grandes reservatórios no bioma amazônico.

Petróleo e Gás Natural

- **Margem Equatorial:** Dar celeridade aos procedimentos necessários para o cumprimento das exigências ambientais, e garantir a exploração de petróleo na Margem Equatorial – estados do Amapá (AP) e Pará (PA).

Saneamento Básico

- **Abastecimento de água e esgotamento sanitário no PA:** Avançar com as obras de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos mais diversos municípios do estado, incluindo a região do Arquipélago do Marajó.
- **Ampliação do sistema de abastecimento de água em RO:** Concluir as obras previstas para ampliação do sistema de abastecimento de água em Jaru, Ji-Paraná e Porto Velho.
- **Expansão de água potável em RR:** Promover, por meio de parcerias público-privadas (PPP), a expansão da rede de distribuição de água potável em áreas com déficit de cobertura no estado de RR.
- **Infraestrutura de coleta e tratamento em RR:** Realizar obras para captação, expansão da rede coletora, drenagem e tratamento de esgoto, em parceria com o governo federal, visando atender os objetivos do novo marco do saneamento.
- **Melhorias no sistema de abastecimento de água no AC:** Viabilizar melhorias no sistema de abastecimento de água de municípios como Tarauacá, Santa Rosa do Purus, Porto Acre, Cruzeiro do Sul, Plácido de Castro, Capixaba, Jordão, Feijó, Senador Guiomard, Manoel Urbano, Xapuri e Assis Brasil.
- **Revitalização de bacias da região para o uso sustentável da água em TO:** Garantir os investimentos necessários em recursos hídricos, com foco na revitalização de bacias hidrográficas da região, como a Tocantins-Araguaia, para garantia do uso sustentável da água.

Telecomunicações

- **Conectividade no AC:** Estimular a ampliação da rede de banda larga e avançar na cobertura 4G e 5G nas rodovias do estado do Acre, inclusive na faixa de fronteira.
- **Fibra Óptica no Interior de RR:** Incentivar a expansão da cobertura de internet de alta velocidade no interior do estado de Roraima, conectando as principais áreas produtivas e comunidades isoladas.
- **Infovias:** Garantir a expansão da rede de fibra óptica, como a Infovia 05 – Autazes (AM) a Porto Velho (RO); Infovia 06 – Manacapuru (AM) a Rio Branco (AC); e a Infovia 08 – Fonte Boa (AM) a Cruzeiro do Sul (AC).
- **Programa Norte Conectado na Região Amazônica:** Fortalecer o Programa Norte Conectado com o objetivo de acelerar o processo de expansão da infraestrutura de comunicações na Região Amazônica.

Propostas para a Região Sudeste

Rodovias

- **BR-101/RJ - Norte**: Dar celeridade as obras estabelecidas na repactuação do contrato do atual concessionário da rodovia, entre a Ponte Rio-Niterói e a divisa com o Espírito Santo, para retomada dos investimentos previstos no trecho.
- **BR-040/495/RJ**: Dar celeridade à duplicação da Serra de Petrópolis, no trecho entre os km 82 e 102, com avanço do licenciamento ambiental e conclusão das escavações e obras de túneis previstos na Nova Subida da Serra.
- **BR-381/MG e ES 381**: Reabilitação com recuperação e implantação de acostamentos no trecho entre Nova Venecia e Governador Valadares e implantação de terceiras faixas entre Nova Venecia e São Mateus. Incluindo urgente recuperação de queda de barreira próximo a Nova Venecia.
- **BR-101/ES:** Agilizar a duplicação de trechos da rodovia no sentido Sul, principalmente no trecho de Safra. Iniciar e realizar com urgência a duplicação do trecho Serra a João Neiva, paralelamente à execução dos contornos de Fundão e Ibiraçu.
- **BR-101/ES (Contornos Norte e Sul de Aracruz)**: Realizar as obras de implantação e pavimentação da BR-101/ES nos contornos Norte e Sul de Aracruz.
- **Anel Rodoviário de Belo Horizonte**: Adequar o Anel Rodoviário com duplicação de viadutos, ampliação dos trechos com vias marginais, maior segregação do fluxo de passagem com o fluxo urbano e criação de novas áreas de escape.
- **BR-262 (João Monlevade – Viana)**: Direcionar recursos públicos para a duplicação do trecho entre João Monlevade e Viana na BR-262, considerando a falta de atratividade do trecho para a iniciativa privada.
- **BR 262/ES (Viana – Marechal Floriano)**: Elaborar com urgência modelagem para concessão parcial e/ou inversão de recursos federais e estaduais para duplicação ou implantação de novo trecho entre Viana e Marechal Floriano e implantação de terceiras faixas em pontos críticos.
- **BR-135/MG (Manga a Itacarambi)**: Direcionar recursos e acelerar as obras de pavimentação da BR-135/MG no trecho entre Manga e Itacarambi.
- **BR-116/MG (Governador Valadares a Divisa Alegre)**: Dar celeridade à duplicação da BR-116/MG no trecho entre Governador Valadares e Divisa Alegre.

- **BR-393/RJ**: Definir novo concessionário na BR-393/RJ para executar obras de recuperação e melhoria e implantar duplicações em trechos prioritários, conforme criticidade operacional e de segurança viária.
- **BR-259/ES**: Elaborar com urgência a modelagem para concessão ou inversão de recursos federais e estaduais para duplicação da BR-259/ES.
- **BR-365/MG (Patrocínio – Patos de Minas):** Realizar obras de aumento de capacidade na BR-365/MG, duplicação do trecho entre Patrocínio e Patos de Minas e incluir a rodovia na carteira de concessões.
- **BR-356/RJ (Contorno de Itaperuna)**: Providenciar a duplicação da BR-356/RJ e implantar a Estrada do Contorno de Itaperuna, de modo a aumentar a segurança viária e melhorar a mobilidade urbana no município.
- **Contorno de Cachoeiro de Itapemirim**: Construir o contorno de Cachoeiro de Itapemirim através da implantação, pavimentação e/ou adequação da capacidade do entroncamento com a BR-101 (Safra) ao entroncamento com a BR-484.
- **BR-367/MG (Jacinto a Salto da Divisa)**: Direcionar recursos públicos para a pavimentação célere do trecho Jacinto a Salto da Divisa na BR-267, principal via de ligação entre o Vale do Jequitinhonha e o Sul da Bahia.
- **BR-251/MG (Montes Claros a Divisa Alegre)**: Duplicar os trechos com alto fluxo e número de acidentes na BR-251/MG, além de incluir a rodovia na carteira de concessões.
- **BR-342 ES/MG**: Elaborar projeto de engenharia e implantar o trecho de Sooretama à divisa ES/MG, com extensão de 209,9 km. A BR-342 conecta Carinhanha, no sudoeste da Bahia, a Sooretama, no Espírito Santo, passando por Teófilo Otoni.
- **BR-447/ES**: Melhorar o nível de serviço do corredor logístico com 4,33 km que interliga as BR-262 e BR-101 com o porto de Capuaba, através da conclusão das obras de implantação e pavimentação, incluindo obras de arte especiais.
- **Terceira Descida para Baixada Santista**: Acelerar a realização de estudos avaliando as alternativas para a construção de nova rodovia entre a Região Metropolitana de São Paulo e Baixada Santista, com especial foco na logística de carga.
- **Contorno de Jacaraípe e Nova Almeida**: Concluir as obras de implantação e pavimentação da Av. Minas Gerais (ES 115 - Nova Almeida).
- **ES-264**: Reabilitar e pavimentar a rodovia entre a ES 115 e a Chácara Oriente.
- **ES-429**: Reabilitar a rodovia no trecho entre o entroncamento com a BR 101 em Palmito e Palmital (p/ Urussuquara).

- **ES-445**: Reabilitar a rodovia com implantação de terceiras faixas no trecho entre a BR 101 e a ES 010.
- **ES-010/ES-429**: Implantar e pavimentar a rodovia no trecho de Pontal do Ipiranga no entroncamento da ES-429 a Urussuquara.
- **ES-010**: Projetar e construir ponte sobre o Rio Doce conectando o entroncamento da ES 245 com o entroncamento da ES 248.
- **ES-010**: Reabilitar a rodovia no trecho de Santa Cruz (Final da ponte de Piraqueaçu) a Barra do Sahy (2ª Ponte) e no trecho de Nova Almeida (Praia Grande) a Santa Cruz (Final da Ponte Piraqueaçu).
- **ES-060**: Recuperar a estrutura da ponte sobre o Rio Itabapoana em Presidente Kennedy para capacitá-la ao tráfego de cargas pesadas.
- **ES-162**: Reabilitar a rodovia no trecho do entroncamento com a BR 101 em Presidente Kennedy ao entroncamento com a ES 060 (Balança), incluindo a implantação de contornos.
- **ES-257**: Realizar obras de restauração e de duplicação no trecho entre a BR 101 e a ES 010.
- **Ligação ES-264/Contorno do Mestre Álvaro**: Implantar e pavimentar rodovia entre a Chácara Oriente e a BR 101 na PBA Stones.
- **Rodovia dos Tamoios**: Concluir a duplicação da rodovia entre os municípios de Caraguatatuba e São Sebastião, o chamado Contorno Sul, e construir a alça de acesso que ligará a rodovia diretamente ao porto de São Sebastião.

Ferrovias

- **Estrada de Ferro Vitória-Rio (EF-118):** Implementar a ferrovia EF-118, que ligará os portos do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, permitindo a conexão dos dois estados com a região central do país.
- **Ferrovia Centro Atlântica (FCA):** Concluir o processo de renovação da concessão da FCA, com definição clara de investimentos, ampliação da capacidade ferroviária e fortalecimento da integração com os principais corredores logísticos e complexos portuários estratégicos. Dessa forma, assegurar maior eficiência operacional e melhor atendimento aos polos produtivos e aos fluxos de exportação.
- **Malha Oeste:** Acompanhar e reforçar a necessidade de relicitação da Malha Oeste, modernizando a ligação entre o noroeste do Estado de São Paulo e o Mato Grosso do Sul.

- **Malha Sul:** Acompanhar e reforçar a necessidade de avançar com a nova concessão da Malha Sul, que interliga importantes portos da região Sul e a região sudoeste do Estado de São Paulo com a Malha Oeste, que por sua vez, tem ligação com o Complexo Portuário de Santos.
- **Ferrovia EF-352:** Apoiar a implantação da estrada projetada pela Macro Desenvolvimento, que poderá se conectar com a malha central em bitola larga, e ao Porto Central, também carregando parte significativa das mercadorias do agronegócio e da mineração brasileira.
- **Ramal Sul da Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM):** Garantir a implantação do trecho ferroviário entre Santa Leopoldina e o Porto de Ubu, em Anchieta, através de incorporação da obrigação de fazer ao contrato de concessão da Estrada de Ferro Vitoria a Minas (EFVM), com estabelecimento de prazo para cumprimento. Esse trecho ferroviário deverá ser projetado em bitola mista.
- **Ferrovia JK (EF-030):** Apoiar a implantação da ferrovia projetada pela Petrocity Ferrovias, com potencial para redirecionar ao Espírito Santo fluxos relevantes de cargas do agronegócio e da mineração, ao acessar o Porto Petrocity e possibilitar a conexão com o Porto Imetame, além de promover a integração entre malhas ferroviárias de bitola larga e métrica na região Centro-Sudeste.
- **Expansão da malha metroferroviária fluminense:** Implantar a Linha 3 (Niterói–São Gonçalo), expandir a Linha 2 (trecho Estácio–Praça XV), implementar o trecho ferroviário Santa Cruz–Itaguaí e duplicar o trecho ferroviário entre Gramacho e Saracuruna.

Portos

- **Tecon Santos 10:** Dar celeridade a licitação do Tecon Santos 10 para ampliar a capacidade de movimentação de contêineres no país.
- **Investimentos no Porto de Santos:** Garantir ações efetivas para ampliação dos investimentos em acessos terrestres e modernização do viaduto da Alemoa, bem como qualificação das margens e zeladoria pela Autoridade Portuária de Santos (APS). Realizar a dragagem para aprofundamento do canal de acesso ao porto para 16 metros, em uma primeira fase, e 17 metros na segunda fase. Além disso, é preciso garantir ações efetivas para a ampliação dos investimentos em acessos e a modernização do viaduto da Alemoa. Além disso, implementar o sistema VTMIS, com a apresentação dos resultados e retornos efetivos para a melhora na movimentação no Porto de Santos.
- **Porto de Itaguaí:** Agilizar o processo de arrendamento do terminal ITG03 (movimentação e armazenagem de granéis sólidos minerais).

- **Porto de Vitória:** Intensificar a atenção e a atuação da Antaq e da Receita Federal sobre as operações da nova autoridade portuária privada do porto, a fim de eliminar com celeridade limitações de espaços para estocagem de contêineres, evitando e eliminando os atuais atrasos e cancelamentos de atracações de navios que causam severos prejuízos a importadores e exportadores.
- **Porto do Rio de Janeiro (Acesso):** Duplicar a Av. Pref. Júlio de Morais Coutinho para que sejam retirados veículos pesados do trecho final da Av. Brasil, desafogando o trânsito no trecho de chegada ao Centro da Cidade do Rio de Janeiro.
- **Porto do Rio de Janeiro (RDJ06A e RDJ07):** Dar celeridade ao processo de arrendamento dos terminais RDJ06A (movimentação e armazenagem de granel líquido) e RDJ10 e RDJ11 (cargas gerais não-conteinerizadas).
- **Porto do Rio de Janeiro (Unidade de Apoio):** Implantar uma unidade de apoio aos caminhões e caminhoneiros que atenda ao Porto do Rio e ao mesmo tempo ofereça suporte às atividades industriais e de serviços que funcionam no bairro do Caju.
- **Porto do Rio de Janeiro:** Dragagem de portos e vias de acesso marítimo no RJ: Elaborar Planos Anuais de dragagem por porto, priorizando intervenções por risco operacional e calado efetivo, e planejar previamente os licenciamentos ambientais necessários, com responsáveis, entregas e prazos definidos, em articulação com a esfera federal, para melhorar as condições de acesso e atracação e reduzir retrabalhos e idas e vindas documentais.
- **Porto Central:** Viabilizar a celebração de contrato *take or pay* com a Petrobrás para viabilizar o início das obras e garantir a aplicação de incentivos e financiamentos.
- **Porto Imetame:** Apoiar a realização das obras, garantir a aplicação de incentivos e financiamentos e agilizar licença de operação.
- **Porto de Barra do Riacho:** Apoiar a implantação de novos empreendimentos na área *greenfield* do porto, viabilizando o atendimento a novo volume de carga.
- **Porto Petrocity:** Acelerar a emissão das licenças prévia e de implantação e apoiar a realização das obras, garantir a aplicação de incentivos e financiamentos e agilizar licença de operação.
- **Porto do Forno:** Adotar as medidas cabíveis para que o Porto possa retomar operação e ser arrendado, visto que atualmente está embargado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), sob a alegação de não atendimento às condicionantes da Licença de Operação, e que um possível arrendador terá carência de no máximo 12 meses para pagamento do valor de locação.

- **Porto de Angra:** Realizar a dragagem do Porto de Angra dos Reis para possibilitar o atendimento a embarcações de maior parte da indústria de Óleo & Gás.

Hidrovias

- **Canal de Nova Avanhandava na Hidrovia Tietê-Paraná:** Concluir as obras de ampliação do canal de Nova Avanhandava, no município de Buritama, cujo objetivo melhorar a navegação do rio e eliminar um importante gargalo da hidrovia.
- **Modernização da Hidrovia Tietê-Paraná:** Aprimorar o planejamento, garantindo o aperfeiçoando da etapa de execução dos projetos. Do mesmo modo, modernizar a hidrovia partir de obras como alargamento dos vãos das pontes, instalação de sistemas de proteção dos pilares das pontes, duplicação de eclusas e melhoria nas condições de iluminação e sinalização.

Aeroportos

- **Terceiro Aeroporto de São Paulo:** Iniciar o planejamento para a construção do terceiro aeroporto da Região Metropolitana de São Paulo.
- **Aeroporto do Guarujá:** Concluir as obras para a adaptação da Base Aérea do Guarujá em aeroporto comercial e licitar a construção do terminal de passageiros do aeroporto.
- **Aeroporto de Guarapari-ES:** Reformar o terminal de passageiros e reaparelhar o aeroporto, através de convênio entre prefeitura e Ministério de Portos e Aeroportos. Siglas: GUZ (IATA) - SNGA (ICAO). Dotado de pista asfaltada com 1.190 m de comprimento por 30 m de largura e tem operação diurna e noturna por aproximação visual. Já teve operação de voos comerciais, mas atualmente não há nenhuma empresa operando.
- **Aeroporto Internacional de Cabo Frio:** Definir o concessionário e aprovar o respectivo plano de exploração, assegurando a transição da concessão emergencial para um contrato definitivo antes do término do prazo vigente.
- **Aeródromo de Ecoporanga-ES:** Ampliar a largura, o comprimento e asfaltar a pista de 960m x 42m com revestimento de terra. E construir terminal de passageiros, através de convênio entre prefeitura e Ministério de Portos e Aeroportos. O aeródromo não possui infraestrutura de auxílio ao voo e opera em condições visuais (VFR).
- **Aeródromo de Nova Venécia-ES:** Ampliar a largura de 10 m da pista que tem comprimento de 1.200 m em revestimento asfáltico e construir terminal de passageiros, através de convênio entre prefeitura e Ministério de Portos e Aeroportos. O aeródromo, não homologado, opera em condições visuais (VFR).

- **Aeroporto de Baixo Guandu-ES:** Reformar e ampliar o terminal de passageiros e reaparelhar o aeroporto, eliminando condições insatisfatórias de manutenção e segurança de voo, através de convênio entre prefeitura e Ministério de Portos e Aeroportos. Sigla: SNBG (ICAO). O aeroporto tem pista asfaltada com 1200 m de comprimento por 30 m de largura e tem operação diurna por aproximação visual. Atualmente não há nenhuma empresa operando voos comerciais regulares.
- **Aeroporto de Itapemirim-ES:** Executar obras de melhoria em curso, aparelhar o aeroporto e modelar concessão conjunta com aeroporto de Linhares. As obras preveem ampliar o pátio de aeronaves de 6.600 m² e o terminal de passageiros destinado à aviação executiva de 410 m², além da construção de um novo terminal para a aviação comercial. Possui pista em asfalto de 1.200 m x 30 m, pista de taxiamento de 50 x 15 m, estacionamento de veículos com 1.500 m² e 3 hangares.
- **Aeroporto de Linhares-ES:** Modelar concessão conjunta com o aeroporto de Cachoeiro de Itapemirim. O aeroporto possui pista de 1.860 m por 45 m de largura, terminal de Passageiros com 735 m² e estacionamento para 60 veículos. Conta com equipamentos de auxílio para pouso (PAPI) e está homologado para operação visual (VRF). Pode receber voos comerciais com até 180 passageiros e aeronaves até a classe Boeing 757-200.
- **Aeroportos Regionais (Divinópolis, Governador Valadares e Ipatinga/Santana do Paraíso):** Direcionar recursos públicos para a compra de equipamentos e para a realização de obras nos terminais de passageiros nos aeroportos regionais de MG.

Mobilidade Urbana

- **Ligação Seca entre Santos e Guarujá:** Iniciar as obras de implantação do túnel submerso Santos-Guarujá que atenderá à população dos municípios, incluindo pedestres, ciclistas, VLT, veículos de passeio e de carga.
- **Trem Intercidades Eixo Norte (SP):** Acompanhar a implementação do TIC Eixo Norte, que interliga São Paulo à Campinas com o serviço expresso (média velocidade) para passageiros.
- **Trens Intercidades Eixos Sul, Leste e Oeste (SP):** Acompanhar os estudos a respeito da implementação dos trechos conectando passageiros da Região Metropolitana de São Paulo à Baixada Santista, Vale do Paraíba (São José dos Campos) e Sorocaba, respectivamente.

Energia

- **Angra 3:** Retomar a construção da usina termonuclear Angra 3 o mais breve possível contribuindo para segurança energética e o desenvolvimento da cadeia industrial nuclear no Rio de Janeiro e no país.
- **Hub de Captura e Armazenamento de CO2 (CCS) no RJ:** Incentivar o projeto de Captura e Armazenamento de Carbono (CCS) no norte do estado do Rio de Janeiro. É projetado instalar um sistema que injetará o CO_2 capturado no processamento de gás natural da unidade de Cabiúnas, em Macaé, em reservatórios subterrâneos. Este projeto representa um avanço significativo em novas tecnologias para descarbonização no país.
- **Hub de Hidrogênio e Derivados de Baixo Carbono:** Impulsionar o desenvolvimento do mercado de hidrogênio de baixo carbono na região. O Rio de Janeiro já abriga projetos estratégicos em estudo, como o hub de hidrogênio do Porto do Açu, a produção de hidrogênio natural em Maricá e a produção de hidrogênio de baixo carbono a partir de eólicas *offshore*. O apoio governamental é essencial para remover barreiras ao progresso desses projetos e garantir um ambiente favorável para o setor.
- **Modernização da Rede de Distribuição no RJ:** Ampliar a capacidade elétrica da rede nos distritos industriais garantindo um fornecimento de energia eficiente e confiável para os consumidores industriais.
- **Parque Termelétrico do Norte Fluminense:** Apoiar o desenvolvimento dos 9 projetos licenciados para a construção do Parque Termelétrico que somam mais de 17 GW em capacidade instalada, com uso do gás natural produzido no estado, promovendo segurança e integração energética na geração elétrica.
- **Projeto Piloto de Eólica *offshore* do Governo do Estado do RJ:** Criar um ambiente propício ao desenvolvimento desse mercado e do projeto piloto de eólica *offshore* no norte do estado do Rio. O estado do Rio de Janeiro, que figura entre as três regiões com maior potencial eólico *offshore* no país e atualmente com 15 projetos em licenciamento ambiental, depende da evolução no processo regulatório federal para viabilizar o crescimento.
- **Distribuição de Energia Elétrica em SP:** Providenciar reforços nas redes de distribuição de energia elétrica, de forma a torná-las mais resilientes e capazes de detectar falhas, e de se auto reconfigurarem diante de condições climáticas em constante mudança, minimizando as interrupções no fornecimento de energia e garantindo que as indústrias e comunidades permaneçam conectadas.
- **Geração Hídrica em MG:** Destravar os projetos hídricos de Minas Gerais que estão em tramitação na ANEEL ou em fase de licenciamento ambiental.

- **Implementação de Dispositivos Eletrônicos Inteligentes (IEDs) em SP:** Garantir a modernização no sistema de recomposição das redes de distribuição de energia elétrica por meio da implementação dos IEDs (Dispositivos Eletrônicos Inteligentes) equipados com processadores mais potentes e com algoritmos avançados que permitirão uma resposta mais ágil aos distúrbios nas redes, isolando falhas com maior precisão e restaurando o fornecimento de energia em um tempo significativamente menor, impedindo perdas de produção, queima de equipamentos, ociosidade de equipes e perda de materiais em fase de processamento nas indústrias mais susceptíveis às oscilações.
- **Rede de distribuição no ES:** Melhorar a capacidade da rede de distribuição de energia, reduzindo as quedas de tensão e os desligamentos, principalmente no Norte do estado.
- **Rede de Transmissão no ES:** Incluir nos estudos da EPE, e programar contratação para implantação, novas linhas de alta tensão que viabilizem a inclusão de empreendimentos capixabas de novas termelétricas e novas geradoras eólicas e solares de grande porte no sistema integrado.
- **Subestações elétricas no ES:** Planejar e implantar novas subestações de alta tensão que possam receber as conexões de geradoras termelétricas projetadas.
- **Transmissão de energia (Norte de Minas e Triângulo):** Acelerar os investimentos no sistema de transmissão em MG, no intuito de auxiliar no escoamento da energia elétrica.

Petróleo e Gás Natural

- **Rota 4b:** Apoiar projeto de implementação da Rota 4b para escoamento do gás produzido e aumento da oferta na bacia de Campos. Contribuir para agilidade nos processos de obtenção das licenças e apoiar para o desenvolvimento de um ambiente de negócios que favoreça as condições necessárias ao cumprimento do cronograma do projeto.
- **Aproveitamento do Gás Natural no RJ:** Desenvolver novos projetos que visem trazer alternativas ao escoamento e processamento do gás natural, bem como incentivar a expansão sustentável da malha de distribuição e transporte no estado.
- **Novos Polos Petroquímicos no RJ:** Implementar novos projetos relacionados à indústria petroquímica para agregar maior valor à produção de hidrocarbonetos local e ainda fortalecer o mercado firme de consumo para aumentar o aproveitamento da produção de gás local, gerando maior potencial de emprego e renda.
- **Plantas de Fertilizantes a partir de Gás Natural no RJ:** Promover a integração da cadeia do gás natural à cadeia de produção dos fertilizantes, adequando a infraestrutura do estado para a viabilizar investimentos no setor capazes de ampliar a oferta nacional de fertilizantes nitrogenados, o qual depende altamente de importações.

- **Biometano em SP:** Realizar o aproveitamento do potencial de produção de biometano no setor sucroenergético e dos resíduos sólidos urbanos (RSU). A conversão do biogás gerado nesses processos em biometano, é possível obter um biocombustível de alta qualidade, equivalente ao gás natural, que pode ser injetado na rede de distribuição ou utilizado como combustível veicular.
- **Distribuição de Gás Natural em MG:** Garantir investimentos estruturais para ampliação da rede de distribuição/transmissão de gás natural no estado.
- **Polo Cloro Gás Químico no ES:** Viabilizar e apoiar a implantação de um polo cloro gás químico no nordeste do estado.
- **Produção de Biometano no ES:** Apoiar a implantação de duas fábricas de biometano até 2024 e quatro até 2026.
- **Rede de Gasodutos de Distribuição no ES:** Apoiar e facilitar a expansão a rede no estado em 220 km até 2026 e 1.020 km até 2.034.
- **Rota 4 em SP:** Construir a Rota 4 do gás natural, que representa um marco significativo para o setor energético brasileiro, abrindo caminho para o escoamento do gás natural produzido nas vastas reservas do Pré-sal da bacia de Santos. Essa megaobra, de grande complexidade técnica e relevância estratégica, visa conectar as plataformas de produção *offshore* às regiões consumidoras, quer seja a rota 4a (Cubatão/SP) ou a rota 4b (Porto de Itaguaí/RJ), garantindo um suprimento eficiente e seguro.
- **Termelétricas no ES:** Apoiar os investimentos em três unidades termelétricas a gás, alimentadas por terminais de regaseificação de GNL, em São Mateus, Aracruz e Presidente Kennedy.
- **Terminais de Regaseificação no ES:** Apoiar a atração de investimentos em pelo menos dois projetos de terminais de regaseificação no Espírito Santo, ponto central da malha de transporte costeira.
- **Tributação sobre o GNV no ES:** Reduzir de 17 para 12% a alíquota de ICMS sobre o GNV, incentivando o consumo de gás natural em substituição à gasolina.
- **Unidades de Processamento de Gás no ES:** Revitalizar as instalações e estabelecer preços unitários competitivos para o processamento de gás natural nas unidades de Cacimbas e Anchieta. Avaliar privatização dessas estruturas.
- **UPGN Caraguatatuba-SP:** Implementar um módulo de separação de líquidos na Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN) de Caraguatatuba. Este módulo de tratamento de gás úmido é um investimento essencial para garantir a operação segura e eficiente daquela UPGN, como também atender à crescente demanda por gás natural de alta qualidade para a indústria no Brasil.

Saneamento Básico

- **Investimentos em água e esgoto no ES:** Disponibilizar e viabilizar recursos via Caixa Econômica Federal (CEF) para obras em todo o estado, a fim de possibilitar o cumprimento da meta de universalização dos serviços de saneamento.
- **Obras em SP:** Avançar nos projetos Integra Tietê, Onda Limpa, Esgotos do Interior, Esgotos no Litoral e Córrego Limpo. Tais iniciativas visam alcançar melhorias no tratamento, automação e eficiência para preservação dos recursos hídricos e ambientais do estado de São Paulo.
- **Parcerias Público Privadas (PPPs) no ES:** Criar agenda de apoio a municípios para que desenhem e apliquem parcerias público privadas na gestão dos serviços de água e esgoto no ES.
- **Sabesp:** Realizar obras de expansão de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos municípios da URAE 1, inclusive em áreas rurais e áreas irregulares.
- **Usina de Dessalinização de Água em SP:** Construir uma estação de dessalinização de água do mar no município de Ilha Bela com o objetivo de aumentar os índices de abastecimento de água tratado para a população do município.

Telecomunicações

- **Conectividade nas Rodovias em SP:** Estimular o avanço da cobertura 4G e 5G em todas as rodovias do estado de SP, atendendo a setores da indústria e população rural.
- **Legislações Municipais em SP:** Apresentar aos municípios o Modelo de Projeto de Lei Municipal padrão da ANATEL facilitando a criação/atualização de legislação para a instalação de infraestrutura de suporte para Estação Transmissora de Radiocomunicação nos termos da legislação federal vigente.
- **Telefonia Móvel no ES:** Ampliar e melhorar com urgência a qualidade da cobertura de telefonia móvel na região do complexo portuário de Aracruz. Devem ser feitos investimentos para garantir cobertura confiável e melhorar a experiência dos usuários do complexo.

Propostas para a Região Sul

Rodovias

- **BR-101/SC Norte**: Viabilizar as intervenções indicadas pela FIESC no estudo "Relatório de Avaliação de Obras Propostas para Repactuação da BR-101/SC: Análise da Adequação às Necessidades de Ampliação", contemplando faixas adicionais, vias marginais, adequações de entroncamentos e demais obras necessárias para ampliar a capacidade, a segurança e a fluidez da rodovia.
- **BR-101/SC Sul**: Incorporar o túnel do Morro dos Cavalos, atualmente sob concessão da Arteris, no segmento Norte, no município de Palhoça/SC, e incluir os respectivos investimentos na concessão do segmento Sul da Motiva (CCR Via Costeira).
- **BR-101/SC (Rodovia ViaMar - Corredor Litorâneo Paralelo)**: Dar celeridade nas obras do corredor alternativo à BR-101 – Rodovia ViaMar – entre o município de Joinville a o anel viário da Grande Florianópolis, cujo projeto está em desenvolvimento pelo Governo do Estado.
- **BR-101/SC (Contorno Viário em Araranguá):** Adequar o contorno viário em Araranguá na BR 101/SC.
- **BR-470/SC (Navegantes – Entroncamento Luiz Alves)**: Dar continuidade às obras de duplicação do trecho denominado Lote 01 - Navegantes até o entroncamento para o município de Luiz Alves - Km 0,0 ao Km 18,61.
- **BR-470/SC (Entroncamento Luiz Alves – Gaspar)**: Dar continuidade às obras de duplicação do trecho denominado Lote 02 - Entroncamento para o município de Luiz Alves até o acesso ao município de Gaspar - Km 18,61 ao Km 44,87.
- **BR-470/SC (Gaspar – Entroncamento SC-421)**: Dar continuidade às obras de duplicação do trecho denominado Lote 03 - Acesso ao município de Gaspar até o entroncamento com a SC 421 – Acesso à Pomerode - Km 44,87 ao Km 57,78.
- **BR-470/SC (Entroncamento SC-421 – Indaial)**: Dar continuidade às obras de duplicação do trecho denominado Lote 04 - Entroncamento com a SC 421 – Acesso à Pomerode até o município de Indaial - Km 57,78 ao Km 73,18.
- **BR-470/SC (Indaial – Campos Novos)**: Concluir os estudos e projetos e viabilizar a execução das obras de implantação, duplicação, adequação de capacidade, restauração, melhorias de segurança e eliminação de pontos críticos entre Indaial e Campos Novos, considerando a função estratégica do eixo na conexão do litoral com o Vale do Itajaí, Meio-Oeste e Oeste.

- **Contorno da Baía de Guaratuba ou "Binário" (BR-376/BR-277)**: Avançar no projeto de construção do trecho rodoviário "Contorno da Baía de Guaratuba" como forma de superar as restrições de chegada aos portos de Paranaguá e Antonina (BR-277).
- **Concessão CCR-Via Sul**: Duplicar a BR-386/RS nos km 180,2 até 445,7.
- **BR-448/RS**: Construir a extensão da BR-448 até o município de Portão/RS (km 0 até 32).
- **BR-280/SC**: Implantar melhorias na rodovia, incluindo construir acostamento no trecho entre Jaraguá do Sul e Corupá (km 66,80 ao km 84,28). Construir passarela em Rio Negrinho (km 133,1). Implantar terceira faixa entre Rio Negrinho e Mafra (km 131,20 ao km 170,50). Construir o contorno rodoviário de Rio Negrinho (km 113,6 ao km 131,20). Construir o contorno rodoviário de Porto União (km 299,28 ao km 320,08) e elaborar o EVTEA e executar obra de prolongamento da BR-280 até o Porto Brasil Sul.
- **BR-280/SC (Duplicações)**: Iniciar as obras de duplicação do Lote 01, entre o Porto de São Francisco do Sul e o entroncamento com a BR-101 (km 0,7 ao km 36,7). Dar continuidade às obras de duplicação do Lote 2.1, entre o entroncamento com a BR-101 e o entroncamento com a SC-108 (km 36,7 ao km 50,74). Garantir continuidade às obras de duplicação do Lote 2.2, entre o entroncamento com a SC-108 e o município de Corupá (km 50,74 ao km 74,58).
- **BR-116/RS (Guaíba – Pelotas)**: Concluir obras de duplicação do Lote 1/2 (km 300,54 até 351,34 — faltam 7,3 km), Lote 5 (km 397,20 até 422,30 — faltam 6,2 km), Lote 6 (km 422,3 até 448,5 — faltam 8,9 km), Lote 7 (km 448,5 até 470,1 — faltam 0,3 km), Lote 8/9 (km 410,1 até 511,7 — faltam 7,2 km), da BR-116.
- **BR-116/RS (Porto Alegre – Novo Hamburgo)**: Readequar o trecho por meio de obras de aperfeiçoamento físico e de segurança de tráfego na BR-166/RS no trecho entre Porto Alegre e Novo Hamburgo.
- **BR-116/392 (Guaíba – Rio Grande)**: Garantir celeridade para conclusão da duplicação da BR-116 Sul e BR-392 até Rio Grande e concluir a nova ponte sobre o Rio Guaíba com a finalização das conexões de quatro alças de acesso.
- **BR-116/RS (Caxias do Sul – Campestre da Serra)**: Providenciar a adequação de curvas entre os quilômetros 90 e 135.
- **BR-282/SC (Duplicação Trechos Lages – São Miguel)**: Elaborar estudos e projetos básicos e executivos, e executar as obras de duplicação, adequação de capacidade e melhorias de segurança com eliminação de pontos críticos da rodovia BR-282/SC.
- **BR-282/SC (Adequação da Capacidade no Trecho Palhoça – Lages)**: Elaborar Projetos Básicos e Executivos de Engenharia visando a execução das obras de Implantação, Duplicação, Adequação de Capacidade, Restauração, Melhorias de Segurança e Eliminação de Segmentos Críticos da BR-282/SC, entre a BR-101 (B) (Palhoça) e a BR-116 (Lages).

- **BR-282/SC (Faixas Adicionais)**: Elaborar Projeto Básico, Executivo de Engenharia e Obras de Terceiras Faixas de Tráfego e Adequação / Implantação de Interseções e Acessos na Rodovia BR-282/SC entre os km 23,50 ao 103,80.
- **BR-282/SC (Contorno Viário de Santo Amaro da Imperatriz)**: Elaborar Projetos Básicos e Executivos de Engenharia e Obras do Contorno Rodoviário de Santo Amaro da Imperatriz.
- **BR-282/SC (Ruas Laterais Maravilha):** Dar celeridade e garantir a conclusão das obras de correção de Ponto Crítico e Implantação e Pavimentação de Ruas Laterais na Travessia Urbana de Maravilha na BR-282/SC.
- **BR-282/SC (Via Expressa Florianópolis):** Elaborar projeto e iniciar as obras para ampliação de faixas, novos acessos e soluções de mobilidade.
- **BR-282/SC (Ponte sobre o Rio Peperi-Guaçu):** Projetar e construir nova ponte internacional sobre o rio Peperi-Guaçu, entre Paraíso (Brasil) e San Pedro (Argentina), conectando a BR-282/SC à Rodovia Provincial nº 27 e à Rodovia Nacional nº 14, na Argentina.
- **2ª Ponte do Rio Guaíba**: Concluir as quatro alças de acesso e instalar os pilares de proteção da ponte sobre o Rio Guaíba (15m após o fim da Ponte sobre o Saco da Alemoa à 2ª Ponte S/Rio Guaíba (Entroncamento. R. Dona Teodora e Frederico Mentz), na BR-290/116.
- **BR-290/RS (Eldorado do Sul – Pantano Grande)**: Concluir obras de duplicação do Lote 1 (km 112 até 142), Lote 2 (km 142 até 172), Lote 3 (km 172 até 199,3) e Lote 4 (km 199 até km 228), da BR-290.
- **BR-290/RS (Pontes do Arroio Bossoroca e de Uruguaiana Passo de Los Livres)**: Realizar a reforma das pontes do Arroio Bossoroca e de Uruguaiana Passo de Los Livres na BR-290/RS.
- **BR-285/SC:** Executar obras de estabilização, contenção e adequação das áreas de risco entre os km 42,60 e 55,80, na Serra da Rocinha, visando prevenir deslizamentos e garantir a segurança e a continuidade do tráfego na rodovia.
- **BR-476/PR (Lapa a São Mateus do Sul e União da Vitória)**: Garantir recursos federais para investimento na recuperação do trecho Lapa a São Mateus do Sul e União da Vitória na BR-476/PR.
- **BR-116/SC**: Dar celeridade ao processo de repactuação do contrato de concessão da BR-116/SC, visando implementar melhorias na segurança e na trafegabilidade da rodovia.
- **BR-285/RS (São José dos Ausentes – Serra da Rocinha)**: Construir a ponte sobre o Rio das Antas e pavimentar o trecho entre Rio Grande do Sul e Santa Catarina, km 0 até 10,6 da BR-285.

- **BR-158/RS (Itaara – Santa Maria)**: Requalificar e manter o trecho entre Itaara e Santa Maria/RS, km 305,1 até 322,6, da BR-158/RS.
- **BR-158/RS**: Assegurar a recuperação, manutenção e conservação do trecho entroncamento com a BR-282 até Santana do Livramento.
- **BR-392/RS (Lote 4/Rio Grande)**: Adequar a BR-392/RS no trecho rodoviário para acesso ao Porto de Rio Grande (Km 0 até 16,2).
- **BR-392/RS (Santa Maria – Santo Ângelo)**: Construir trecho do km 337,1 até 560,7 da BR-392.
- **Ponte de Porto Xavier**: Construir a Ponte, acessos e complexos integrados de fronteira (Aduana) entre Porto Xavier (Brasil) e San Javier (Argentina) na BR-392.
- **BR-470/RS**: Construir os viadutos nos km 192 e km 193 e manutenção e melhorias, km 178,68 até 210,05 da BR-470/RS.
- **Ponte entre Triunfo e São Jerônimo**: Construir a Ponte sobre o Rio Jacuí entre os municípios de Triunfo/RS a São Jerônimo/RS, na BR-470.
- **BR 163/SC**: Adequar o trecho rodoviário entre São Miguel do Oeste a Dionísio Cerqueira, bem como construir a ponte entre Barra do Guarita e Itapiranga (km 0 a 1,20).
- **Viaduto de Rio Pardo**: Construir o viaduto no trevo de acesso entre as ruas Andrade Neves, Treze de Maio, dos Dragões e Avenida Três de Maio, km 174 até km 176, na BR-471/RS.
- **BR-153/RS (Erechim/RS a Passo Fundo)**: Viabilizar a pavimentação asfáltica de Erechim/RS a Passo Fundo/RS, km 53,1 até 121,5, da BR-153/RS.
- **BR-153/RS (Ponte do Fandango)**: Garantir a recuperação, a manutenção e a conservação da Ponte do Fandango (km 405 até 407,5) na BR-153/RS.
- **PROARTE/PATO/CREMA em SC**: Finalizar a manutenção de 54 Obras de Arte Especiais nas rodovias BR-153, BR-158, BR-163, BR-282, BR-470 e BR-480, no âmbito do PROARTE. Executar serviços de conservação e recuperação rodoviária, conforme o Plano Anual de Trabalho e Orçamento (PATO), nas rodovias BR-153, BR-158, BR-163, BR-280, BR-282, BR-285, BR-470 e BR-480. Contratar e executar obras e serviços de recuperação e manutenção dessas rodovias no âmbito do CREMA.
- **Estaduais RS - Bloco 1**: Garantir a duplicação das ERS-118 (km 22,23 até 34,68), ERS-020 (km 3,95 até 48,28), ERS-040 (km 11,24 até 36,54) ERS-474 (km 0 até 32,64), ERS-115 (km 0 até 39,53), ERS-235 (km 5,55 até 32,76 e km 43,9 até 74,49), ERS-239 (km 52,09 até 71,51). Implantação da ERS-010 (km 0 até 41,4). Melhorias das ERS-040 (km 36,54

até 94,85), ERS-239 (km 13,23 até 24,52), ERS-020 (km 48,69 até 100,1) e ERS-466 (km 0 até 7,22).

- **Estaduais RS - Bloco 2**: Viabilizar a duplicação das ERS-135 (km 0 até 33 e km 49,4 até 53,82 e km 62,05 até 78,33), ERS-324 (km 188,12 até 248,81), ERS-130 (km 69,19 até 87,39), ERS-129 (km 67,55 até 69,43), ERS-128 (km 26,77 até 30,27) e ERS-453 (km 0 até 29,83 e km 37,97 até 54,02); e criação de 3ª faixa das ERS-135 (km 33 até 49,4), ERS-324 (km 248,81 até 292,13), ERS-130 (km 87,39 até 97,27).
- **Concessão Caminhos da Serra Gaúcha**: Dar celeridade no processo de duplicação km 0 até 21,49 das RSC-287, Duplicação km 13,2 até 19,76 e implementação de terceira faixa km 0 até 13,2 da ERS-240. Duplicação do trecho km 0 até 14,84 da ERS-446. Duplicação do trecho km 220,5 até 233,39 da BR-470/RS. Duplicação do trecho km 101,43 até 141,53 da RSC-453. Melhorias no trecho km 0 até 39,09 e dos km 80,04 até 168,65 da ERS-122. Melhorias no trecho km 38,5 até 57,4 da BR-116/RS, trecho sob concessão da Caminhos da Serra Gaúcha.
- **ERS-403**: Garantir manutenção e melhoria da pavimentação do trecho entre Santa Cruz do Sul e Cachoeira do Sul, dos km 0 até 64,4 da ERS-403.
- **ERS-630**: Pavimentar o trecho entre São Gabriel e Dom Pedrito, km 0 a 87,9 da ERS-630.
- **Ponte Estrela e Cruzeiro do Sul**: Construir de nova ponte sobre o Rio Taquari, ligando a ERS-129, em Estrela e ERS-130, em Cruzeiro do Sul.
- **Pontes de Ligação com a Argentina**: Construir as pontes: de Porto Mauá (Porto Mauá/RS e Alba Posse/Argentina), do Soberbo (Tiradentes do Sul/RS e El Soberbio/Argentina) e Itaqui (Itaqui/RS e Alvear/Argentina).
- **RSC-287**: Duplicar, recuperar trechos danificados no trecho sob concessão da Sacyr, entre Tabaí/RS e Santa Maria/RS, do km 26 ao km 220 da RSC-287.
- **RSC-453/ERS-486 (Rota do Sol)**: Realizar obras de melhorias nos acessos, recuperação asfáltica, duplicação em alguns trechos, sinalização e implantação de acostamento, km 148,5 até 255,7 da RSC-453, e km 0 até 38,65 da ERS-486.

Ferrovias

- **Malha Sul:** Realizar nova concessão que garanta a recuperação e modernização da Malha Sul, e que conecte o Sul com os outros estados do Brasil. Além de garantir capacidade para atender médias e longas distâncias e que seja competitiva frente aos modais rodoviário e hidroviário.
- **Ramal Passo Fundo e Roca Sales:** Recuperação e reestruturação do trecho ferroviário entre Passo Fundo/RS e Roca Sales/RS, severamente afetado e paralisado em decorrência do evento climático extremo de maio de 2024. O segmento é estratégico para o transporte de granéis líquidos.
- **Ramal Ferroviário Porto de Itapoá:** Construir o ramal ferroviário de Itapoá, com cerca de 110 km de extensão, ligando o município de Itapoá à Malha Sul na região oeste de Joinville e seguindo até Araquari, onde se conectará à futura Ferrovia Litorânea.
- **Nova Ferroeste:** Estruturar um corredor ferroviário integrado entre Maracaju/MS e Passo Fundo/RS, passando por Cascavel/PR e Chapecó/SC, ampliando a integração do Oeste catarinense com a rede ferroviária nacional.
- **Contornos ferroviários em SC:** Construir contornos ferroviários nos municípios de Joinville, São Francisco do Sul e Jaraguá do Sul, visando melhorar a fluidez do transporte ferroviário e reduzir interferências no tráfego urbano.
- **Ramal Guarapuava e Paranaguá:** Estabelecer uma nova descida da serra do mar para acesso ao Porto de Paranaguá com novo gabarito de túneis para empilhamento de contêineres ("*double Stack*").

Portos

- **Porto São Francisco do Sul:** Elaborar acesso rodoferroviário ao Porto de São Francisco do Sul e projetar o complexo Ferroviário Catarinense conforme já proposto no PNL 2035.
- **Calado no Porto de Paranaguá:** Ampliar o calado de acesso dos navios que chegam ao porto através do Canal da Galheta.
- **Desestatização dos Portos Públicos Catarinenses:** Adotar modelos de administração portuária autônoma, com governança corporativa, gerida por técnicos responsáveis pelos resultados e desempenho.
- **Complexo Portuário do Rio Itajaí (Portos de Itajaí e Navegantes):** Implantar nova bacia de evolução e adequar o canal de acesso para receber navios de até 400 metros de comprimento e 17 metros de calado. Ampliar a retroárea do Porto de Itajaí. Remover o casco soçobrado do navio Pallas.Realizar dragagem do

Rio Itajaí-Açu para 16 metros de profundidade. Readequar o molhe de abrigo de Navegantes, ampliar a área primária do porto (RAC e entorno). Executar a contenção da margem direita do canal. Adquirir e instalar novo scanner e implantar sistema de monitoramento rodoviário. Modernizar o controle dos *gates*. Implantar o sistema VTMIS (*Vessel Traffic Management Information System*) e o sistema SmartPorto. Por fim, readequar as subestações de energia e iluminação.

- **Porto de Imbituba:** Realizar a recuperação estrutural e ampliação dos molhes de abrigo do Porto de Imbituba.
- **Porto de Laguna:** Realizar a derrocagem de rocha na entrada do canal de acesso ao Porto de Laguna, com levantamentos topo-hidrográficos.
- **Porto de Arroio do Sal:** Instalação de Porto em Arroio do Sal/RS. O Porto Meridional é estratégico para o crescimento do PIB gaúcho, com geração de empregos, atração de investimentos e fortalecimento da competitividade logística, ao reduzir custos e ampliar a capacidade portuária do estado.

Hidrovias

- **Dragagem do Rio Jacuí:** Realizar batimetria e dragagem do Rio Jacuí até o Porto de Cachoeira do Sul.
- **Eclusas dos Rio Jacuí e Taquari:** Realizar reformas estruturais e modernização de equipamentos das represas equipadas com eclusas (Amarópolis, Bom Retiro do Sul, Anel de Dom Marco e Fandango).
- **Hidrovia Brasil-Uruguai:** Providenciar dragagem de desassoreamento e balizamento da Hidrovia de Lagoa Mirim (Brasil - Uruguai), incluindo o Canal de São Gonçalo/RS.
- **Lago Guaíba:** Garantir a dragagem de desassoreamento, além de instalação de estruturas de proteção dos pilares das duas pontes sobre o Rio Guaíba.
- **Revitalização das Hidrovias do RS:** Eliminar os gargalos presentes na Lagoa dos Patos e Lago Guaíba e estabelecer um programa de dragagem permanente e manutenção preventiva dos Canais de Itapuã, Furadinho, Pedras Brancas, Leitão arroio das Garças, Rios dos Sinos, Gravataí, entre outros.
- **Vale do Taquari e Antas:** Viabilizar a realização de um conjunto de obras de controle e mitigação de cheias e navegabilidade nos rios dos Vales do Taquari e Antas.

Aeroportos

- **Aeroporto Afonso Pena:** Implantar uma nova pista com três mil metros, o que permitirá realizar decolagem com capacidade máxima das aeronaves de grande porte em voos diretos nacionais e internacionais.
- **Aeroporto de Navegantes:** Garantir a execução dos investimentos de ampliação e modernização do terminal e da infraestrutura aeroportuária, viabilizar novo acesso rodoviário e avançar na implantação de uma segunda pista, de forma a ampliar a capacidade operacional, a segurança e a resiliência do aeroporto diante do crescimento da demanda regional de passageiros e cargas.
- **Aeroporto da Serra Gaúcha:** Garantir a construção do Aeroporto de Vila Oliva, Caxias do Sul/RS.
- **Aeroportos Regionais no RS:** Realizar investimento em terminais no interior do estado, conectando cidades de menor porte a grandes centros e fomentando o desenvolvimento econômico. Os principais aeroportos regionais do RS: Caxias do Sul (CXJ/SBCX), Passo Fundo (PFB/SBPF), Santo Ângelo (GEL/SBNM), Pelotas (PET/SBPK), Uruguaiana (URG/SBUG), Santa Maria (RIA/SBSM).
- **Aeroporto de Caçador:** Priorizar a expansão e a modernização da infraestrutura do Aeroporto de Caçador, bem como consolidar operações comerciais regulares, com o objetivo de ampliar a conectividade, aumentar a competitividade logística e impulsionar o desenvolvimento econômico, a integração regional e a atração de novos investimentos.
- **Aeroporto de Chapecó:** Elaborar estudos para a ampliação e modernização do Aeroporto de Chapecó, contemplando expansão da capacidade operacional, adequação da infraestrutura existente, melhoria dos acessos e da mobilidade no entorno, incorporação de tecnologias para aumento da eficiência e segurança, qualificação dos serviços aos usuários e alinhamento às demandas atuais e futuras de transporte de passageiros e cargas.
- **Aeroporto de Joaçaba:** Construir, reformar e reaparelhar o Aeroporto Santa Terezinha, em Joaçaba, com modernização da infraestrutura operacional e do terminal de passageiros, ampliação da capacidade de atendimento, adequação às normas de segurança e incorporação de novos equipamentos de navegação e apoio, visando fortalecer a conectividade regional e o desenvolvimento econômico do Meio-Oeste catarinense.

Energia

- **Parques Eólicos no RS:** Criar de um ambiente competitivo para a atração de investimentos voltados à instalação de parques eólicos. O potencial existente no Rio Grande do Sul, considerando ventos acima de 7 m/s a 100 m de altura, em terra firme (*onshore*), é de 102,8 GW, além de 114,2 GW em áreas sobre lagoas e oceano (*offshore*). Para ventos acima de 7 m/s a 150 m de altura, o potencial eólico gaúcho em áreas *onshore* alcança 245,3 GW.
- **UTE Rio Grande:** Buscar uma solução junto à ANEEL para autorizar o Grupo Cobra a assumir o empreendimento UTE Rio Grande, ou encontrar uma solução administrativa que viabilize a construção do complexo.
- **Expansão da Rede Básica (Transmissão) em SC:** Acelerar leilões e reforços estruturais de transmissão para suportar o crescimento da carga industrial de Santa Catarina (48%), superior à média nacional (32%), garantindo suprimento adequado para grandes cargas em subestações de fronteira e linhas de transmissão que conectam a Rede Básica à distribuidora.
- **Qualidade de energia em alimentadores industriais de SC:** Modernizar redes extensas para garantir estabilidade de tensão e suporte a equipamentos eletrônicos sensíveis, mitigando impactos da expansão da geração distribuída em infraestrutura insuficiente, especialmente em áreas rurais e industriais atendidas por alimentadores de longa distância com alta concentração de carga produtiva.
- **Resiliência da rede de distribuição em SC:** Ampliar a resiliência da rede elétrica frente a eventos climáticos extremos (tempestades, ciclones e descargas atmosféricas), reduzindo interrupções e custos industriais com mitigação (geradores/UPS) em todo o estado de Santa Catarina, com foco em regiões com histórico de eventos severos e baixa redundância.
- **Geração Eólica:** Superar as barreiras regulatórias, mercadológicas, tecnológicas, e de infraestrutura identificadas no estudo publicado pela CNI, em 2023, intitulado: "Oportunidades e desafios para geração eólica *offshore* no Brasil e a produção de Hidrogênio de Baixo Carbono".
- **Geração Hídrica:** Destravar os projetos de pequeno porte que estão em tramitação junto a ANEEL ou na fase de licenciamento ambiental.

Petróleo e Gás Natural

- **Gasoduto Uruguaiana-Triunfo:** Garantir a construção de rede dutoviária que conecte Uruguaiana até Triunfo, para oferta e transporte de gás natural oriundo de Vaca Muerta/Argentina, para ampliar a disponibilidade de gás.
- **Transportadora de Gás Brasil-Bolívia (TBG):** Buscar solução junto à ANP para as limitações no transporte de gás natural para o RS com instalação de pressurizadores no city gate de Gaspar/SC, procurando aumentar a disponibilidade de gás natural para o RS.
- **Concessão de distribuição de gás canalizado em SC:** Atualizar e modernizar o contrato de concessão da distribuidora de gás canalizado em Santa Catarina, alinhando-o ao novo mercado de gás, incentivando investimentos em rede e condições mais competitivas para a indústria.
- **Gasbol - Trecho Sul em SC:** Reforçar a capacidade e ampliar a infraestrutura do trecho sul do Gasoduto Bolívia–Brasil (Gasbol), garantindo maior disponibilidade e segurança de suprimento de gás natural para as indústrias catarinenses.
- **Integração da Malha do Pré-Sal (NTS) com Santa Catarina**: Realizar ligação robusta e direta da malha do pré-sal (Sudeste/NTS) até Santa Catarina, ampliando a oferta e a competitividade do gás natural no estado.
- **Tarifas de Transporte de Gás Natural para SC:** Revisar a metodologia de equiparação das tarifas de transporte de gás natural, de forma a reduzir assimetrias que hoje encarecem o insumo para consumidores industriais em Santa Catarina em relação a estados vizinhos.
- **Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP**): Articulação junto à ANP para adoção da tarifa postal para cálculo da Tarifa de transporte do gás pela TBG.

Segurança Hídrica

- **Barragem do Passo da Ferraria no RS:** Garantir investimentos para a construção de barragem de uso múltiplo (irrigação, abastecimento público e proteção das cheias). Barragem do Passo da Ferraria, na Bacia hidrográfica do Rio Santa Maria.
- **Barragem VAC-03 no RS:** Garantir investimentos para a construção de barragem de uso múltiplo (irrigação, abastecimento público e proteção das cheias). Barragem VAC3, na Bacia Hidrográfica do Rio Vacacaí.

Telecomunicações

- **Execução do PESH no RS:** Executar o Plano de Segurança Hídrica (PESH) do Rio Grande do Sul estabelecendo diretrizes estratégicas para garantir o abastecimento de água à população, ao setor produtivo e ao meio ambiente, diante dos eventos climáticos extremos. É fundamental integrar ações de prevenção, monitoramento e infraestrutura, com investimentos em barragens, reservatórios e sistemas de contenção. O plano deve priorizar a gestão eficiente dos recursos hídricos, fortalecendo a atuação dos comitês de bacia e a cooperação entre Estado e municípios.
- **Cobertura Móvel em Corredores Logísticos em SC:** Priorizar a implantação de cobertura celular contínua (4G/5G) para viabilizar a logística conectada, telemetria e segurança, eliminando as zonas de sombra atuais que prejudicam a competitividade industrial nas rodovias federais em Santa Catarina, com foco nos trechos rurais e de serra, fora das manchas urbanas consolidadas.
- **Infraestrutura de Banda Larga (*Backbone* de fibra óptica) em SC:** Incentivar a construção de rotas troncais redundantes de fibra óptica para mitigar o risco de interrupções simultâneas e garantir conectividade de padrão industrial para automação e digitalização no interior do estado e cidades médias, interconectando polos industriais do Oeste, Serra e Litoral.
- **Redundância de Sinal em Áreas Industriais em SC:** Instalar infraestrutura para redundância de sinal de telecomunicações, reduzindo a dependência exclusiva de redes 4G precárias e permitindo aplicações de IoT em áreas industriais periféricas e regiões rurais produtivas afastadas dos centros urbanos.

Propostas para a Região Centro-Oeste

Rodovias

- **BR-060/GO**: Concluir as obras de duplicação e manutenção nos trechos Goiânia-Jataí e Jatái-Chapadão do Céu na BR-060/GO.
- **BR-153/GO**: Executar as obras de duplicação e adequação de capacidade no trecho entre Anápolis-Porangatu, bem como providenciar a duplicação no trecho entre Anápolis e a divisa com o estado do Tocantins.
- **BR-163/MT**: Garantir a modernização da infraestrutura rodoviária da BR-163/MT por meio da pavimentação e duplicação de trechos industriais estratégicos.
- **BR-163/MS**: Concluir as obras de ampliação e manutenção na BR-163/MS, em trechos como: Caarapó (km 194 até 198); Dourados (km 252 até 279); Campo Grande (km 431 a 440); Jaraguari (km 503 até 534); São Gabriel do Oeste / Camapuã / Bandeirantes (km 578 até 605); e Sonora (km 829 até 831).
- **BR-020/GO**: Garantir as obras de duplicação no trecho urbano de Formosa na BR-020/GO.
- **BR-364/GO**: Viabilizar a duplicação da BR-364/GO no trecho entre Jataí e Santa Rita do Araguaia.
- **BR-414/GO**: Requalificar e manter o corredor entre Anápolis e Niquelândia na BR-414/GO.
- **BR-040/GO**: Finalizar as obras de duplicação na BR-040/GO no trecho entre Luziânia e Cristalina.
- **BR-070/GO**: Concluir as obras de pavimentação da BR-070/GO até o trecho de entroncamento da BR-153/GO, em Itaguari. Além disso, assegurar a construção de todas as Obras de Arte Especiais (OAE) previstas para o quilômetro 384.
- **BR-262/MS**: Realizar investimentos para mitigação de fauna na BR-262/MS com implantação de cercas condutoras, passagens superiores e subterrâneas, sinalização e redutores de velocidade.
- **BR-080/DF**: Concluir as obras de adequação de capacidade e melhorias da BR 080/DF no trecho que inicia no km 0 e termina no km 40,3.
- **BR-267/MS**: Avançar com as obras de restauração entre Porto Murtinho e Alto Caracol, bem como dar celeridade a construção do acesso à ponte internacional da Rota Bioceânica na BR-267/MS.
- **BR-158/GO**: Realizar obras de restauração no trecho entre Caiapônia e Aragarças.

- **BR-080/GO**: Pavimentar e restaurar o trecho de ligação entre Luziânia e Padre Bernardo na BR-080/GO. Além disso, finalizar as obras no trecho de ligação com a BR-153/GO.
- **BR-158/MT**: Avançar com as obras de construção da BR-158/MT, respeitando as exigências ambientais.
- **BR-030/GO**: Viabilizar a recuperação e construção de 3° faixas na BR-030/GO no trecho até a divisa com o estado da Bahia (90 km).
- **BR-242/MT**: Dar celeridade ao processo de pavimentação da BR-242/MT nos trechos próximos a Canarana, Gaúcha do Norte, Nova Ubiratã, Paranatinga, Querência e Sorriso.
- **BR-419/MS**: Finalizar as obras de pavimentação com Tratamento Superficial Duplo (TSD) entre o km 189 e o km 244 da BR-419/MS.
- **Arco rodoviário DF-GO**: Construir rodoanel viário DF-GO, com pavimentação de aproximadamente 50 km entre a DF-270 e a DF-100 em pista dupla (ligação BR 020 até DF-285).
- **GO-010**: Construir o trecho do entroncamento com a GO-436 até a BR-251 (26 km) e concluir a duplicação entre o Trevo do Batata e o final da ponte de Leopoldo de Bulhões (40,2 km), bem como o trecho até Vianópolis (28,4 km).
- **GO-020**: Construir o trecho do entroncamento com a BR-050 até a divisa com Minas Gerais (31 km).
- **GO-060**: Concluir a duplicação do trecho entre Trindade e São Luís de Montes Belos (97,1 km).
- **GO-164**: Construir o trecho entre Itaguaçu e o entroncamento com a GO-302 (65 km) e concluir a duplicação entre São Miguel do Araguaia e Cidade de Goiás (380,7 km).
- **GO-174**: Concluir a duplicação do trecho entre Rio Verde e Montividiu (42 km) e construir a ligação em Caçu (49 km).
- **Outras Intervenções Estratégicas em rodovias estaduais de GO**: Ampliar e pavimentar trechos viários críticos nas rodovias GO-040, GO-050, GO-070, GO-080, GO-112, GO-116, GO-180, GO-184, GO-188, GO-219, GO-237, GO-239, GO-302, GO-306, GO-307, GO-309, GO-319, GO-320, GO-324, GO-336, GO-353, GO-401, GO-461 e GO-465, fundamentais para o escoamento agroindustrial regional.

Ferrovias

- **Ferrogrão**: Iniciar as obras do novo corredor ferroviário de exportação de grãos pelo Arco Norte, ligando Sinop (MT) a Itaituba (PA) – Vila de Miritituba.
- **Ferrovia Centro-Atlântica (FCA)**: Assegurar a renovação da concessão com previsão de investimentos robustos na recuperação da via permanente (geometria, trilhos e sinalização), construção de contornos ferroviários para supressão de passagens urbanas e ampliação de pátios, garantindo conexão estratégica com os portos do Sudeste.
- **Ferrovia Norte-Sul (FNS)**: Consolidar o principal eixo ferroviário de Goiás (855 km), conectando a produção regional aos portos do Norte e Sudeste, com expansão dos terminais intermodais em Anápolis, Uruaçu e Porangatu e fortalecimento da integração logística com a FICO e a FCA.
- **Ferrovia de Integração Centro-Oeste (FICO)**: Concluir as obras do trecho entre Lucas do Rio Verde (MT) e Mara Rosa (GO).
- **Ferrovia do Mato Grosso (FMT)**: Dar continuidade às obras de expansão da Ferrovia do Mato Grosso.
- **Malha Oeste**: Dar celeridade ao processo licitatório da Malha Oeste, garantindo investimentos capazes de revitalizar a infraestrutura ferroviária.
- **Ferrovia Brasília a Luziânia**: Estruturar e operar trem de passageiros (58 km de trilhos), conectando Jardim Ingá (Luziânia), Valparaíso (GO), Park Way, Núcleo Bandeirante, Guará e a Rodoferroviária de Brasília.
- **Ramal ferroviário até o Porto Seco do DF**: Construir ramal ferroviário de carga ligando o Porto Seco do Distrito Federal à Ferrovia Norte-Sul, com extensão de 1,5 km.

Hidrovias

- **Hidrovia do Rio Tocantins**: Viabilizar a construção do sistema de transposição de nível nas usinas hidrelétricas de Luiz Eduardo Magalhães (TO) e Estreito (MA). Retomar as obras de derrocamento do Pedral do Lourenço, no rio Tocantins.
- **Hidrovia do Rio Paraguai**: Modernizar a navegação na hidrovia do Rio Paraguai por meio da realização das obras de dragagem, balizamento, sinalização e gestão de tráfego.

Aeroportos

- **Aeroporto de Águas Lindas de Goiás**: Implantar terminal voltado ao transporte de cargas e aviação executiva (pista de 2.200 m), aproveitando o eixo Brasília-Anápolis-Goiânia, com previsão de operação a partir de 2026. Além disso, estudar a viabilidade de implementação de um terminal aéreo de passageiros.
- **Aeroporto de Cargas de Anápolis**: Concluir a pista e o terminal para consolidar o Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA) como hub logístico, integrando os modais aéreo, ferroviário (FNS) e rodoviário.
- **Aeroporto de Dourados**: Dar continuidade ao processo de ampliação e modernização do Aeroporto de Dourados, sobretudo com a construção de um novo terminal de passageiros.
- **Aeroporto de Jataí**: Revitalizar o aeroporto de Jataí. Importante para o escoamento da produção agropecuária do Sudoeste goiano, o aeroporto possui estrutura básica, mas carece de modernização do terminal de passageiros e da pista para receber aeronaves de maior porte. Há projetos municipais e estaduais em andamento visando sua requalificação.
- **Aeroporto de Rio Verde**: Garantir a realização de obras complementares no aeroporto de Rio Verde. Um dos terminais regionais mais dinâmicos do estado, já conta com voos comerciais regulares operados por companhias nacionais. O terminal passou por obras de ampliação e adequação, mas ainda demanda melhorias em taxiways e na sinalização noturna para atender a padrões mais elevados de segurança operacional.
- **Terminal Aeroportuário Antares (Aparecida de Goiânia)**: Avançar com o projeto do Aeroporto Antares. Voltado para aviação executiva, manutenção aeronáutica e transporte de pequeno porte, podendo desafogar o Aeroporto de Goiânia (Santa Genoveva) e fortalecer o polo aeronáutico da Região Metropolitana. O empreendimento, em fase de ampliação e readequação operacional, necessita de investimentos em infraestrutura de pista, pátios e certificações junto à ANAC para plena atividade comercial e logística.

Mobilidade Urbana

- **Anel Viário Metropolitano em GO:** Construir complexo logístico de 44 km interligando Goianápolis, Senador Canedo, Goiânia, Aparecida e Hidrolândia, fundamental para retirar o tráfego pesado dos centros urbanos e conectar distritos industriais.
- **Programa Nova RMTC - GO:** Promover a ampla modernização e expansão da infraestrutura e da frota metropolitana, concluindo a Nova Anhanguera (19 estações, 6 terminais e 130 novos ônibus, incluindo 82 veículos elétricos) e o BRT Norte-Sul (28 estações e frota com 12 elétricos e 50 Euro 6).

- **BRT Norte DF:** Construir o BRT Norte DF (ligação do Plano Piloto até Planaltina).
- **Metrô Ceilândia-DF:** Expandir a linha de metrô de Ceilândia-DF.

Energia

- **Subestação de Energia – Pólo JK**: Concluir a implantação da subestação de energia na área de desenvolvimento econômico – Pólo JK.
- **Competitividade Tarifária em GO**: Monitorar as oscilações acentuadas nos reajustes tarifários da Equatorial Goiás para proteger a competitividade produtiva, assegurando que a tarifa média industrial sem impostos (R$ 727,21/MWh) se mantenha mais competitiva em relação à média do Centro-Oeste (R$ 800,87/MWh).
- **Expansão da Transmissão em GO**: Implantar três novos pontos de suprimento (Subestações Matrinchã, Iaciara e Mundo Novo) até 2029, adicionando 900 MVA de potência instalada na rede básica de fronteira, com investimentos superiores a R$ 750 milhões. Além disso, implantar ou licitar novas linhas de transmissão de 500 kV, interligando regiões do sudoeste (Rio Verde e Jataí) ao sistema nacional, garantindo maior confiabilidade energética para a agroindústria.
- **Investimentos da Concessionária em GO**: Consolidar o volume de investimentos da Equatorial Goiás, visando superar o patamar de R$ 2,124 bilhões (2024) e manter a trajetória de crescimento real frente aos ciclos anteriores, com foco na expansão e melhoria da rede elétrica.
- **Expansão da Transmissão em Inocência – Ilha Solteira 2 (MS)**: Concluir as obras para expansão da linha de transmissão LT 230 kV Inocência (MS) – Ilha Solteira 2, C4 (MS).
- **Fornecimento de Energia Elétrica no MT**: Garantir o fornecimento de energia elétrica a preços competitivos para a indústria, com iniciativas como investimento estadual em infraestrutura de transmissão e distribuição para integrar áreas industriais a subestações estratégicas; articulação para aprovação do Projeto de Lei nº 1857/2024 da Agenda Legislativa da Indústria de Mato Grosso (MT Trifásico); e ampliação de linhas de crédito para programas de eficiência energética.
- **Subestações no Norte do Estado de GO**: Construir e modernizar subestações em Porangatu e Minaçu para atender ao crescimento dos setores mineral e agropecuário.

Petróleo e Gás Natural

- **Demanda Âncora em GO (Programa Nova RMTC):** Estruturar a demanda de 150 mil Nm³/dia de biometano através do transporte coletivo metropolitano, prevendo a operação de frotas limpas: 48 veículos em 2026 (Goianira/Trindade) e renovação alimentadora escalonada (22 ônibus em 2026, 278 em 2027 e 122 em 2028).
- **Expansão da Oferta de Biometano em GO:** Acompanhar junto à ANP para a autorização de três novas plantas produtivas (Guapó, Edéia e Rio Verde), que adicionarão 51.520 Nm³/dia à capacidade estadual.
- **Gasoduto Centro-Oeste:** Viabilizar a extensão do gasoduto Bolívia-Brasil ou projetos alternativos para trazer gás natural ao eixo Goiânia - Anápolis - Aparecida de Goiânia, além da expansão de malha de distribuição regional para Polos em Rio Verde e Catalão.
- **Ecossistema de Biogás em GO:** Consolidar ecossistema de biogás pelas Leis 23.560/25 e 23.168/24, aliada ao fomento tecnológico da Chamada Pública Fapeg/SGG nº 25/2025 (R$ 2 milhões para pesquisa aplicada em parceria com empresas).
- **Fornecimento de Gás Natural no MT:** Garantir o fornecimento de gás natural a preços competitivos, por meio da ampliação de investimentos em ramais de gasodutos para regiões industriais emergentes e da política estadual de incentivo à interiorização do gás natural, em parceria com a MT Gás e os municípios.
- **Unidade de Fertilizantes Nitrogenados (UFN-III) em Três Lagoas (MS):** Garantir os investimentos necessários em gás natural para que seja retomada a produção de insumos, como amônia e ureia, na Unidade de Fertilizantes Nitrogenados (UFN-III) em Três Lagoas (MS).

Saneamento Básico

- **Polo JK:** Realizar obra de drenagem pluvial no Polo JK (complementação) - área destinada à instalação de grandes plantas empresariais, indústrias de grande porte e centros logísticos e de distribuição regional.
- ***Waste-to-Energy* em GO:** Consolidar o Aterro Sanitário de Goiânia como referência nacional, atraindo US$ 30 milhões (projeto Sejin G&K) para a implantação de uma usina de biometano com 5 MW de potência instalada.
- **Abastecimento de Água no MS:** Viabilizar as obras de ampliação do sistema de abastecimento de água em cidades do MS como: Rio Brilhante, Inocência, Naviraí, Ponta Porã, Miranda, Dourados, Itaquiraí, Pedro Gomes e Aral Moreira.

- **Acesso ao Saneamento Básico no MT:** Ampliar a cobertura de sistemas de captação, adução e tratamento em municípios com déficit, além do incentivo ao uso de tecnologias descentralizadas em áreas rurais e assentamentos.
- **Coleta e Tratamento de Esgoto no MT:** Estimular projetos de reúso de água para fins industriais e ampliar a cobertura em municípios deficitários.
- **Esgotamento Sanitário no MS:** Garantir a ampliação do sistema de esgotamento sanitário em cidades do MS como: Coxim, Ribas do Pardo, Dourados, Aquidauana, Rio Brilhante, Deodápolis, Sidrolândia, Selvíria, Caracol, Sonora e Vista Alegre.
- **Modernização da Gestão Hídrica em GO:** Implementar sistemas de reúso de água e redução de perdas na distribuição em cidades do semiárido goiano.

Telecomunicações

- **Conectividade Rural em GO:** Expandir 5G Rural e *backhaul* de dados em municípios médios do agronegócio (Jataí, Rio Verde, Uruaçu) para viabilizar integração logística e automação no campo.
- **Goiás de Fibra:** Implementar 10.500 km de *backbone* de fibra óptica (três grandes anéis) com investimento estimado em R$ 485 milhões, conectando 125 municípios com alta velocidade até 2027.
- **Videomonitoramento e Wi-Fi Público em GO:** Aplicar R$ 38,7 milhões na implantação de CFTV com Inteligência Artificial em polos logísticos estratégicos (Entorno do DF, Goiânia etc.) e R$ 8,7 milhões em pontos de conexão Wi-Fi outdoor em regiões turísticas.
- **Acesso à internet no MT:** Expandir a cobertura da Infovia MT de fibra óptica, com apoio técnico a provedores regionais para expansão em áreas remotas e ampliação de telecentros comunitários com internet gratuita em cidades de baixa conectividade.
- ***Backhaul* de Dados em Municípios Médios de GO:** Estruturar rede em cidades estratégicas (Jataí, Formosa, Luziânia e Uruaçu) para integração empresarial e logística.
- **Fibra ótica no MS:** Prover expansão das redes de fibra ótica, 4G e 5G, nos municípios do estado do MS.



6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A infraestrutura é elemento central para o funcionamento da economia e para a competitividade da indústria brasileira. Ao longo deste estudo, ficou evidente que os gargalos persistentes em transportes, energia, saneamento e telecomunicações continuam a impor custos elevados, reduzir a eficiência produtiva e limitar o potencial de crescimento do país.

No caso dos transportes, os desafios são particularmente relevantes. A predominância do modal rodoviário em longas distâncias, a baixa participação das ferrovias e da cabotagem, além das limitações operacionais nos portos, resultam em uma matriz logística pouco eficiente e mais onerosa. A deterioração de rodovias, a insuficiência de capacidade em corredores estratégicos e a dificuldade de integração entre modais ampliam os riscos e reduzem a previsibilidade das operações.

No setor de energia, embora o país disponha de uma matriz diversificada e com forte participação de fontes limpas, os custos ainda são elevados para a indústria. O preço da energia elétrica figura entre os principais componentes do Custo Brasil, afetando diretamente a competitividade das empresas e sua capacidade de expansão, especialmente em segmentos intensivos em energia.

Esse cenário é agravado pela recorrência de obras inacabadas ou com cronogramas excessivamente alongados. Projetos estruturantes demandados há décadas pelo setor produtivo, como a Ferrovia Transnordestina e a transposição do Rio São Francisco, ilustram os custos econômicos e sociais associados à baixa capacidade de execução. A demora na entrega desses empreendimentos compromete a eficiência logística, consome recursos públicos e adia benefícios relevantes para a população e para a indústria.

As contribuições do setor industrial também apontam para a necessidade de priorização de projetos voltados à ampliação da capacidade portuária, à modernização de corredores rodoviários e à expansão da malha ferroviária, além de investimentos em infraestrutura energética e de telecomunicações. A superação desses desafios exige não apenas mais recursos, mas melhor planejamento, governança e coordenação institucional.

Nesse contexto, o trabalho consolida diagnósticos e demandas com o objetivo de subsidiar o processo de tomada de decisão. Ao reunir informações qualificadas e evidenciar prioridades, o estudo contribui para a formulação de uma agenda mais eficiente de investimentos, capaz de reduzir o Custo Brasil, fortalecer a indústria e promover um crescimento econômico mais sustentável e competitivo.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL – ANAC. **Painel de demanda e oferta**. 2026. Disponível em: https://www.gov.br/anac/pt-br/assuntos/dados-e-estatisticas/mercado-do-transporte-aereo/demanda-e-oferta. Acesso em: 20 mar. 2026.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL. **RALIE:** expansão da expansão de geração. 2026. Disponível em: https://www.gov.br/aneel/pt-br/centrais-de-conteudos/relatorios-e-indicadores/geracao. Acesso em: 20 mar. 2026.

AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS – ANP. **Dados estatísticos**. 2026. Disponível em: https://www.gov.br/anp/pt-br/centrais-de-conteudo/dados-estatisticos. Acesso em: 20 mar. 2026.

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – ANATEL. **Banda larga fixa**. 2026. Disponível em: https://informacoes.anatel.gov.br/paineis/acessos/banda-larga-fixa. Acesso em: 20 mar. 2026.

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – ANATEL. **Telefonia móvel**. 2026. Disponível em: https://informacoes.anatel.gov.br/paineis/acessos/telefonia-movel. Acesso em: 20 mar. 2026.

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS – Antaq. **Painéis**. 2026. Disponível em: https://www.gov.br/antaq/pt-br/central-de-conteudos/paineis. Acesso em: 20 mar. 2026.

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES – ANTT. **Concessões ferroviárias**. 2026. Disponível em: https://www.gov.br/antt/pt-br/assuntos/ferrovias/concessoes-ferroviarias/

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES – ANTT. **Sistema de acompanhamento de fiscalização do transporte ferroviário**. Disponível em: https://saff.antt.gov.br/Account/Login/?ReturnUrl=%2f. Acesso em: 20 mar. 2026.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DISTRIBUIDORAS DE GÁS CANALIZADO – ABEGÁS. **Dados de consumo de gás natural trimestrais**. 2022. Disponível em: https://www.abegas.org.br/. Acesso em: 20 ago. 2024.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI. **Infraestrutura**: demandas e prioridades dos empresários. 2022. Disponível em: https://static.portaldaindustria.com.br/portaldaindustria/noticias/media/filer_public/87/53/87536f88-1a7f-4b7b-bee0-0d7d5a27c29f/pesquisa_cni_infraestrutura_-_completa.pdf. Acesso em: 22 ago. 2024.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE – CNT. **Pesquisa CNT de rodovias 2025**. Disponível em: https://pesquisarodovias.cnt.org.br/painel. Acesso em: 15 ago. 2026.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA – EPE. **Anuário Estatístico de Energia Elétrica 2025**. Disponível em: https://www.epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/anuario-estatistico-de-energia-eletrica. Acesso em: 16 ago. 2026.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR. **Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS**. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/cidades/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/saneamento/snis/produtos-do-snis/diagnosticos-snis. Acesso em: 20 mar. 2026.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – MME. **Boletim mensal de acompanhamento da indústria de gás natural**. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/petroleo-gas-natural-e-biocombustiveis/publicacoes-1/boletim-mensal-de-acompanhamento-da-industria-de-gas-natural/2022-2. Acesso em: 20 mar. 2026.

MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS – MPOR. **Hórus**: SIROS. Disponível em: https://horus.labtrans.ufsc.br/gerencial/?auth=s#Principal. Acesso em: 20 mar. 2026.

POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – PRF. **Acidentes**. Disponível em: https://www.gov.br/prf/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/dados-abertos-acidentes. Acesso em: 20 mar. 2026.

SENADO FEDERAL. **Siga Brasil Painéis**. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrasil. Acesso em: 20 mar. 2026.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU. **Acompanhamento de obras paralisadas**. Disponível em: https://paineis.tcu.gov.br/pub/?workspaceId=8bfbd0cc-f2cd-4e1c-8cde-6abfdffea6a8&reportId=013930b6-b989-41c3-bf00-085dc65109de. Acesso em: 20 mar. 2026.

CNI
Antonio Ricardo Alvarez Alban
Presidente

DIRETORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS
Roberto de Oliveira Muniz
Diretor de Relações Institucionais

Superintendência de Infraestrutura
Wagner Cardoso
Superintendente de Infraestrutura

Mariana da Costa Ferreira Lodder
Paula Bogossian
Ramon Goulart Cunha
Equipe Técnica

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO
André Nascimento Curvello
Diretor de Comunicação

Superintendência de Publicidade e Mídias Sociais
Mariana Caetano Flores Pinto
Superintendente de Publicidade e Mídias Sociais

William Homero Rufino da Silva – FSB Comunicação
Produção Editorial

DIRETORIA CORPORATIVA
Cid Carvalho Vianna
Diretor Corporativo

Superintendência de Desenvolvimento Humano
Flavia Azevedo Moreira de Morais
Superintendente de Desenvolvimento Humano

Gerência de Desenvolvimento e Relacionamento
Carolina Maia Vendramine
Gerente de Desenvolvimento e Relacionamento

Alberto Nemoto Yamaguti
Normalização

Editorar Multimídia
Projeto gráfico e diagramação


CNI
Confederação
Nacional
da Indústria